

## Em nove dias a RTP impingiu cinquenta vezes os ministros "AD"!

Os números são mais do que esclarecedores: o assalto da direita aos órgãos de comunicação social não é apenas um escândalo — é um insulto ao povo português

Pág. 9



Aspecto de uma das reuniões de trabalho na Voz do Operário

## A SAÚDE DO POVO ESPERANÇA DE ABRIL

A proclamação final do Encontro Nacional da Saúde do PCP resume esta importante jornada de trabalho virada para a resolução de problemas essenciais do País

págs.centrais



O comício de amizade PCP-POUP realizado em Alhandra calorosa jornada internacionalista

## Visita de delegação do POUP

Reuniões de trabalho, numerosas visitas e contactos preencheram o programa da delegação do Partido Operário Unificado Polaco que visitou Portugal a convite do PCP

Pág. 8

## ÚLTIMA HOMENAGEM AO PRESIDENTE TITO

Dirigentes políticos de todo o mundo acompanharam em Belgrado os funerais do Presidente Tito, ao lado do povo jugoslavo que, na última e grandiosa homenagem ao grande dirigente desaparecido, afirmou a vontade de prosseguir firmemente no caminho da paz e do socialismo

Pág. 12

## Álvaro Cunhal na Guiné

Partiu ontem para a Guiné-Bissau, onde se deslocou para uma visita de dois dias, a convite do PAIGC, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que chefiava uma delegação na qual se integrava também o camarada Jorge Matos, membro do Comité Central.

Registámos, no aeroporto, declarações do camarada Álvaro Cunhal que falou sobre a importância e os objectivos da visita:

— Nós visitamos a República da Guiné-Bissau a convite do PAIGC e no quadro das relações de amizade fraternal existente entre os nossos dois partidos — afirmou o secretário-geral do PCP.

— Esta amizade — continuou — soldou-se através dos anos e na luta comum, nos sacrifícios e no sangue dos militantes dos dois partidos, que na Guiné-Bissau e em Portugal, lutaram para pôr fim ao fascismo e ao colonialismo.

Hoje como sempre, as relações entre o PCP e o PAIGC constituem uma elevada expressão da amizade entre o povo português e o povo da Guiné-Bissau. Estamos também certos de que esta visita, além de contribuir para o reforço da solidariedade, da amizade e da cooperação entre os dois partidos, será também uma contribuição para o reforço da amizade e cooperação entre Portugal e a República da Guiné-Bissau.

Despedindo-se da delegação, estiveram no aeroporto os camaradas Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Albano Nunes.

## O PCP JÁ TEM MAIS DEZ MIL MILITANTES

Pág. 3

\*\*\*\*\*

Camarada:  
já viste  
que só faltam  
oito semanas  
para a Festa?!...

Pág. 10

\*\*\*\*\*

## HOMENAGEM A CATARINA EUFÉMIA

DIA 18 DE MAIO DE 1980 EM BALEIZÃO  
COM A PRESENÇA DE ÁLVARO CUNHAL



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Pág. 3

Em Setúbal e em todo o País, os jovens comunistas preparam activamente o seu congresso

## Avança a preparação do 1.º Congresso da JCP

## Editorial

## A FUGA DO TEMPO HISTÓRICO

A vasta operação política de natureza subversiva em curso contra o 25 de Abril, concebida e planeada pela extrema-direita portuguesa em conluio com o imperialismo e os círculos mais retrógrados da reacção internacional, está em plena execução nas formas mais odiosas e em autêntica corrida contra o tempo.

O primeiro marco visível desta ofensiva antidemocrática foi, como é sabido, a criação da Aliança reaccionária entre o PPD e o CDS, a que se juntaram os pequenos «reis» do PPM e os desenraizados «reformadores» — a chamada «AD». O seu ponto de arranque no plano executivo foi a formação do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral, emergente da escassa maioria parlamentar obtida com 45% dos votos nas eleições de 2 de Dezembro.

Um artificioso manto de demagogia eleitoral ocultou nos primeiros dias aos olhos dos portugueses mais desprevenidos os verdadeiros objectivos políticos e de classe da Aliança reaccionária.

Contudo, com o rodar dos tempos, os reais propósitos subversivos dos novos detentores da máquina governativa e da maioria parlamentar conjuntural vieram à tona. O manto da demagogia perdeu opacidade e tornou-se diáfano — sob a ponta de lança do Governo abriu mesmo grandes rasgões e a verdade da reacção aparece nua e crua aos olhos dos cidadãos.

A operação subversiva da extrema-direita combina os meios e as formas mais diversas para atingir os seus principais objectivos: destruir o regime democrático e sobre os destroços erguer uma nova ditadura do grande capital.

Estamos hoje melhor situados para compreender todo o alcance duma tal operação subversiva. A reacção lançou mão de todos os recursos para dominar a máquina administrativa do Estado e obter a maioria da Assembleia da República.

Obrigada a aceitar combate num terreno que não era o seu, a extrema-direita jogou tudo por tudo para ocupar aquelas duas posições-chave, essenciais à prossecução dos seus objectivos estratégicos.

As pressões, as ameaças, as coacções mais intoleráveis e odiosas foram movidas para violentar consciências, intimidar, forçar a favor da Aliança reaccionária o voto de abstencionistas potenciais: os indiferentes e os desiludidos dos partidos da direita. A conquista do Governo e da maioria parlamentar, mesmo conjuntural e escassa, eram, no plano tático, fins que justificavam todos os meios por parte da reacção.

Desde então, nos meses subsequentes à posse do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral a ofensiva reaccionária e fascizante desenvolve-se em pleno. Tudo vale para tentar

garantir o triunfo definitivo da reacção e com ele tentar a conquista absoluta do Poder.

MAS o tempo histórico de que dispõe a reacção para tentar destruir uma revolução que ganhou profundas raízes no seio do Povo tomou-se terrivelmente curto.

Uma conjuntura intercalar de dez meses — que tanto é o tempo histórico concedido pelas eleições de Dezembro à Aliança reaccionária para governar o País — esgota-se ingloriamente na política antinacional do Governo e nas arelas movelidas da resistência popular. Além disso, percalços imprevisíveis saídos da insensatez política da coligação governamental podem ainda comprometer no tempo os projectos reaccionários.

Os novos aspirantes a ditadores nada aprenderam com os seus émulo do passado. O «rapidamente e em força» de Salazar para tentar salvar a barca carcomida da opressão colonial, batida em cheio pela tempestade libertadora da luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, assim como as «tarefas ciclópicas» de Caetano para tentar impedir o aprofundamento do velho e apodrecido regime fascista na hora histórica da sua derrocada, sob os golpes de um poderoso movimento popular e nacional que iria conhecer o apogeu na gesta heróica dos «capitães de Abril» — nenhum ensinamento inspiraram aos arrogantes «capitães» da Aliança reaccionária.

Eles julgam que estão matando e não vêem que estão morrendo. Julgam que estão matando o 25 de Abril e as esperanças do Povo português em melhores dias e não vêem que estão morrendo nos seus objectivos e nas suas incomensuráveis ambições do Poder.

Decididamente os «capitães» da reacção desbarataram de uma fôrma ingloria e numa causa injusta o seu «calendário» histórico.

Estas considerações vêm a propósito dos debates parlamentares na última semana e dos novos atentados cometidos pelo Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral aos direitos e liberdades dos trabalhadores, à Reforma Agrária, à Constituição da República.

A derrota por acidente da maioria parlamentar da direita nas tentativas de impor uma nova lei do recenseamento eleitoral destinada a abrir as portas às grandes chapeladas e às mais grosseiras falsificações e manipulações do voto dos emigrantes, lançou o pânico entre as hostes da reacção.

O desespero da luta contra o tempo foi um espectáculo ao mesmo tempo elucidativo e desolador, digno de ser visto nas bancadas da Assembleia da República.

À admissão, primeiro, de uma nova lei quase idêntica à que fora derrotada e cuja reposição à luz do regimento fora impugnada pela oposição democrática mas depois admitida por votação escassa dos deputados da direita, seguiu-se

a votação, na generalidade, do requeitado projecto de lei pela maioria da Aliança reaccionária.

As desesperadas e inúteis tentativas de a fazer aprovar na especialidade, no mesmo dia, revelaram aos olhos de todos o profundo sentimento de insegurança e de precariedade da maioria parlamentar da direita.

A eminência de uma nova derrota por acidente da Aliança reaccionária motivou as mais descabeladas manobras de chicana parlamentar. O facto já conhecido das tentativas de substituir rapidamente o presidente PPD da AR, impedido de votar por estar a substituir o PR, ausente na Jugoslávia, por outro candidato das listas da «AD» e a «gafe» monumental de deixar momentaneamente o País sem Presidente da República, é um episódio picaresco que encheu de ridículo a Aliança reaccionária. Picaresco, mas ao mesmo tempo significativo.

O respeito pelas normas regimentais acabou por impor-se e quatro dias foram perdidos na corrida contra o tempo das forças da reacção.

A lei requeitada acabou por ser votada na madrugada de ontem pela escassa maioria reaccionária. É uma lei claramente ferida de inconstitucionalidade e sobre ela deverão pronunciar-se ainda o Conselho da Revolução e o Presidente da República.

Mas a sensação da insegurança e da precariedade da maioria parlamentar da direita prenuncia novas derrotas da reacção na Assembleia da República.

No mesmo se enquadra a votação na mesma madrugada da prorrogação por 120 dias do prazo para apresentação de uma nova lei de delimitação dos sectores público e privado, duas vezes rejeitada pelo Conselho da Revolução.

Nunca, como nestes dias, desde a existência do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, foi tão sensível a fuga do tempo histórico para a consumação dos projectos subversivos da Aliança reaccionária.

Os novos desenvolvimentos das lutas de massas caracterizados pelas greves dos trabalhadores da Petrogal e das minas da Panasqueira — a que deve acrescentar-se a greve da panificação neste fim-de-semana — assim como as novas e brutais operações punitivas ordenadas pelo MAP contra os trabalhadores da Reforma Agrária, põem em relevo a outra frente da prática política fascizante do Governo do PPD e do CDS.

Também aqui a reacção carrega no pedal contra o tempo, espeznhando leis, direitos e liberdades dos trabalhadores.

A suspensão de 8 trabalhadores da Petrogal ameaçados de despedimento na sequência de processos disciplinares movidos em consequência de uma lei de requisição civil herdada do regime fascista e agora aplicada pelo

Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral, representa um verdadeiro atentado ao direito à greve dos trabalhadores, consignado na Constituição.

É essa medida arbitrária que está na base da nova e justa acção dos trabalhadores da Petrogal que exigem a imediata reintegração dos seus companheiros despedidos. O Governo é responsável pelos gravíssimos prejuízos que a sua acção repressiva acarreta para a economia nacional.

A velha linguagem dos fascistas voltou a fazer-se ouvir e compreende-se o acinte dos governantes contra uma empresa pública em que outrora o pai do primeiro-ministro-adjunto, Freitas do Amaral, ocupava importante cargo de gerência.

Na zona da Reforma Agrária, a repugnante acção do MAP e dos agrários fascistas, sob cobertura e autênticas operações repressivas de fortes contingentes da GNR, assume a maior gravidade.

Na UCP 1.º de Maio, da Gâmbia, em Torre de Coelheiros, em Ponte de Sor, centenas de hectares foram ilegalmente roubados às UCPs e Cooperativas e entregues a grandes agrários. A brutal acção da GNR provocou inúmeros feridos entre os trabalhadores, o contingente de desempregados assalariados rurais subiu de mais unidades.

A reconstituição dos latifúndios no Alentejo e no Ribatejo põe a nu a demagogia da «distribuição de terras a pequenos agricultores, trabalhadores e seareiros» em que são pródigos o MAP, a CAP e o seu chefe Casqueiro.

A expulsão de reideiros da Herdade Monte Novo da Graça, em Almodôvar, ao mesmo tempo que 4 familiares da agrária Maria Colaço recebem milhares de hectares nos concelhos de Castro Verde, Ourique, Beja e Alportel, além de vastas terras que já possuíam nos concelhos de Palmela, Almodôvar e Ourique; as expulsões sucessivas dos reideiros de Vale de Parditos, em Aldeia Nova, antiga herdade dos Melos em favor do seu homem de mão António Laneiro — eis a verdadeira distribuição «democrática» das terras da Reforma Agrária proclamada pelo MAP e pela CAP.

A fuga do tempo histórico não é apenas uma corrida contra o tempo pelo Governo da Aliança reaccionária — é também uma corrida insensata contra os interesses vitais dos trabalhadores e do Povo.

A operação subversiva da reacção contra o 25 de Abril encontrará cada vez mais pela frente a resistência determinante dos trabalhadores, a força decisiva do movimento de massas.

A demissão de Sá Carneiro e da sua equipa é uma exigência de defesa da democracia, da independência e da liberdade do Povo português.

## «Almada, uma Casa do Partido» Atingidos quase dois mil contos

Quase dois mil contos — este o balanço da campanha que, com grande vivacidade e determinação, continua a decorrer sob o lema «Almada, uma Casa do Partido».

Trata-se, como o «Avante!» tem vindo a salientar, de uma importante iniciativa dos comunistas e simpatizantes do Partido no laborioso concelho de Almada, que tem em vista

a obtenção de dinheiro para o pagamento de um edifício onde ficarão instalados os serviços centrais da organização concelhia do PCP.

A campanha teve recentemente um vigoroso impulso com a Festa da Amizade, realizada no primeiro fim-de-semana deste mês, no Alto das Barrocas, à Cova da

Piedade. Festa de unidade, convívio, cultura, desporto e amizade, foi também uma jornada de apoio à campanha contribuiu valiosos para que a classe operária, os trabalhadores e todo o Povo de Almada tenham uma Casa do Partido, instrumento precioso para o desenvolvimento das actividades e da luta organizada em defesa da democracia, do 25 de Abril

e dos interesses dos trabalhadores.

### Sorteio dos Bancários

Informamos, a propósito, que o sorteio promovido pelo núcleo dos bancários comunistas durante a Festa da Amizade proporcionou ao portador da rifa 870 um invejável e completo «cabaz de compras». Parabéns ao feliz!

## Açores: prossegue a campanha de fundos

Sessões de esclarecimento, edição de diversos materiais de propaganda com distribuição porta-a-porta, procurando cobrir todo o Arquipélago, jornadas de convívio popular e projecção de filmes — estas as iniciativas que os comunistas da Região Autónoma dos Açores estão a desenvolver e que se irão prolongar por todo o mês, numa grande campanha política em que têm lugar também as acções para a recolha de fundos com vista à aquisição do edifício

onde ficará instalado o CT da DORAA, na Horta.

Esta recolha de fundos começou em Abril, sob o lema «Reforçar a organização nos Açores», com uma quantia significativa, fruto de campanhas anteriores.

Por agora, registamos as seguintes contribuições: «Por uma autonomia ao serviço do Povo» — 470 000\$00; «pela unidade nacional» — 37 680\$00; «Grupo de apoio ao trabalho nos Açores» — 600\$00; «Um amigo do Faial»

— 15 166\$20; «Amigos da Região Açoriana» — 200\$00.

Os contributos devem continuar a ser enviados para a Redacção do «Avante!» (Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa) ou para a DORAA (Rua Cônsul Dabney, 11, 9900 Horta).

Factor decisivo para o bom andamento da campanha de fundos tem sido, por um lado a «quota suplementar» (contribuição regular de vários camaradas e amigos, e por outro,

os donativos de núcleos de açorianos residentes no Continente.

No fim deste mês decorrerão dois ou três comícios centrais nos Açores com a participação de Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do Partido.

No próximo domingo, dia 18, às 21 e 30, realiza-se na Praia do Norte, na ilha do Pico, uma sessão de esclarecimento com passagem de filmes.

## Sábado, na Ajuda 2.º Festa do Rio Seco

Por iniciativa da Aliança Povo Unido (APU), realiza-se no próximo sábado, dia 17, na Freguesia da Ajuda, em Lisboa, a segunda edição da Festa do Rio Seco.

Do programa destacamos: espectáculo popular com Luísa Basto, José Manuel Osório, grupo «Praça Pública», Armando Caldas

(poesia), fados e baile com o conjunto «Pesquisa»; provas desportivas (maratonas e simultânea de xadrez); venda de produtos da Reforma Agrária; bares, bancas e muitas surpresas.

Às 18 horas haverá um comício com a participação de Jerónimo de Castro, do Comité Central do PCP.

## No próximo domingo Octávio Pato em Guimarães

O camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido, participará no comício-festa que os comunistas de Guimarães levam a efeito no próximo domingo, dia 18, a partir das 15 horas.

A iniciativa decorrerá em Moreira de Cónegos, no campo de futebol do lugar da Igreja. Júlia Babo e Eduardo Jaques preencherão o Canto Livre.

## «Cravos de Abril» em Tercena

Apesar das condições atmosféricas terem diminuído o efeito da realização, os camaradas de Ceiras promoveram recentemente uma animada festa popular na localidade de Tercena, freguesia de Barcarena, para encerramento da campanha de fundos «Cravos de Abril».

Houve iniciativas para as crianças com participação dos Pioneiros, sessão de fados, canções alentejanas pelo Coro de Camaxide e um comício em que intervieram os camaradas Rogério Barreiros, presidente da Junta de Freguesia de Barcarena, e Albano Nunes, membro do Comité Central do Partido.

### Números premiados

No decorrer da festa realizou-se um grandioso sorteio que apurou os seguintes números: 1.º 63297; 2.º 43432; 3.º 36344; 4.º 63155; 5.º 64412; 6.º 20340; 7.º 54420; 8.º 24512; 9.º 13021; 10.º 10445.

O amigo a quem saiu o primeiro prémio deve entrar em contacto, no prazo de quinze dias, com o Centro de Trabalho do PCP, na Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algués, lote 107, lojas A e B, Algués.

Trata-se de uma viagem à URSS e, por isso, há documentação para tratar.

Os outros prémios podem ser levantados no mesmo local até ao dia 11 de Junho.

## No domingo Sessão na Brandoa

O camarada António Brito, da DORL e do CC do Partido, participa numa sessão de esclarecimento promovida pelos comunistas da Brandoa, no próximo domingo, às 21 e 30.

Na parte artística actuarão os elementos do agrupamento do «Fado de Abril»: Quim Valente, Luísa Vieira, Ana Pinto, César Pinto, João d'Alter e José Castanheira, além do Grupo Coral Alentejano da localidade.

A sessão decorrerá no Polivalente da Brandoa.

## Concurso de fotografia organizado pelo CLL

Termina no dia 30 de Junho o prazo para a entrega dos trabalhos com destino ao concurso de fotografia organizado pelo Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP, sob o lema «Lisboa, cidade que trabalha».

São os seguintes os prémios do concurso: 1.º — Viagem à Hungria com estadia (uma semana). Trata-se de uma oferta da Mundrama, agência de viagens, com sede na Rua do Crucifixo, 33, Lisboa; 2.º — Três mil escudos e as

Obras Escolhidas de Lênine; 3.º — Mil escudos e as Obras Completas de Soeiro Pereira Gomes.

Cada concorrente poderá apresentar um máximo de três trabalhos a preto e branco e formato mínimo de 18 por 24.

A organização funciona no CT Vitória, na Avenida da Liberdade. Todos os Centros de Trabalho da área de Lisboa estão em condições de fornecer o regulamento e aceitar inscrições.

## Plenário de reformados no CT do Hotel Vitória

Realizou-se no passado dia 9 de Maio no Centro de Trabalho do Hotel Vitória, em Lisboa, um Plenário Alargado a todos os militantes reformados. A ordem de trabalhos dividiu-se em três pontos e levou ao debate da situação política e social, analisou a informação das comissões dos reformados de Lisboa e discutiu a próxima conferência nacional do MURPI.

No final elegeu-se a coordenadora de todas as comissões de reformados do concelho de Lisboa. Participaram no Plenário cerca de 300 camaradas reformados.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

### O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editoriais Avante!, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — 1000 Lisboa. Tel. 779620/779625.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 28939.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrúcha — 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

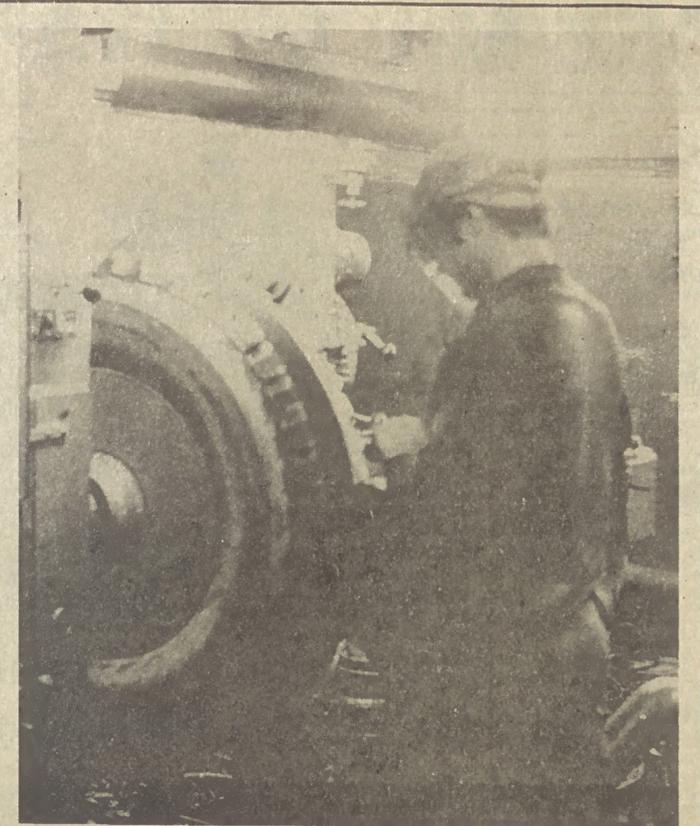
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779620.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 62-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776950. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heika Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Abril 71 013



# Visita à RDA de delegação do PCP

A convite do CC do PSUA visitou a RDA entre 4 e 10 de Maio uma delegação de estudo do PCP, dirigida por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Durante a sua visita, que incluiu particularmente em aspectos de sindicatos e política social na RDA, a delegação do PCP tomou conhecimento directo das vitórias alcançadas pelo povo da RDA e do papel dirigente do PSUA na construção do socialismo desenvolvido no seu país.

A delegação visitou o distrito de Rostock, no Báltico, onde foi recebida pela respectiva Direcção Distrital do PSUA.

Em Berlim, a delegação teve um encontro com uma delegação do CC do PSUA, dirigida por Guenter Mittag, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PSUA e em que também participou Fritz Brock, do CC e respon-

sável do Departamento Sindical e Política Social do PSUA.

No decorrer deste encontro as duas delegações procederam a uma troca de impressões sobre aspectos da situação interna nos respectivos países e da actividade dos respectivos partidos.

Abordando alguns aspectos da situação internacional, as duas delegações reafirmaram a solidariedade dos respectivos partidos com todos os povos em luta contra o imperialismo, pela independência e o progresso social, bem como a sua determinação em prosseguir na defesa da Paz e do desarmamento.

A visita desta delegação constituiu mais um reforço dos estreitos laços de amizade e cooperação que unem o PCP e o PSUA, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

# Delegação distrital do PSUA visita Portugal

No quadro das fraternais relações de amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PSUA visitou Portugal de 5 a 9 de Maio uma delegação da Direcção Distrital do PSUA de Neuberndeburgo composta pelos camaradas Dieter Muller, do Secretariado, e Rudi Krause, responsável do Departamento de Agricultura.

De visita ao Alentejo, a delegação do PSUA foi recebida na Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, estando presentes designadamente os camaradas António Gervásio, da Comissão Política do Comité Central e António Murteira e Diamantino Dias, do CC do PCP. Em Beja, a delegação encontrou-se com a respectiva Comissão Distrital do PCP.

A delegação visitou as UCPs «1.º de Maio» em Avis e «4 de Agosto» em Cuba, a empresa de construção civil «Pré-Diana» em Beja e foi recebida nas Câmaras Municipais de Évora e Beja, pelos seus

presidente e vereadores, estando também presentes os presidentes de outras Câmaras Municipais alentejanas.

Na vila de Cuba, a delegação participou numa grande e calorosa sessão pública em que intervieram, entre outros, o camarada Dieter Muller e o camarada Dinis Miranda, da Comissão Política do CC do PCP.

Em Lisboa, a delegação da Direcção Distrital de Neuberndeburgo do PSUA foi recebida por Sérgio Vilarigues, membros da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Esta visita contribuiu para reforçar ainda mais os laços de estreita amizade e cooperação existentes entre o PCP e o PSUA e em particular entre os comunistas da organização do PSUA do distrito de Neuberndeburgo e os comunistas da Organização Regional do Alentejo do PCP.

# «Juventude de Abril a caminho do Futuro» Aproxima-se o 1.º Congresso da JCP

## • Mais de mil delegados

Entraram já na «ponta final» os trabalhos preparatórios do 1.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), herdeira das responsabilidades e das tradições de luta e acção no movimento juvenil da UJC e UEC, organizações unificadas no final do ano passado.

Sob o lema Juventude de Abril a caminho do futuro, o 1.º Congresso da JCP decorrerá no fim-de-semana de 24 e 25 deste mês, no pavilhão da Tapadinha, em Lisboa. Reunirá mais de mil delegados eleitos em todo o País e cerca de 2500 convidados.

Entretanto, no âmbito dos trabalhos preparatórios e da divulgação da importante realização, é de assinalar que decorreram já cerca de 60 iniciativas de carácter cultural e desportivo, em que participaram perto de 13 mil pessoas, jovens na sua grande maioria.

Além dos Festivais da Canção Juvenil (até agora efectuaram-se 6 na Beira Interior, incluindo a final dos distritos de Castelo Branco e Guarda, e um no Seixal), têm-se vindo a destacar os «debates abertos com a JCP», encontros em que jovens das mais variadas tendências discutem, num tom vivo

e dinâmico, os problemas fundamentais com que se defronta a jovem geração portuguesa, nomeadamente o desemprego, a procura do primeiro emprego, a falta de saídas profissionais, as deficiências do sistema escolar, as dificuldades dos alunos do Propedéutico e dos trabalhadores-estudantes, a falta de estruturas para uma sã e criadora ocupação dos tempos livres. Outros temas de carácter mais restrito têm também sido alvo de debate intenso naqueles encontros promovidos pelos jovens comunistas.

Como sublinha a Comissão de Imprensa do 1.º Congresso da JCP, em nota divulgada recentemente, «assume ainda particular importância a análise e discussão dos documentos preparatórios». «No plano regional e local», acrescenta o comunicado, «têm-se realizado inúmeras reuniões onde os militantes da JCP, por sectores de actividade, têm aprofundado de forma especializada os traços programáticos que constituirão», uma vez aprovados no Congresso, «as grandes linhas de acção da Juventude Comunista para o futuro».

No último fim-de-semana efectuaram-se assembleias

e encontros preparatórios na Régua, Guimarães, Porto, Santarém e Setúbal. Em Viseu realizou-se um Festival da Canção Juvenil e em Castelo Branco a final

dos distritos da Guarda e C. Branco.

No próximo sábado decorrerá em Aveiro, no ginásio da Escola Industrial e Comercial, a final regional da Canção Jovem, culminando assim uma série de festivais realizados em vários concelhos da Beira Litoral. A sessão inicia-se às 21 e 30.

# O trabalho de propaganda

O 1.º Congresso da JCP já está na rua. De Norte a Sul do país, passam o pelas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, numerosas acções têm divulgado junto da massa juvenil a importância e os objectivos do 1.º Congresso, recorrendo uma vez mais a grandes iniciativas e acções de propaganda, nomeadamente colagens, maquiagem do cartaz, afixação de panos, distribuição de tarjetas, pintura de murais, caravanas, etc.

Com imaginação e entusiasmo, os jovens comunistas vão nesta «ponta final» levar para a rua, para as empresas e estabelecimentos de ensino, colectividades, clubes e outros centros de convívio da juventude a imagem combativa do 1.º Congresso, recorrendo uma vez mais a grandes iniciativas e acções de propaganda, nomeadamente colagens, maquiagem do cartaz, afixação de panos, distribuição de tarjetas, pintura de murais, caravanas, etc.



# Delegações estrangeiras

Entre as dezenas de organizações estrangeiras convidadas para se fazerem representar no 1.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), deram já a sua confirmação:

- Europa socialista
  - URSS-delegação chefiada pelo 2.º Secretário do Komsovol Leninista; Checoslováquia - delegação chefiada pelo vice-presidente da SSM; e Hungria.
- Europa capitalista
  - Dinamarca (DKU), Grécia (KNE), RFA (SDAJ), Itália (FGCI) e Suécia (KU).
- África
  - Congo (UJCC) e Guiné-Bissau (JAAC).
- Ásia
  - Índia (AIJF) e Vietnam (UJC Ho Chi Minh).
- Médio Oriente
  - Argélia (UNJA) e Iraque.
- América Latina
  - Cuba (UJC) e Uruguai (JCU).
- Organizações Internacionais
  - Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), com uma delegação chefiada pelo seu presidente, Ernesto Ottoner; e União Internacional dos Estudantes (UIE).

empenhamento e determinação dos jovens comunistas no estudo das situações e problemas referidos no documento preparatório que, entretanto, foi enriquecido por numerosas propostas de aditamento e alteração.

O texto divide-se em quatro capítulos: 1. Ser jovem em Portugal no início da década de 80 (os traços de caracterização da juventude como força social, as suas correntes de atracção, problemas e sectores de actividade); 2. Uma plataforma

# Debate vivo e participado

A actividade preparatória do 1.º Congresso da JCP tem sido assinalada pela realização de várias assembleias distritais e regionais, onde se centralizam as conclusões dos debates em torno do documento preparatório que serviu como ponto de partida e como instrumento dinamizador da discussão travada pelos militantes e simpatizantes da JCP.

A grande parte daquelas assembleias já se realizou nos últimos fins de semana e ali foram notadamente, para além de um espírito de camaradagem, o vivo

empenhamento e determinação dos jovens comunistas no estudo das situações e problemas referidos no documento preparatório que, entretanto, foi enriquecido por numerosas propostas de aditamento e alteração.

O texto divide-se em quatro capítulos: 1. Ser jovem em Portugal no início da década de 80 (os traços de caracterização da juventude como força social, as suas correntes de atracção, problemas e sectores de actividade); 2. Uma plataforma

para a unidade da juventude portuguesa (conjunto de propostas objectivas para o reforço da prática unitária, como condição essencial ao reforço da luta juvenil); 3. O movimento da juventude (nas empresas, sindicatos, associações e colectividades, a luta dos trabalhadores-estudantes, o movimento associativo no Superior e no Secundário, o Ano Propedéutico, a ocupação dos tempos livres, etc.); 4. JCP, vanguarda da juventude portuguesa (temas de organização).

O documento intitula-se «Juventude de Abril a caminho do futuro».

empenhamento e determinação dos jovens comunistas no estudo das situações e problemas referidos no documento preparatório que, entretanto, foi enriquecido por numerosas propostas de aditamento e alteração.

O texto divide-se em quatro capítulos: 1. Ser jovem em Portugal no início da década de 80 (os traços de caracterização da juventude como força social, as suas correntes de atracção, problemas e sectores de actividade); 2. Uma plataforma

# Saudação do PCP ao PC Guadalupense

Por ocasião do 7.º Congresso do Partido Comunista Guadalupense, que se realiza nos próximos dias 16, 17 e 18, o Comité Central do PCG enviou ao CC do PCP o seguinte telegrama de saudação:

Queridos Camaradas: O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente o 7.º Congresso do Partido Comunista Guadalupense e, por seu intermédio, todos os comunistas, trabalhadores e democratas de Guadalupe.

O PCP segue com interesse e atenção a situação política e o desenvolvimento da luta das massas trabalhadoras contra a política de domínio colonialista dirigida pelo governo francês e executada localmente pela burguesia corrupta a ele enfiada.

Os comunistas portugueses manifestam o seu firme apoio à luta conduzida pelo Partido Comunista Guadalupense, pela defesa dos interesses dos trabalhadores, contra o desemprego e a miséria, contra a repressão, pelo fim do regime colonial, pela libertação nacional e a autodeterminação, pelo direito do povo de Guadalupe a ser livre e a gerir os destinos do seu próprio país.

Queridos camaradas, Na situação internacional, as constantes manobras e provocações do imperialismo norte-americano e dos seus aliados, de que são exemplo as manobras militares recentemente anunciadas na zona das Caraíbas, traduzem os seus verdadeiros objectivos — travar a luta dos povos pela libertação nacional, pela democracia, pelo progresso social e o socialismo, impedir o curso irreversível do processo revolucionário mundial.

Enquanto a crise com que se debate o capitalismo se aprofunda, reforça-se o papel da URSS e dos países socialistas no desenvolvimento do processo mundial e a luta dos povos de África, Ásia e América Latina obtêm novas e importantes vitórias.

A firmeza e determinação das forças revolucionárias e patrióticas conduziu, recentemente, na América Latina, à libertação do povo da Nicarágua da ditadura sangrenta de Somoza e à instauração no país dum regime progressista dirigido pelas forças que heroicamente combateram pela libertação nacional e social — A Frente Sandinista de Libertação Nacional — e, na África Austral, à conquista pelo povo do Zimbábue da sua independência, vibrando assim um profundo golpe na criminoso política racista desta zona de África.

O PCP é solidário com a luta dos povos que se batem contra o fascismo, o imperialismo e o colonialismo, em particular com os povos da América Latina, onde o movimento de emancipação nacional e social conhece um novo e importante desenvolvimento.

Apesar dos reveses sofridos o imperialismo não desama. Os círculos mais reacçãoários e agressivos do imperialismo norte-americano e da NATO envolveram por uma política de posições de força, de confrontação armada, de aventuras belicistas que põe em risco a paz e a segurança dos povos.

As forças do progresso social e da paz estão porém em

condições, se unidas, de enfrentar com sucesso as forças da reacção e da guerra e alcançar novos êxitos no caminho da democracia, da independência nacional e do socialismo. Neste sentido o PCP considera de importância decisiva o fortalecimento da unidade do Movimento Comunista Internacional e a acção solidária de todas as forças democráticas, anti-imperialistas e amantes da paz do mundo.

Queridos Camaradas, Em Portugal, comemorou-se recentemente o 6.º aniversário da Revolução de Abril. A classe operária e o povo português, comemoraram com alegria e confiança as conquistas revolucionárias alcançadas — a reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo de gestão — hoje seriamente ameaçadas pelo governo reacçãoário instalado no poder após as últimas eleições.

A política antipopular e antidemocrática deste governo que visa destruir as conquistas da revolução e o regime democrático consagrado na Constituição e instaurar uma nova ditadura está defrontando com a crescente e firme oposição dum amplo movimento popular de massas, no qual o PCP tem um papel determinante.

No dia 1.º de Maio, culminando um largo período de manifestações, concentrações e greves que por todo o país se têm verificado, os trabalhadores, através de grandiosas demonstrações exigiram a demissão do actual governo e afirmaram a sua determinação em defender as conquistas da revolução.

O nosso Partido confia na combatividade da classe operária e dos trabalhadores, lutando pela unidade de todas as forças democráticas, não poupando esforços nem sacrifícios para defender os interesses dos trabalhadores, derrotar os planos subversivos da reacção e do seu governo e assegurar o prosseguimento do Portugal de Abril.

Queridos Camaradas, Expressamos os nossos melhores votos para que os trabalhos do 7.º Congresso sejam um real contributo para a luta que o vosso Partido dirige pela libertação nacional e a autodeterminação, pela instauração dum verdadeiro poder popular e democrático para o povo de Guadalupe.

Manifestamos a nossa solidariedade combativa e a nossa vontade de continuar a agir pelo reforço dos laços de amizade fraternal entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Guadalupense, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e no interesse dos nossos dois povos.

Viva o 7.º Congresso do Partido Comunista Guadalupense!

Viva a amizade e solidariedade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Guadalupense!

Viva o internacionalismo proletário!

# Comunicado da APU sobre política do Governo contra o Poder Local

1. A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da APU (Autarquias), reunida em 12 de Maio de 1980, analisou a actuação do Governo Sá Carneiro e da maioria parlamentar que o apola relativamente ao Poder Local.

2. Tal política, caracterizada pela restauração dos mecanismos de tutela, centralização e burocracia, encontrou recentemente a sua mais grave expressão no facto de as autarquias locais terem sido defraudadas em cerca de 25 milhões de contos.

Este facto contradiz todas as promessas eleitorais da chamada AD, o seu programa eleitoral e as afirmações dos dirigentes do PPD e CDS no período pré-eleitoral.

3. Os 25 milhões de contos em que as autarquias locais foram defraudadas, repartidos pelos bairros, lugares, freguesias e municípios de Portugal permitiriam realizar um elevado volume de obras e melhoramentos que se traduziriam numa significativa elevação das condições de vida do povo português.

A verdadeira natureza do Governo e o seu real desprezo pelos interesses e aspirações dos trabalhadores e do povo fica mais clara perante este verdadeiro atentado aos direitos das populações, das autarquias, das cidades, vilas e aldeias do nosso país.

4. A Comissão Coordenadora assinala também, com preocupação, o restabelecimento do sistema de subsídios e comparticipações característico do regime fascista; o bloqueamento da reaprovação e entrada em vigor da lei de delimitação e responsabilidades do poder central e local em matéria de investimentos, já aprovada, por unanimidade, pela Assembleia da República em 27 de Julho de 1979; e as constantes medidas de interferência, controlo burocrático e centralização administrativa que têm vindo a ser tomadas pelo Governo Sá Carneiro.

5. A Comissão Coordenadora manifesta a sua solidariedade para com as populações de todo o País, seriamente prejudicadas com a não aplicação integral da Lei de Finanças Locais e com todos os eleitos para os órgãos do poder local, interessados em resolver os problemas das populações, e que vêem, assim, gravemente prejudicada a sua actuação ao serviço do progresso das suas terras.

6. A Comissão Coordenadora manifesta a sua confiança em que a ampla acção unitária que já tornou possível a aprovação nos últimos anos de um conjunto de medidas de descentralização e reforço do poder local, acabará por conduzir à derrota das forças reacçãoárias e da sua política centralizadora dirigida contra os interesses das populações.

Lisboa, 13 de Maio de 1980

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido (Autarquias)



A delegação de camaradas difusores do «Avante!», acompanhada por camaradas soviéticos, em Gorki, na residência onde faleceu Lênine

# Difusores do «Avante!» na União Soviética

Pelo seu empenhamento na difusão do «Avante!», pelos resultados obtidos quanto ao volume de vendas alcançadas, onze camaradas de diversas regiões e sectores deslocaram-se à URSS a convite do «Pravda», órgão central do PCUS, que deste modo se associa à homenagem que nos merecem os mais activos difusores do Órgão Central do PCP.

Desde 29 de Abril a 13 de Maio, através de Moscovo, Minsk e Leninegrado, contactaram estreitamente com a realidade do primeiro país da Revolução Socialista triunfante os camaradas Clementino Mesquita, chefe da delegação, 25 anos de idade, funcionário da CDL, no Porto; José Carlos Tajola, 49 anos, motorista da Carris, de Lisboa; Gertrudes Cunha, 69 anos, reformada, de Faro; António Carrasco Rações, motorista profissional, de Monte da Caparica; Palmira Tavares, 46 anos, empregada, de Lisboa; Ildelfonso Rufino Gomes, 62 anos, corticeiro, de Baixa da Banheira; José Almeida Silva, 31 anos, metalúrgico, de Ovar; João Firmino Rosendo, 56 anos, funcionário da lota de Peniche; António Romba,

69 anos, comerciante reformado de Ferreira do Alentejo, e Bento Mestre, 62 anos, agricultor, de Sobral da Adiga.

Clementino Mesquita deu-nos as impressões sobre esta visita à URSS dos melhores difusores do «Avante!»:

— As nossas impressões são muito positivas. Tivemos possibilidade de contactar com a realidade dos trabalhadores soviéticos, através da visita a duas empresas, com a sua organização sindical, com o seu sistema de segurança social, e impressionou-nos o seu nível de vida, o seu empenhamento na produção e no avanço da sociedade socialista desenvolvida. Tivemos uma oportunidade excelente: a de assistirmos ao grande desfile do 1.º de Maio, na Praça Vermelha, do povo trabalhador da capital soviética, com as suas palavras de ordem intimamente relacionadas com a emulação socialista, o internacionalismo proletário e a defesa da paz. Participámos igualmente na Festa da Vitória sobre o nazifascismo, que se realiza a 9 de Maio, através de uma cerimónia no

Cemitério de Leninegrado onde estão sepultados cerca de 500 mil naturais desta cidade, mortos na Grande Guerra patriótica. E quanto a este aspecto, eu gostaria de destacar que a preocupação pela manutenção da paz, a ansia de desanuviamento entre os povos é uma constante que se observa sobre diversas formas desde as citações até aos anciãos, porque a vida do povo soviético, mesmo a das camadas mais jovens, foi profundamente marcada pelos efeitos da guerra e pelo impulso da reconstrução nacional.

Sob o ponto de vista cultural, o nosso programa foi igualmente muito cuidado: tivemos oportunidade de visitar diversos monumentos históricos e assistimos a diversos espectáculos, de folclore, ballet, circo, opereta, que atestam o grande desenvolvimento artístico da sociedade soviética. Ainda como elemento da visita que nos é particularmente grato, o contacto íntimo que nos foi proporcionado com a vida e obra de Lenine, cujos ensinamentos e experiência continuam a ser um guia inestimável para os povos de todo o mundo.

**NO PRÓXIMO DOMINGO**

**HOMENAGEM A CATARINA EUFÉMIA**

DIAS DE MAIO DE PROEM BALEIZÃO COM A PRESENÇA DE ÁLVARO CUNHAL



CATARINA EUFÉMIA

## Álvaro Cunhal em Baleizão

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, desloca-se a Baleizão no próximo domingo, dia 18, para participar na Jornada evocativa do 26.º aniversário da morte de Catarina Eufémia, celta alentejana, militante comunista assassinada pelas balas do fascismo.

A iniciativa pertence à Comissão Distrital de Beja do PCP e inclui às 14 horas romagem ao cemitério e às 15 um encontro em que intervirá o camarada Álvaro Cunhal.

# Mais dez mil: nunca somos demais!

Todos os militantes poderiam adivinhar, mesmo antes da publicação do último documento do Comité Central, saído da reunião realizada no passado dia 3 de Maio: a meta global dos 10 mil novos camaradas, da campanha de recrutamento que durará até 14 de Julho, até à Conferência Nacional do Partido, vai ser largamente ultrapassada!

escolas — sabermos do interesse que a campanha desperta junto de companheiros que se tornam camaradas, de sabermos que em muitos lados já ultrapassámos metas parciais, não nos fará abrandar no esforço da campanha.

E dizemos que todos poderiam adivinhar — até mesmo os que não são comunistas —, porque é já tradição ultrapassarmos as metas que nos propomos e porque essas metas assentam na experiência, contam com as próprias forças, contam com a realidade que é a vontade dos militantes em reforçarem o seu Partido.

Através de iniciativas variadas, através de variadas formas de abordagem, sempre de acordo com o meio, a classe, a camada com a qual trabalhamos, a campanha avança. E em cada novo militante, no seu entusiasmo renovado, na nova força que traz ao Partido, descobrimos que podemos avançar ainda mais. Ir ainda mais além da nossa meta.

Não se trata apenas de uma tradição. Trata-se do empenhamento que devemos pôr nas nossas tarefas, na compreensão do significado de cada uma delas. E esta tarefa, a de trazer às fileiras do PCP mais dez mil novos militantes, todos a compreenderem como uma necessidade do Partido, a necessidade de se tomar cada vez mais apto na condução da luta pela democracia e pela liberdade, defendendo as conquistas de Abril.

Esclarecendo permanentemente, explicando a política do PCP, demonstrando que é com o PCP, que é nas fileiras do PCP que melhor se defende Abril e as suas conquistas, que melhor se defende e prepara o futuro socialista e comunista de Portugal, avançaremos, seremos mais!

Alargam-se e desenvolvem-se as lutas. É, pois, natural, que as fileiras do PCP se reforcem com mais camaradas cuja consciência se desenvolveu nas próprias lutas e que vêm encontrar no Partido o seu Partido. Através do trabalho organizado, mais firmemente defenderão os interesses de todos os trabalhadores.

Explicando o que é o Partido, como se trabalha no Partido, como cada um tem no Partido o seu lugar e a sua voz, como funciona a democracia no Partido dos trabalhadores, demonstrando aos nossos companheiros de trabalho que se distinguem pela sua honestidade e firmeza nas lutas a importância do seu papel na luta política organizada, estaremos a construir um Partido mais forte, à altura das novas batalhas que nos esperam!

O facto de, cada um de nós, na sua organização, conhecer os êxitos desta campanha, o facto de em muitos lugares — nas fábricas e nos campos, nos escritórios, nas

Milhares de novos militantes comunistas vêm às nossas fileiras. Dispostos a cumprir a fraternal disciplina do Partido da classe operária, a dar o melhor do seu esforço segundo as suas capacidades e o seu saber. Outros milhares esperam ainda, porventura, que um de nós diga: Nunca somos demais!

# Semana

7 Quarta-feira 1514 - D. Manuel I concede foral à vila do Barreiro.

Devido ao facto de o Governo haver recuado nas suas posições de intransigência e se ter comprometido a reiniciar as negociações, os Sindicatos da Função Pública suspenderam a greve que estava prevista para o sector para amanhã e depois. O Executivo do Comité Olímpico Português reúne para apreciar o documento divulgado pelo Governo PPD/CDS, no qual se pretende pressionar aquele organismo no sentido de apoiar o boicote aos Jogos Olímpicos proposto pela administração Carter. Rui Rodrigues, jovem autor (16 anos) do desvio de um avião da TAP para Madrid, é entregue à Secção de Violência Concentrada da Polícia Judiciária de Lisboa, depois de apresentado ao Juiz de Instrução Criminal, que lhe manteve a prisão. Uma nota da SIP do PCP considera que a tardia decisão da Comissão Administrativa da RDP sobre o exercício do direito de antena vem limitar a expressão dos partidos da oposição até às próximas eleições e denuncia a mentira e manipulação da informação naquele órgão de comunicação social. Um comunicado do Secretariado da CGTP-IN afirma que a central sindical portuguesa "tem um papel a desempenhar nas soluções dos problemas que se põem ao país", o qual será "assumido fundamentalmente através das acções de massas e da actualização de todas as formas de luta constitucionais, a todos os níveis, sem excepção, que tenham como objectivo a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e da democracia". O Conselho da Revolução, na sua última reunião, considera inconstitucional o estatuto da RTP apresentado pelo Governo PPD/CDS.

8 Quinta-feira 1758 - Lei de D. José I declara cidadãos livres todos os índios do Brasil.



Realiza-se na Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra, um comício de Amizade PCP/POUP culminando a visita da delegação do Partido Operário Unificado Polaco que veio ao nosso país a convite do CC do PCP. Estando o Presidente da República ausente do País, em Belgrado, o PPD/PSD requer na Assembleia da República a substituição do deputado do seu grupo, Leonardo Ribeiro de Almeida, actual presidente da AR, para assim poder contar com o seu voto, estava em causa a votação das impugnações apresentadas pelo PCP e PS e, a ser aceite o insólito requerimento, o país ficaria sem Presidente da República (neste caso o Presidente da AR, que substitui o PR na ausência deste). É anunciada oficialmente na capital guineense a próxima visita de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, à República da Guiné-Bissau. É estabelecido um acordo de cooperação no domínio da agricultura entre o Ministério de Agricultura e Pescas da Holanda e Portugal. A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) reivindica o gasóleo a 10500/Litro desde já, para todos os agricultores. O Governo PPD/CDS reconhece, num relatório para a ONU, que a produtividade do trabalho aumenta em Portugal mas os salários reais continuam a baixar, situando-se agora ao nível de 1973.

9 Sexta-feira 1918 - Sidónio Pais é proclamado Presidente da República.



Os secretariados da União dos Sindicatos de Lisboa e das Comissões de Trabalhadores da cintura industrial de Lisboa convocam uma manifestação para o próximo dia 24 contra a política do Governo PPD/CDS na comunicação social. Regressam a Lisboa o Presidente da República e demais políticos portugueses que se deslocaram a Belgrado por ocasião do funeral do marechal Tito, entre eles encontrava-se a delegação do PCP que, chefiada por Álvaro Cunhal, esteve presente na homenagem a Tito. É inaugurada pelo Primeiro-Ministro e outros membros do Governo PPD/CDS a XXI Feira Internacional de Lisboa (FIL). Termina na Gulbenkian um seminário sobre Ensino Superior promovido pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e ontem iniciado. Funcionários do MAP, com a cobertura da GNR, demarcam quatro reservas ilegais em UCPS dos distritos de Évora e Beja. Em assembleia geral os trabalhadores da Lisnave decidem apoiar as formas de luta que forem marcadas pela Comissão Negociadora Sindical (CNS) do CCT da metalurgia e metalomecânica, por forma a levar por diante as suas reivindicações.

10 Sábado 1967 - Morre a actriz Palmíria Bastos.

Inicia-se na Voz do Operário, em Lisboa, o I Encontro Nacional de Saúde, promovido pelo PCP. Por iniciativa do Sindicato dos Ferrovias do Sul, é comemorado no Barreiro o V aniversário da nacionalização da CP. Os trabalhadores do "Diário de Notícias" anunciam que paralisarão na próxima quinta-feira, protestando assim contra a situação de repressão que reina dentro da empresa desde que o Governo Carneiro/Amaral decidiu declará-la em "situação difícil".

11 Domingo 1978 - O Teatro Nacional D. Maria II - Casa de Garrett reabre com a apresentação de "O Alfageme de Santarém" e "Auto da Geração Humana", 14 anos depois do violento incêndio que quase o destruiu.



Reúne em Lisboa a Comissão Nacional do PS, que encarregou o secretário-geral, Mário Soares, de "orientar pessoalmente" as diligências para a escolha de um candidato presidencial, cabendo à Comissão Directiva a decisão final. Na proclamação final que encerrou o I Encontro Nacional de Saúde promovido pelo PCP sublinha-se a ofensiva da direita e do seu governo "AD" contra as conquistas de Abril também se sente no domínio da Saúde, constituindo sua expressão prática o ataque feroz ao direito constitucional e legal que institui o SNS, geral e gratuito. Num encontro que decorreu em Lisboa, no Vasco Santana, activistas do MDP/CDE ligados ao poder local definem os objectivos e linhas gerais de acção do Partido nesse sector.

12 Segunda-feira 1979 - Realiza-se em Lisboa, promovido pela CGTP-IN, um Seminário Sindical sobre Higiene e Segurança no Trabalho; participam 700 delegados.

Falando no final de uma visita à FIL, num encontro com empresários, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, afirma que qualquer diploma sobre a delimitação dos sectores público e privado "não poderá deixar de cumprir os estritos critérios definidos na Lei fundamental". Em evidente desafio ao poder judicial, o MAP, com a cobertura da GNR, concretiza a entrega de uma reserva com 350 ha das melhores terras da Cooperativa 1.º de Maio, na Gâmbia, inviabilizando-a. O ministro da Educação do Governo Carneiro/Amaral apresenta em conferência de imprensa o projecto que o seu Ministério elaborou sobre a "Lei de Bases do Sistema Educativo". O Sindicato dos Jornalistas subscreve o pre-aviso de greve de 24 horas que o pessoal da empresa pública "Notícias/Capital" efectuará no próximo dia 15, como forma de luta contra a decisão governamental de considerar a empresa em "situação económica difícil".

# Os Comunistas na Assembleia da República

## A indigência dos argumentos da direita

Os últimos dias de actividade parlamentar foram marcados pela incapacidade de argumentar, da parte da direita, em favor das suas posições. E também pelo ridículo que, do princípio ao fim, envolveu as intervenções dos deputados da AD.

Tudo começou, na quinta-feira passada, no período de antes da Ordem do Dia, com Ferreira do Amaral, a ferver, insultando a deputada comunista, Alda Nogueira, em "resposta" à declaração política daquela camarada que denunciou as manobras militares dos Estados Unidos nas Caraíbas. E continuaria com Amândio de Azevedo, do PPD, queixando-se da "censura comunista" secundada pela sua colega Dinah Alhandra, e não conseguindo responder às acusações do camarada Jorge Lemos que falou sobre o terror reinante actualmente na RDP.

O ridículo ia continuar. E aprofundar-se. Impugnado pelo PCP e pelo PS, debatida-se o Projecto de Lei da AD, que era o remendo dos leais servidores do Governo à Proposta de Lei sobre o Recenseamento Eleitoral já derrotada na Assembleia. Vai-se tomando, aliás, nota a insistência da maioria escassa e do seu Governo em projectos indefensáveis. Contra a razão, contra os órgãos de soberania e as

decisões já aprovadas, contra o povo, contra a História, contra tudo e contra quase todos, o Executivo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e os seus "delegados" na Assembleia, insistem. E recolhem a indignação dos trabalhadores, dos democratas. E cobrem-se de ridículo que a sua argumentação vem agravar.

### Periclitantes

Nem todos os «maioritários» alinham, porém, nas ordens do Governo. E já não é a primeira vez que aqui o constatámos. No Projecto «remendo» para o recenseamento eleitoral, por exemplo, depois de Vital Moreira ter denunciado tratar-se de uma infracção flagrante e irremissível da Constituição» o facto de se apresentar, na mesma sessão legislativa, legislação a aprovar sobre matéria já rejeitada, o «reformador» Godinho de Matos manifestou também que o seu agrupamento tinha sérias dúvidas sobre a constitucionalidade do Projecto AD. E deixou entender que o conflito deve ser resolvido pelo Conselho da Revolução, órgão de soberania contestado pela maior parte dos deputados da Aliança da direita.

Nunca se viu um projecto ser tão mal defendido no

hemiciclo. E muita gente espera que o deputado António Maria Pereira, (a quem coube a faxina, desempenhada atabalhoadamente como é seu uso, de dar argumentos a favor da apresentação do Projecto) fique mais de um mês suspenso, como solicitado, do seu mandato. E que o seu substituto, pelo menos, poupe os ouvidos dos restantes deputados. E da assistência.

Rejeitada a impugnação dos partidos da oposição, com a abstenção dos «reformadores», ia passar-se à discussão do Projecto de Lei do PCP sobre Cooperativas, defendido pelo camarada Carreira Marques. A Ordem do Dia seguinte, entretanto, ia esquecer esse projecto comunista.

Ao fim da tarde de quinta-feira, já não era do recenseamento que se falava. Era da iniciativa da «maioria» em substituir o «seu» Presidente da Assembleia, Leonardo Ribeiro de Almeida, que nesse dia fazia as vezes de Presidente da República. Receando perder um voto, os chefes da direita não hesitaram em enviar para a mesa uma proposta nesse sentido. O que poderia deixar o País sem Presidente da República, já que Leonardo Ribeiro de Almeida, substituído, perderia a qualidade de deputado e não poderia continuar a presidir ao

órgão do qual já não era membro. E, por consequência, deixaria de poder substituir o Presidente da República. E etc.

### A falta de coragem

A coragem dos pequenos grupos alinhados na AD tem sempre sido de pouco dura. Assim, depois de, na véspera, admitirem que o Projecto de recenseamento poderia não ser lá muito constitucional, os «reformadores», encerrado o debate na sexta-feira, votaram ao lado dos seus colegas carneiristas, amaralistas e monárquicos. Nageneraldade o Projecto foi aprovado e adiada a sua discussão e votação na especialidade para terça-feira seguinte. No debate, o deputado socialista Almeida Santos não deixou de sublinhar «o espectáculo da argumentação mais inconvincente», produzido pela maioria.

Na tarde de terça-feira, depois do curto período de antes da Ordem do Dia, coube ao deputado comunista Lino Lima apresentar o Projecto de Lei do PCP propondo a criação de uma Faculdade de Direito no Porto. Projecto que seria apoiado por todos os outros partidos da oposição. Entretanto, Oliveira Dias, do

CDS, logo em pedido de esclarecimento, revelou a posição que a direita iria tomar ao proceder-se à votação, perguntando porque não tinham os comunistas apresentado outras iniciativas e apenas aquela. Lino Lima sublinhou o ridículo da questão — desse modo qualquer grupo ficaria tolhido nos seus projectos: há sempre mais e mais a fazer. E lembrou que a criação daquela Faculdade ia ao encontro das aspirações de muitos estudantes do Norte do País. Quarenta por cento dos estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra são originários do Porto, de Braga, de Vila Real, de Bragança...

O debate tomou-se vivo. Não pela argumentação da direita, que Vital Moreira classificaria de «indigente», mas precisamente pela insistência com que os grupos AD, somando asneiras, contradições e demagogia, procuraram «rebater» o projecto.

Pereira de Melo, do CDS, seria porventura o mais sincero: não concordou com a criação da Faculdade de Direito no Porto porque a Universidade Católica já tinha criado uma. E adiantou mais uma «razão», que seria retomada por outros: a de que a Assembleia não se devia imiscuir na actividade do Governo. Esqueceu, como

ficou demonstrado, que a própria Assembleia procedeu à criação de universidades nas Beiras e no Algarve, como denunciaria o socialista José Luís Nunes.

### Alterar o que se rejeita...

Contra o Projecto, os homens da direita defenderam a planificação. Contra o Projecto, defenderam a concorrência livre. Contra o Projecto, acusaram o PCP de eleitoralismo. Contra o projecto, disseram que era bom mas não era oportuno. O PPM, por ordem de el-rei votou contra, mas tinha chegado a apresentar propostas de alteração, o que prova que esperava que o Projecto passasse.

A rejeição do Projecto foi qualquer coisa de difícil. De difícil de defender fora de um hemiciclo, junto dos interessados. Foi assim que a deputada Amália Azevedo, concordando que o documento em causa consubstanciava uma antiga aspiração da gente do Norte do País, achou, porém, que a iniciativa não devia partir da Assembleia. Foi assim que, no momento da votação, os «reformadores» Adão e Silva e Godinho de Matos abandonaram a sala, partindo quase ao meio o seu agrupamento parlamentar.

## Silêncio pesado

Muitas provas tem a direita recebido de que lhe não é fácil governar contra as conquistas de Abril, contra as instituições democráticas, contra a maioria dos portugueses — apesar da escassa e conjuntural maioria que conseguiram obter na Assembleia —, contra os órgãos de soberania.

Desde os tribunais, de que desrespeitam as decisões, ao Conselho da Revolução, que põem em causa, passando pela Comissão Constitucional, que emite pareceres não coincidentes com a vontade subversiva da AD, não há instituição que escape ao furor do crítico dos governantes. Tal furor não tem, no entanto, obtido resultados positivos para a direita, que até na própria Assembleia viu derrotadas propostas suas, que vê feridos de inconstitucionalidade decretos seus, que verga ao peso de sentenças desfavoráveis às suas medidas administrativas. Derrotas sobre derrotas vão sendo somadas pelos defensores da reconstituição dos monopólios e dos latifúndios. Mas ainda não desistiram.

No dia em que se propuseram obter na Assembleia a prorrogação do prazo da autorização legislativa que permite ao Governo alterar a lei de delimitação dos sectores público e privado — que conheceu já derrotas no Conselho da Revolução após parecer desfavorável da Comissão Constitucional, veio somar-se mais um aos reveses da direita.

Tratou-se de uma carta do Presidente da República, que enviou à Assembleia, usando do seu direito de veto, o Decreto 284/L, de 10 de Abril último, sobre a alteração, por ratificação, do Decreto-Lei 513-A/79, de 24 de Dezembro, diploma que versa sobre as comemorações do quarto centenário de Gamões e em cuja proposta de alteração os «reformadores» não participaram, abstendo-se de votar ao lado dos restantes grupos da AD.

A carta, lida num silêncio pesado de significado — a direita devia recordar naquele momento as declarações da véspera que o Presidente da República

produzira na FIL, sobre a lei de delimitação dos sectores público e privado e o cumprimento da Constituição — revelava o desacordo do Presidente quanto às alterações propostas nomeadamente àquela que propõe fazer depender a nomeação do presidente da Comissão Organizadora das Comemorações, por parte do PR, de pareceres favoráveis, e portanto vinculativos, do Primeiro-Ministro e da AR, não respeitando a normal relação institucional entre órgãos de soberania, além de constituir uma limitação concreta inaceitável da competência presidencial.

A dignidade de que se deveriam revestir as Comemorações Camoneanas — diz ainda a carta —, exigível em qualquer circunstância e mais ainda no regime de liberdade é democracia, não é compatível com situações de conflito potencial como as que estão implícitas na solução do decreto em apreço.

## Deputados comunistas com as populações

No passado dia 9 do corrente, os deputados comunistas Vital Moreira e João Amaral deslocaram-se à região da Beira Interior, onde, durante três dias, visitaram a Covilhã, Tortosendo e Belmonte. No dia 9, acompanhados do camarada João Pessoa, da DORBI, visitaram a Sociedade de Fabricantes, onde foram recebidos pela Comissão de Trabalhadores, que dirigiu a visita, durante a qual foi proporcionada uma larga troca de informações e opiniões com os trabalhadores em actividade. Depois de um encontro com a Junta de Freguesia, visitaram as instalações do Centro da Terceira Idade e a nova sede dos «Unidos». Dezenas de pessoas participaram depois num jantar-conívio na Cooperativa Hoteleira de Tortosendo. À noite, na sala de espectáculos dos «Unidos», seis centenas de pessoas participaram na sessão de esclarecimento em que interveio o camarada Vital Moreira.

No dia 10, acompanhados pelo camarada Carlos Pinhão, do CC e da DORBI, os deputados comunistas visitaram na Covilhã o Instituto Universitário da Beira Interior, onde a delegação constatou o atraso das obras de

desenvolvimento e implantação e as dificuldades existentes na regularização das actuais licenças e no lançamento de novas, de acordo com o plano director ainda não aprovado superiormente.

Em Belmonte, o deputado João Amaral, acompanhado do camarada Jorge Gouveia Monteiro, da DORBI, visitou a vila, depois de um breve encontro no Centro de Trabalho com militantes da organização. Na Casa Paroquial, a delegação reuniu com membros das Assembleias e Juntas de Freguesia. Na reunião, em que tomaram parte ainda membros da Assembleia Municipal, analisaram-se problemas locais que afectam as populações. À noite houve uma sessão de esclarecimento, promovida pela Comissão Concelhia de Belmonte do PCP, em que tomou a palavra o camarada João Amaral, seguindo-se um convívio e um baile popular, animado por «Os Galés», de Setúbal.

### Deputado comunista no Funchal

Carlos Carvalhas, suplente do Comité Central do PCP e membro

do grupo parlamentar comunista, deslocou-se, no passado domingo, à Madeira, onde se realizou, no salão do Hotel Montecarlo, no Funchal um colóquio organizado pela Revista «EC — Questões Económicas e Sociais», sobre os problemas da adesão de Portugal ao Mercado Comum Europeu. Carlos Carvalhas, acompanhado pelo camarada Carlos Amaro, engenheiro agrónomo, abordou durante o colóquio, que era presidido pelo camarada Mário Aguiar, colaborador da «EC», questões relativas à economia daquela Região Autónoma. Foram focadas, perante numerosa assistência, temas como a produção agrícola, o turismo, a colónia, as pescas, os transportes.

Este colóquio, tal como o que no dia anterior se realizou em Lisboa, na Faculdade de Letras, e durante o qual tomou a palavra o camarada Veiga de Oliveira, do CC também deputado comunista, perante cerca de duzentas pessoas, integrou-se na preparação da Conferência do PCP sobre a integração de Portugal na CEE, marcada para 31 de Maio, na cidade do Porto.

## As provocações imperialistas e o governo AD

(...) O facto de, sob pressão da opinião pública mundial e em especial dos povos da região das Caraíbas, ter sido cancelado aquele desembarque em Guantanamo representa já por si uma importante vitória da revolução cubana e do povo cubano. Como o sublinhou Fidel Castro no seu último discurso no 1.º de Maio deste ano:

A gigantesca manifestação de mais de um milhão de pessoas neste dia em Havana, que se seguiu ao desfile em Abril também de mais de um milhão de pessoas em Havana por ocasião do aniversário da derrota das forças anticomunistas, propagadas e auxiliadas pelos EUA, quando do desembarque na Baía dos Porcos há 19 anos, deixaram, mais de uma vez, bem claros os sentimentos vivos do povo cubano contra a existência da base de Guantanamo, contra o embargo comercial dos EUA a Cuba e contra as constantes provocações da CIA.

Esta nova provocação dos círculos mais reacçãoistas e belicistas norteamericanos inseriu-se na mais longa e perigosa ofensiva contra a paz e a segurança dos povos depois da guerra fria, e já conhecido o extraordinário reforço a longo prazo do programa armamentista da NATO em 1978 e do sinistro projecto de bomba de neutrões até à decisão de instalar mísseis americanos na Europa Ocidental, de não ratificação dos acordos Salt II, passando pelas medidas de retaliação e boicote da Administração Carter contra a URSS e outros países socialistas — tudo isto tendo por música de fundo a orquestração de violentas campanhas anticomunistas e anti-soviéticas.

É toda esta política à beira do abismo, e toda esta estratégia de

que pretendem mais uma vez enfrentar o agravamento da crise do capitalismo à custa dos trabalhadores e das massas populares — o Governo da AD, dizíamos, pratica uma política de submissão ao imperialismo, proclamando adversário do desanuviamento e participa activamente nas campanhas imperialistas de agudização da tensão internacional. Tudo isto para procurar por todos os meios — doa que doer — ganhar apoio junto da pior reacção internacional.

Pese, porém, a esta reacção e aos seus aliados aqui ou noutras partes do mundo, a verdade é que a situação internacional

continua evoluindo favoravelmente às forças da democracia, da paz, do progresso e do socialismo.

No que respeita mais esta provocação das forças imperialistas dignida contra Cuba e os restantes países da região da América Central, exprimimos aqui, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o nosso vivo protesto.

Solidarizamo-nos com todos esses povos, certos de que ao fazê-lo exprimimos os sentimentos de paz e amizade do nosso povo com todos os povos do mundo. Solidarizamo-nos igualmente com as forças democráticas e progressistas que naquela região do

### O terror na RDP

Na Radiodifusão Portuguesa reina neste momento um clima de terror e medo. É impedida a liberdade de criação e expressão aos jornalistas, é praticada a censura, é manipulada a informação! Nestas empresas públicas foram suspensos há cerca de uma semana quatro jornalistas — membros do Conselho de Redacção eleito pelos trabalhadores —, foram-lhes instaurados processos disciplinares pelo simples facto de terem ousado denunciar tal situação, por terem ousado afirmar que na RDP não havia liberdade de informação!

Vejam os alguns exemplos: — A criação da rede de emissão da Conferência da Reforma Agrária e contrariamente à opinião da Redacção, é impedida a deslocação de um repórter da Rádio Comercial para cobrir o acontecimento. No que se refere ao jornalista da RDP-1 enviado ao local, é-lhe expressamente proibido que realize qualquer entrevista, é-lhe proibido que apresente qualquer extracto de intervenção produzida e é-lhe ordenado que se limite a fazer uma crónica telefónica, com indicação expressa de nela não ser incluída matéria ofensiva para o Governo.

— Ao jornalista destacado para cobrir a conferência de imprensa em que era divulgada a realização do Congresso do MDM, é exigido pelo subchefe de Redacção — sr. Luis Magalhães — a prévia audição do trabalho efectuado a fim de ser assegurado que não fosse para o caso houvesse qualquer ataque à política do Governo.

— É censurada e não vai para o ar a entrevista concedida pela eng.ª Maria de Lourdes Pintasilgo, no dia 24 de Abril, a um jornalista da Rádio Comercial. Tendo o texto da entrevista sido publicado posteriormente pelo "Diário de Lisboa", a direcção dos Serviços de Informação lançou um inquérito pidesco ao mesmo tempo que suspende e manda instaurar processo disciplinar ao entrevistado.

— No dia 24 de Abril é censurado um texto produzido pelo padre Viásos — colaborador da RDP — referente à passagem de um mês sobre o assassinato do bispo Oscar Romero.

Dia 29 de Abril os elementos do Conselho de Redacção do "Diário de Lisboa" não foram autorizados a fazer uma visita à Comissão Administrativa, AI, o sr. Barreiros — presidente da CA — ameaça-os

insulta-os e tenta obter informações recorrendo a um interrogatório de tipo pidesco de que se salientam expressões como "quem escreve?" — "não dizem, são despedidos" — "enquanto eu cá estiver não há Conselho de Redacção" — perante a firmeza demonstrada pelos jornalistas presentes, conscientes do seu direito, decorrente da Lei de Imprensa, de constituir os Conselhos de Redacção, a Comissão Administrativa emite um despacho suspendendo e instaurando processo disciplinar aos jornalistas da Rádio Comercial e da "Redacção", o pluralismo. O que preocupa este Governo é assegurar a partir da comunicação social do Estado a completa manipulação da informação que lhe pertença, entre outros, dar cobertura à mascarada eleitoral de tipo marcelista — salazarista que o Executivo AD carrega no bojo, que lhes permitia perpetuar-se no Poder ainda que com uma minoria dos votos dos portugueses.

bem quais as preocupações deste Governo e dos partidos que o apoiam. Não estão preocupados em que tal como a Constituição que eles determinam, os órgãos de comunicação social do Estado mantenhiam a sua independência perante a Administração Pública e o Governo, assegurem a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião e sigam uma orientação que respeite o pluralismo. O que preocupa este Governo é assegurar a partir da comunicação social do Estado a completa manipulação da informação que lhe pertença, entre outros, dar cobertura à mascarada eleitoral de tipo marcelista — salazarista que o Executivo AD carrega no bojo, que lhes permitia perpetuar-se no Poder ainda que com uma minoria dos votos dos portugueses.

Jorge Lemos (8/5/80)



### Uma Faculdade de Direito para o Porto

Ao apresentar o Projecto de Lei sobre a criação da Faculdade de Direito na Universidade do Porto, o Grupo Parlamentar do PCP viu em primeiro lugar a realização desses objectivos constitucionais. Trata-se, com esta iniciativa legislativa, de tentar suprimir uma grave lacuna do nosso sistema público de ensino, de procurar que o Estado garanta aos cidadãos do Norte do país, nomeadamente à juventude, o ensino do Direito em condições de facilidade idênticas às

que gozam as populações do Centro e do Sul do País, que há muito dispõem de Faculdades de Direito em Coimbra e em Lisboa. Porque não em a Universidade do Porto uma Faculdade de Direito? Que razões podem justificar a inexistência deste grau de ensino superior em segunda cidade deste país, nesse centro à volta do qual gravitam populações numerosas e operosas. Importantes actividades agrícolas, comerciais e industriais, onde uma juventude

(sobretudo a juventude de trabalhadores) dá todos os dias provas de capacidade que não são, com certeza, inferiores às das restantes regiões? Não deseja o Executivo AD carregar a responsabilidade de conduzir a esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP um cunho regionalista e bairrista — mas não posso deixar de chamar a atenção desta Câmara para um conjunto de vicissitudes que a história da Universidade do Porto revela, as quais facilmente podem conduzir à ideia,

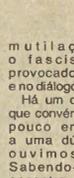
Lino Lima (13/5/80)



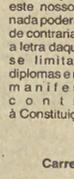
Alda Nogueira (8/5/80)



Carreira Marques (8/8/80)



Carreira Marques (8/8/80)



Carreira Marques (8/8/80)



# Desenvolver as lutas de massas

Novos desenvolvimentos das lutas de massas por reivindicações concretas e urgentes estão na ordem do dia. Em termos de poder de compra, os salários descem em Portugal para os níveis de 1973.

O aumento do custo de vida continuará a mobilizar milhares e milhares de trabalhadores. A política deste Governo, orientada para a destruição do regime democrático, obriga à agudização das formas de luta pela satisfação de necessidades elementares. Reunido na penúltima quarta-feira, o secretariado nacional da CGTP-IN, ao analisar a acção desenvolvida pelos trabalhadores e pelo Movimento Sindical, advertiu que o Governo «tenderá a alargar e a aprofundar os conflitos com o movimento operário».

Nessa perspectiva, largamente fundamentada, é irrecusável a intensificação da luta. Diversificando as formas a utilizar, aumentando a solidariedade e globalizando as acções, têm de ser alcançados dois objectivos essenciais: o cumprimento das reivindicações contidas no Caderno Reivindicativo

aprovado no III Congresso da CGTP-IN e a rápida demissão do Governo pondo termo à sua acção de terrorismo anticonstitucional.

O assalto diário aos direitos dos trabalhadores tem sido contido pela combatividade e a unidade crescente das massas trabalhadoras, cujas lutas, no seu conjunto, evitaram que se degradasse ainda mais a vida do Povo português e dificultaram decisivamente a acção do Governo, demonstrando, como salienta o secretariado da CGTP-IN, «a inviabilidade de uma política reaccionária no quadro das instituições democráticas».

Mas o Governo não desama. Embora comece a sentir que o terreno lhe foge debaixo dos pés, prossegue com a sua política de confronto diário com as massas trabalhadoras. Depois de tentarem congelar na prática a contratação colectiva, Governo e patronato reaccionário têm recebido a resposta adequada nos sectores mais importantes da vida económica do País. Petrogal, Função Pública, Químicos, Metalúrgicos, CTT,

Rodoviários, Pescadores constituem alguns exemplos bem significativos das lutas a que este Governo continua a obrigar centenas de milhares de trabalhadores. Mas o Executivo «Sá Carneiro para a rua» não desiste de agravar ainda mais as razões e o espaço dos conflitos. Procura agora destruir toda a legislação do trabalho de conteúdo progressista aprovada depois do 25 de Abril.

Uma liberalização dos despedimentos ainda mais escandalosa do que a actual, facilidades mais graves ainda para os contratos a prazo e para o seu papel nefasto na estabilidade de emprego, restrições ainda maiores aos direitos sindicais, aos das comissões de trabalhadores, de greve e de contratação colectiva, com a imposição do um novo tecto salarial, não se limitariam à prática já ilegalmente seguida pelo Governo PPD/CDS.

Esses assaltos teriam agora a apoiá-los, (mas a luta dos trabalhadores não o consentirá) as célebres «medidas de fundo» concretizadas na revisão reaccionária da legislação do trabalho.

A CGTP-IN adverte contra a tentativa governamental de elaborar essa nova legislação «no segredo dos conluios com a CIP, a CCP e a CAP» (associações do patronato reaccionário), violando «a competência legislativa exclusiva da Assembleia da República sobre direitos dos trabalhadores».

A CGTP-IN adverte contra «o facto consumado» que este Governo tenta engendrar com essas leis cozinhadas no segredo dos gabinetes «de modo a manietar qualquer oposição».

Mas o segredo é de polichinelos. Os trabalhadores verificam todos os dias, na prática, o que o Governo pretende agora «legalizar». É o atropelo e o arbítrio directamente apontados aos seus direitos e à capacidade legal de os defender.

Nenhuma surpresa haverá, assim, para este Governo perante a pública denúncia dos seus projectos legítimos. E nenhuma surpresa também terá para ele a luta que contra esses projectos se desencadeará.

## Para salvar a Equimetal 1600 trabalhadores decididos a vencer

Viabilidade da empresa, segurança dos postos de trabalho (a ameaça de desemprego é cada vez mais preocupante) e pagamento de salários de Março e Abril levaram novamente à greve os 1600 trabalhadores da Equimetal. Uma adesão praticamente total e forte unidade caracterizaram essa segunda jornada de luta (dias 13, 14 e 15) num período de duas semanas que culmina com um plenário previsto para hoje.

De uma ampla informação sobre o estado da empresa e as preocupações sobre o seu futuro, colhida numa longa entrevista colectiva concedida ao «Avante!» pelos organismos representativos dos trabalhadores na manhã de terça-feira, 13, primeiro dia de greve, destacaremos hoje alguns elementos de maior actualidade guardando para o próximo número um grande manancial de dados, muitos deles exemplares para a explicação e a atribuição das responsabilidades da crise que afecta gravemente a Equimetal e toda a metalomecânica pesada do sector empresarial do Estado.

A paralisação ininterrupta de terça-feira até hoje foi decidida unanimemente em plenário no dia 7 do corrente. Medida bem clara da unidade que reina na empresa e da justa compreensão das razões da luta foi a grande participação nesse plenário. Incluindo os trabalhadores dos escritórios, cujos sindicatos representativos de Lisboa e Setúbal subscreveram a forma de luta adoptada, a paralisação de três dias, que

termina hoje, certamente para recomear em breve, poderia ter sido evitada se o Governo e a administração mostrassem pelo menos a intenção de encontrar, juntamente com os trabalhadores, algumas soluções que obstem à degradação acelerada que pode a curto prazo arruinar por completo uma empresa, cujo capital social é do Estado na sua totalidade.

Os interesses do Governo não são os do País

Mas o Governo, que apenas se interessa pelo sector público da economia para destruir os objectivos constitucionais das nacionalizações e subordinar por completo aquele sector ao grande capital privado, retirando-lhe a eficácia e a primazia na condução dos interesses económicos do País, não olha sequer para as

propostas dos trabalhadores da Equimetal e de todo o sector da metalomecânica pesada, preferindo, como fez há dias, remeter para a delegação do Ministério do Trabalho de Setúbal um pedido de audiência ao Primeiro-Ministro, que passara entretanto pela sede daquela pasta em Lisboa, sem que o alogado ministro do Trabalho da coligação reaccionária desse também qualquer atenção a esse pedido feito no sentido de salvar da ruína uma empresa como a Equimetal.

Os trabalhadores fazem questão de frisar, através dos seus órgãos representativos, que a adopção da greve como forma de luta não reside apenas na legítima preocupação de garantir os postos de trabalho, receber os salários em atraso e obrigar o «sr. quem de direito», neste caso o Governo, a olhar para os interesses nacionais. A greve na Equimetal é concretamente uma forma de defender esses interesses, uma forma de defender os interesses do País contra um Governo que os quer substituir pela exploração monopolista, para o que pretende, desde já, oferecer àquilo que chama a iniciativa privada as fatias mais chorudas da metalomecânica, transformando o resto em «terra queimada» e em desemprego para milhares de trabalhadores.

Mais de ano e meio a aguentar...

Desde Setembro de 1978 que há atrasos no pagamento de salários na Equimetal. Os de Fevereiro deste ano só foram pagos em Abril. Falta agora os de Março e Abril. Com grandes dificuldades, e mesmo situações dramáticas já em curso ou previsíveis para

muitas famílias, para muitos milhares de pessoas incluindo as crianças, que dependem absolutamente desses salários para viver, os trabalhadores aguentaram durante mais de ano e meio uma situação irregular e preocupante, procurando, em vez da luta, intensificar o trabalho para aumentar a facturação no sentido de ser assinado um contrato de viabilização favorável à empresa e à salvaguarda dos postos de trabalho.

Na ruptura, que inevitavelmente sobreveio com a política antinacional deste Governo, os trabalhadores da Equimetal não têm a mínima responsabilidade. Não são responsáveis pelo desvio de encomendas que deveriam caber à Equimetal. Se os Planos (siderúrgico, mineiro, energético, cimenteiro) não se cumprem, não é por culpa dos trabalhadores. Se não há coordenação no sector, não é porque os trabalhadores não tenham denunciado isso a tempo e não tenham lutado, inclusive, para que essa coordenação prosseguisse a nível ministerial e com a participação dos representantes sindicais. Se a situação financeira não foi saneada e está como está, também daí não advêm quaisquer responsabilidades para os 1600 trabalhadores ameaçados nos seus postos de trabalho e para os 200 reformados da empresa que vêem em perigo os seus subsídios.

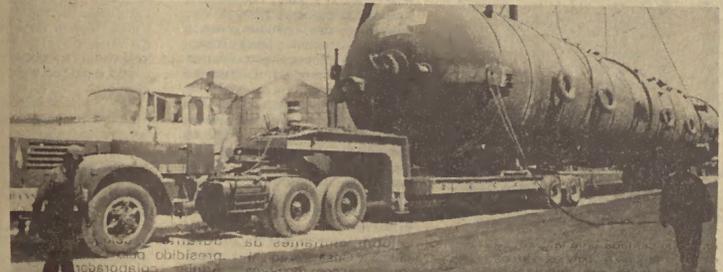
A greve, a ruptura nas relações de trabalho, é da exclusiva responsabilidade de um Governo que procura o confronto com os trabalhadores, que prossegue com uma política decididamente virada

contra os seus direitos e interesses mais elementares.

Por isso esta, como as outras greves, têm uma adesão excepcional. Por isso a unidade funciona e se fortalece nas empresas ameaçadas com a solidariedade provada dos companheiros de trabalho das outras empresas do sector, incluindo a da Mague que pertence ao capital privado.

Totalmente conscientes da justiça da sua luta, os trabalhadores, dispostos a continuar as diligências em favor da empresa, nomeadamente junto do conselho de administração, dos grupos parlamentares (está prevista para hoje uma intervenção do PCP na Assembleia da República sobre a Equimetal) e dos órgãos de soberania, recusam-se a aceitar o descabido da empresa e rejeitam com indignação qualquer tentativa para a desmembrar, entregando por exemplo a divisão de Sines notavelmente equipada à gula do capital privado.

Apesar das atitudes da administração, que pretende virar contra os trabalhadores a degradação da imagem empresarial e que chega à mesquinhez de fechar o refeitório durante a greve, quando não paga o que deve aos trabalhadores, a paralisação da Equimetal, claramente explicada à população do concelho através da iniciativa e do esforço dos próprios trabalhadores, merece toda a solidariedade e apoio para que vença e evite a ruína total da empresa e o prejuízo daí resultante para a economia do País e para o bolso de quem vive do seu trabalho e rejeita a exploração.



Empresa com capacidade humana e tecnológica para ser útil ao País, a Equimetal, ligada ao complexo de Sines, conta hoje quase exclusivamente com a determinação e o esforço dos seus 1600 trabalhadores em luta pela defesa dos postos de trabalho e da economia nacional

## É feio!

Página um da falsificação evidente, assim se poderia chamar à «fototitulação» do «Diário de Notícias» da última sexta-feira, de que damos acima a imagem exacta.

Para puxar a brasa a uma sardinha podre — a sardinha da manipulação que pretende passar por jornalismo — ali está o oficioso estatizado a utilizar, sem legenda, uma imagem do memorável desfile unitário do 1.º de Maio em Lisboa, como se fosse da UGT.

Dirão: quem se ilude com o truque do «Notícias»? Não se está mesmo a ver que essa manipulação não cabia no Alvíto?

Talvez. Mas a questão é outra. Embora se saiba que a manipulação (mesmo a mais reles) sempre traz alguns proveitos, o facto é que a direcção do «Notícias» já não repara nestas coisas. Parece ter-se habituado a impor que o que é bom para o Governo e para a UGT, que lhe faz o jogo, é bom para os leitores do jornal. O «Notícias» arquivou certamente imagens do Alvíto.



1.º de Maio: Ano Um da UGT?

Mais uma vez as estruturas sindicais portuguesas comemoraram o 1.º de Maio em separado, sem a «unidade na acção» recomendada por sindicalistas de outros países, talvez mais sabedores. Mas a UGT aparece com uma linguagem nova e uma força reivindicativa que a muitos surpreendeu.

Se não as tinha, também não lhe era difícil ilustrar um artigo laudatório da UGT. Servia, por exemplo, uma foto de passe do sr. Gonsalves. Mas não. O oficioso dependente do arário público escolhe precisamente a manifestação promovida pelo Movimento Sindical Unitário e «esquece-se» de a identificar com uma legenda. Prefere legendar-lhe com o título, que falsa a foto e tenta iludir o leitor.

## Lutas nas empresas Petrogal recusa sanções

• Agravam-se conflitos em sectores vitais

Imperturbável perante o interesse nacional, que ataca diariamente ao exacerbar conflitos, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores e actividades vitais para o País, este Governo continua a justificar plenamente a palavra de ordem mais ouvida nas manifestações do 1.º de Maio exigindo a imediata demissão de um Executivo responsável por uma escalada sem exemplo contra os direitos mais elementares das classes trabalhadoras.

Os conflitos à volta da contratação colectiva, comuns à Petrogal, Função Pública, CTT, metalúrgicos, químicos, têxteis, juntos a casos muito graves como o da Equimetal e a outros relacionados com a «situação difícil» e a repressão, como na EPNC (jornais «Diário de Notícias» e «A Capital»), vêm-se desenvolvendo e agudizando há semanas, e mesmo há meses, sem solução visível apesar da disponibilidade dos órgãos representativos dos trabalhadores para a negociação e para soluções realistas que o Governo e o seu patronato continuam a recusar enquanto insistem na tentativa de impor um tecto salarial cada vez mais afastado do real aumento do custo de vida, enquanto roubam aos trabalhadores milhares de contos com os bolcotes às negociações, com as revisões da contratação cada vez mais atrasadas em relação aos prazos de vigência das convenções colectivas.

A gravidade da escalada governamental contra interesses vitais das classes trabalhadoras só pode conduzir à continuação da luta e ao seu agravamento, inclusive em outros sectores e empresas além dos que mencionamos a seguir.

**Petrogal** — A greve de sete dias, iniciada na última segunda-feira, prossegue, à hora do encerramento do «Avante!», com uma adesão próxima dos 95 por cento. Apesar de a última proposta da administração ser negociável, os trabalhadores, numa atitude concreta de solidariedade, que denota a sua elevada consciência de classe, continuam a fazer depender essa negociação da garantia individual de que não haverá despedimentos nem outras formas de repressão (para além das que já se registaram) contra os seus oito companheiros de trabalho suspensos e alvo de processos disciplinares pelo não exactamento da requisição civil que, aliás, nenhum dos trabalhadores cumpriu ao reatar da greve.

Apesar de a Federação dos Escritórios (à frente da qual se encontram elementos divisionistas empurrados para a adesão à greve anterior pela força dos próprios trabalhadores filiados) não ter aderido à luta pela garantia de não despedimento, nem por isso a percentagem de adesão diminuiu, o que é prova cabal de que o divisionismo instalado em algumas associações sindicais representativas não atinge os trabalhadores nelas filiados, sempre que as lutas são justas e se destinam a defender os interesses gerais dos trabalhadores gravemente atingidos não apenas pelo patronato reaccionário mas

incidem num aumento salarial de 21,4 por cento e em garantias e direitos constitucionais como o da negociação colectiva.

O processo abrange cerca de 380 mil trabalhadores.

**Mineiros** — Com uma paralisação anunciada para ontem, cujos resultados ainda não eram conhecidos à hora de fechamos, os trabalhadores do sector mineiro protestaram em todo o País contra o boicote do Governo PPD/CDS à reunião preparatória da Conferência Internacional dos Sindicatos Mineiros para proibir a entrada em Portugal das delegações sindicais da União Soviética, República Democrática Alemã e Checoslováquia.

Na Panasqueira a paralisação prevista é de 24 horas. Nas outras minas, de Norte a Sul do País, os trabalhadores suspendem o trabalho por uma hora.

A atitude inqualificável do Governo já foi alvo de vários protestos e diligências para esclarecer a situação. O secretário-geral da União Internacional dos Sindicatos Mineiros, numa mensagem ao Presidente da República, general Ramalho Eanes, afirma que o Governo não atende aos «direitos do homem e às liberdades fundamentais» ao recusar o visto àquelas delegações estrangeiras. A pseudo justificação governamental para essa arbitrariedade absurda baseia-se, segundo telefonema de um responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em «critérios políticos superiores que vêm sendo seguidos há algum tempo». Uma entrevista dada ao titular daquela pasta pela Federação dos Sindicatos do sector ficava, entretanto, sem resposta da parte de um Governo que faz da arbitrariedade prática comum.

**EPNC (Empresa Pública «Notícias-Capital»)** — Processos disciplinares e cortes nos salários são as primeiras medidas repressivas anunciadas pelo conselho de gerência (CG) dos jornais estatizados «Diário de Notícias» e «Capital» contra os trabalhadores que, segundo decisão aprovada em plenário, se recusam a cumprir as medidas impostas pelo Governo naquela empresa declarada em «situação económica difícil». Recordar-se que nesse plenário, efectuado em 30 de Abril findo com uma participação nunca registada na empresa, os trabalhadores mandaram as suas estruturas sindicais representativas para adoptar formas de luta no caso de se registar qualquer atitude repres-

siva quando fossem levadas à prática as decisões aprovadas no mesmo plenário, que considerou as imposições decorrentes da «situação económica difícil» uma «violação quase total dos direitos, regalias e interesses dos trabalhadores» e exigiu, nomeadamente, o pagamento do reajustamento salarial devido desde 1978 e dos retroactivos do CCT-Jornalistas e do CCTV-Imprensa.

A recusa dos trabalhadores incide sobretudo no cumprimento de novos horários impostos pelo CG.

**Panificação** — Pela actualização de tabelas salariais, que vigoram há 19 meses, os trabalhadores da panificação, depois dos boicotes do patronato e do Governo, através do Ministério do Trabalho, anunciaram uma greve de dois dias com início às 21 horas do próximo domingo, se até lá não for garantida para breve a publicação de uma portaria de regulamentação de trabalho (PRT), que, além das actualizações de

salários, deve contemplar diuturnidades, subsídio de alimentação e um novo esquema de remuneração do trabalho extraordinário. Iniciada há 20 dias, mantinha-se, entretanto, no fim da semana passada, a greve dos trabalhadores da panificação da Terceira, nos Açores. A luta pela contratação colectiva, embora limitada a uma parte do sector, reduz a produção para metade.

**Outras lutas**, sob várias formas, mas privilegiando a paralisação, em curso ou anunciada para breve, decorrem em todo o País. A luta pela contratação colectiva, embora limitada a uma parte do sector, reduz a produção para metade. Outras lutas, sob várias formas, mas privilegiando a paralisação, em curso ou anunciada para breve, decorrem em todo o País. A luta pela contratação colectiva, embora limitada a uma parte do sector, reduz a produção para metade.

## O papel da UGT

A «clara cumplicidade» da UGT com a política do Governo PPD/CDS através de uma «pseudo-distanciamento», que não faz mais do que sublinhar o «papel contrarrevolucionário» daquela agremiação partidária onde continuam a estar representados dois partidos do Governo, foi salientada na última reunião do secretariado nacional da CGTP-IN.

Dentro da sua linha de defesa da unidade e de luta contra o divisionismo a central única dos trabalhadores portugueses chama mais uma vez a atenção para o «papel da unidade como factor decisivo para a vitória da luta dos trabalhadores» e, de acordo com as orientações do III Congresso, continua a considerar que todas as suas organizações deverão, na defesa dos interesses dos trabalhadores, procurar a unidade com outras

organizações sindicais verdadeiramente representativas, independentemente da posição que tenham face à CGTP-IN.

Dessas organizações sindicais está efectivamente afastada a UGT. A sua «representatividade» é alheia ao Movimento Sindical. Para os seus dirigentes, o alvo a atingir, lembra o secretariado da CGTP-IN, «não é o Governo que ataca a Reforma Agrária, que promove a censura nos órgãos de comunicação social, que agrava as condições de vida dos trabalhadores e que está contra a Constituição». O alvo predilecto da UGT é o Movimento Sindical Unitário, a sua capacidade reivindicativa, a eficácia das suas lutas. Nenhuma unidade é possível com uma organização dessas. e com as mini-associações paralelas que continuam a promover.

## II Encontro de empresas (COOPIS/EAG) recuperadas pelos trabalhadores

Antecipando sobre um trabalho mais vasto e documentado sobre o assunto, que deve merecer a atenção esclarecida de todos os trabalhadores, limitamo-nos a informar hoje, por limitações de espaço, que no próximo sábado decorrerá na Voz do Operário, em Lisboa, sob o lema «com Abril, com a Constituição», o II Encontro Nacional das Cooperativas Operárias de Produção Industrial e Serviços (COOPIS) e Empresas em Autogestão (EAG).

«Num momento de grande importância para a sua vida e luta» as COOPIS/EAG clarificarão as suas linhas de rumo no sentido de contribuir para «a democratização económica e social da vida portuguesa». Segundo informações divulgadas em conferência de Imprensa pela comissão organizadora do Encontro, a sua realização foi determinada pela total inexistência das medidas mais necessárias e prementes de apoio à propriedade social, numa altura em que se agravam por parte do Governo reaccionário as «medidas de ataque ao sector cooperativo e ao movimento autogestionário».

Seis teses, submetidas a discussão prévia, sintetizam os objectivos fundamentais do Encontro referentes ao enquadramento das COOPIS/EAG na situação actual, actualização do caderno reivindicativo, programa de acção, evolução das estruturas e respectiva dinamização, acções conjuntas e relações com o movimento sindical e um balanço da actividade.

A importância deste II Encontro está bem documentada pelo total dos trabalhadores abrangidos e directamente interessados que são cerca de 40 mil distribuídos por perto de 800 cooperativas (COOPIS) e mais de uma centena de empresas em autogestão (EAG) formadas, umas e outras, com base em empresas de que o patronato desistiu, abandonando-as, sem preocupações pelos postos de trabalho.





# Encontro Nacional do PCP

## Defender a Saúde dos Portugueses!

«Fomos movidos pelas preocupações que temos com a saúde do nosso povo», disse o camarada Aboim Inglês, membro do Comité Central, no encerramento do Encontro Nacional sobre Problemas de Saúde que o PCP promoveu no último fim-de-semana e que levou às instalações da Voz do Operário muitas centenas de camaradas, na maioria trabalhadores da saúde. Muitos outros, convidados, não eram membros do Partido. Mas nem por isso deixaram de participar no debate que foi aberto nas secções, dando ao Encontro uma ainda maior participação e uma considerável contribuição.

O Salão da Voz do Operário conheceu de novo o clima de vivo entusiasmo, de trabalho participado, característico dos encontros do Partido. E a palavra de ordem que decorava uma das faixas vermelhas orlando o balcão onde tomaram lugar os convidados, apontava o que ia tomar-se uma das características fundamentais do Encontro: definir uma política contra o que a direita pretende impor na saúde.

O camarada Aboim Inglês, ao encerrar os trabalhos, depois de se referir ao quase ano de actividades realizadas na preparação deste Encontro, lembrou que a saúde do povo português é um dos aspectos onde se espelha o atraso decorrente de 50 anos de fascismo e de séculos de exploração, um sector em que o 25 de Abril veio abrir possibilidades para a melhoria das suas condições, pelas transformações operadas e pelas

medidas tomadas desde então, empenhado-se nelas o povo em geral e também o grande esforço dos trabalhadores da saúde.

Entretanto — sublinhou —, a situação alterou-se com o Governo AD (a doença do nosso povo, como já lhe chamam), que pôs em causa a Lei do Serviço Nacional de Saúde e chegou a afirmar, pela boca dos mais directos responsáveis do sector, que não a aplica por não estar de acordo com ela.

Isto deu ao Encontro um carácter mais político — esclareceu Aboim Inglês, que apontou a necessidade de defender o SNS contra os ataques deste Governo, para o que se deve contar com duas grandes forças: a do nosso povo, através das Comissões de Base de Saúde; dos Sindicatos, das autarquias; e através da acção dos próprios trabalhadores da saúde.

### Levar a todos as conclusões do Encontro

Os trabalhos em plenário — nas manhãs de sábado e de domingo — e nas secções, que decorreram num clima de vivacidade e empenharam delegados e convidados vindos de todos os pontos do País, revelaram um traço comum, expresso em muitas das intervenções: a consciência da necessidade de levar a todos, através de variadas iniciativas, as conclusões do Encontro.

Isto apesar de se ter verificado uma grande participação nos trabalhos preparatórios. Com efeito, e segundo o que o camarada José Ernesto Moreira viria a revelar na sua intervenção sobre a apreciação do documento-base, na discussão deste participaram mais de um milhão de camaradas, em 106

reuniões do Partido, e realizaram-se 28 sessões públicas, algumas em locais de trabalho, por todo o País, com a participação de mais de 2.600 pessoas, tendo o documento sido debatido amplamente e recolhendo numerosas propostas de alteração.

Podemos mesmo considerar-se que este Encontro marca o princípio de uma grande mobilização — a dos comunistas que trabalham no sector da saúde, a dos comunistas que trabalham em sectores variados onde a preocupação das questões de saúde é um tema profundamente sentido — (e onde o não são?) — para que as conclusões do Encontro venham a ser divulgadas e debatidas, constituindo, também, uma arma na defesa da saúde dos portugueses, uma arma para transformar a realidade, no sentido do progresso, do que hoje é a saúde em Portugal e da

qual o Encontro traçou um sombrio quadro.

### Mário Sacramento lembrado no Encontro

Os trabalhos, que funcionaram como estava previsto — aliás com uma participação mais numerosa e entusiasta do que se previa —, decorreram em dois plênários, realizados nas manhãs de sábado e domingo, e em quatro secções e uma sub-secção, cujos trabalhos se organizaram durante a tarde de sábado.

Presidiram, nas quatro sessões plenárias, os camaradas Orlando Leitão, Nunes Vicente, Raquel Matos e Emílio Pires. Na mesa, aprovada por unanimidade, tomaram lugar, além dos camaradas Sérgio Vilarigues, do Secretariado e da Comissão política do CC, Carlos Brito, da Comissão Política, Aboim Inglês, Zita Seabra, Manuel Sobral e L.

Teixeira, do Comité Central, membros do Executivo Nacional do Encontro e camaradas de várias Organizações Regionais do Partido.

As numerosas intervenções, a que fazemos referência noutro local, foram escutadas no plenário com atenção, abrangendo os temas mais candentes da problemática que o Encontro levantou, abrindo algumas delas pistas para o debate nas secções, extraíndo outras, desse debate, conclusões.

Moções e saudações, vindas não apenas de organizações do Partido, mas também de Comissões de Base de Saúde, de organizações de trabalhadores e de várias associações democráticas, pontuaram o decorrer do plenário. Convidado, tal como outras personalidades ligadas à Saúde que participaram ou assistiram ao Encontro, o ex-secretário de Estado da Saúde, Bruto da Costa, enviou

um telegrama agradecendo o convite e justificando a impossibilidade de estar presente.

O camarada Aboim Inglês, no final, três moções de apoio à Reforma Agrária, outra, de repúdio pela política «AD» na Comunicação Social e terceira a favor da Paz e do Desarmamento, foram aprovadas por unanimidade e aclamação. Aclamado também o nome de Mário Sacramento, o médico e militante comunista da memória foi lembrado no Encontro.

E também por unanimidade e aclamação, foram aprovados o documento-base do Encontro e a Proclamação do Encontro, que começa com cravos de Abril e aponta a mesa e as lapaletas de muitos participantes, encerrando concluído que o Serviço Nacional de Saúde se defendido, que a «doença» será debelada!

## Denunciar a política da direita Apontar as soluções e os caminhos

### • intervenções em plenário

A qualidade das intervenções produzidas em plenário, que abarcaram um vasto conjunto de aspectos ligados aos problemas da Saúde em Portugal e às perspectivas que se abrem no sentido do progresso, às suas implicações técnicas, sociais, económicas, políticas, humanas, enfim, justificaria demorada atenção — atenção que lhes foi dispensada no Encontro. O seu número não permitiria dá-las todas na íntegra, mas não dispensam a referência.

A primeira delas, que foi lida no sábado de manhã, pelo camarada João Camilo, membro da DORLE e do Executivo Nacional do Encontro, foi como que a introdução aos problemas em debate, procedendo à análise e crítica da realidade actual neste campo e procurando definir as linhas mestras de uma política de saúde para o país.

Por seu lado, a camarada Margarida Lucas, administradora hospitalar, denunciou na sua intervenção a falta de planificação do aprovisionamento — que se rege pela concorrência capitalista — e algumas das suas mais graves consequências, revelando que apenas algumas modificações produziram uma economia da ordem das dezenas de milhares de contos.

O 1.º Encontro de Saúde do Conselho de Peniche foi o tema da comunicação do camarada Carvalho Teixeira, da DORLEI, que sublinhou a importância que as populações dedicam à perspectiva da implantação do Serviço Nacional de Saúde.

A camarada Fátima Monteiro,

médica policlínica de Setúbal, falou do papel dos Serviços Médicos-Sociais na integração dos Serviços de Saúde Locais, revelando a situação caótica dos mesmos e apontando as medidas que poderão, acompanhadas do firme empenhamento das populações, resolver problemas e dar resposta às dificuldades.

### Alimentação e Saúde

«No fundo, nós somos aquilo que comemos», definiu o camarada Emílio Peres, chefe de clínica do Hospital de São João do Porto, apontando a relação entre a alimentação e a saúde e o desequilíbrio hoje existente, tantas vezes marcado pelas carências, pelos excessos. O camarada denunciou o agravamento das já deficientes condições alimentares da população, agravamento que tem a sua correspondência na filosofia da medicina curativa, que procura não a saúde mas a doença e, desse modo, os lucros do médico e o consumo de medicamentos.

«A Economia de Saúde», tema abordado pela camarada Fernanda Dias, administradora do Centro Hospitalar de Gaia, analisou a política de despesas de saúde do Estado, concluindo que o actual governo, tal como a Ordem dos Médicos, tem como objectivo prioritário fazer aumentar ainda mais as transferências de dinheiros públicos, ou de descontos nos salários dos trabalhadores, para o sector privado, de fins lucrativos, não tendo em vista a realização do

direito à saúde dos portugueses. O camarada Miguel Mourato, inspector da Previdência, falou da luta que o Movimento Sindical Unitário trava pela concretização do SNS, após o que tomou a palavra o camarada Espírito Santo, engenheiro-chefe de um hospital distrital, cuja intervenção incidia sobre a experiência concreta: a melhoria do rendimento de um hospital distrital (Torres Novas).

### A incompetência da direita

O Sistema Regional de Saúde da Madeira foi uma tentativa do PSD, CDS e dos sectores mais reacçãoários da Ordem dos Médicos para aplicar na Madeira o seu projecto, com o objectivo de «criar as bases de um Sistema de Saúde que defendesse os seus interesses mercantilistas» — afirmou Ana Nunes, médica no Funchal, cuja intervenção, muito aplaudida, demonstrou a incompetência da direita.

Antes da intervenção do camarada Carlos Brito, que publicamos noutro local, e que saudou em nome do Comité Central todos os participantes no Encontro, falou a camarada Ana Maria Batista, arquitecta da Direcção Geral das Construções Hospitalares, expondo as carências e o subaproveitamento dos equipamentos e instalações existentes.

«Humor não esteve ausente no plenário. Assim, a intervenção do camarada Orlando Leitão, que tomou a palavra após o camarada

Vidigal Amaro, delegado de saúde, ter falado sobre uma experiência de integração dos Serviços de Saúde Locais, despertou sorrisos em todos os participantes.

«E que o camarada Orlando Leitão, chefe de clínica de neurologia no Hospital Egas Moniz, fez acompanhar o seu discurso com alguns «slides». As imagens caricaturavam a triste realidade: não há humanização nos cuidados hospitalares. Uma das caricaturas mostrava uma viúva ajoelhada na cama do marido falecido. Dizia ela: «E hoje que era o dia da tua consulta...». «Não é para ir, camaradas», sublinhou o orador. Todos, desde os que ali estavam e aplaudiram a intervenção, até aos que de vez em quando se vêem confrontados com a necessidade de «ir ao médico»; sabem que não era para ir...»

O plenário de sábado findou com a intervenção do camarada Fernando Vasco, subdelegado de saúde do concelho de Grândola, que falou da importância das autarquias locais no apoio aos Serviços de Saúde. A começar o trabalho das Secções. O camarada José Ernesto Moreira fez a apresentação do documento-base.

### Manancial imenso

No domingo, já encerrado o trabalho das secções, registaram-se intervenções em plenário. A camarada Cristina Januário, médica policlínica, falou sobre «Serviço Médico

à Periferia». «Medicamentos», foi o tema do trabalho apresentado pela camarada Eugénia Aranda, farmacêutica e directora técnica de uma farmácia-cooperativa.

«Sobre a Urgência» falou o camarada João Gregório, seguindo-se a leitura de um trabalho do camarada Ciborro Maia, médico psiquiatra do Dispensário de Higiene Mental de Setúbal. A «Regionalização e Planificação dos Serviços de Saúde», foi o título da intervenção da camarada Anita Quintela, técnica do Gabinete Estudos e Planeamento do MAS. A camarada Rosália Ferreira abordou o tema «O Papel dos Centros de Saúde na Melhoraria da Situação Sanitária do País», e o camarada Vitor Fonseca, administrador do Serviço de Utilização Comum Hospitalar, apresentou um trabalho sobre «Meios Humanos em Saúde».

«A Situação Sanitária da Região da Beira Litoral», pelo camarada Fernando Gomes, especialista de Neurocirurgia dos Hospitais Cívicos de Coimbra, foi a última intervenção da primeira parte do plenário de domingo.

A sessão reabriu com a intervenção do camarada Duão de Carvalho, engenheiro técnico do Serviço de Equipamento do Hospital de Santa Maria, que falou sobre o «Problemas Socio-profissionais dos Trabalhadores da Saúde» — seguindo-se as intervenções dos camaradas Frederico Silvestre, especialista de Anatomia Patológica — «As Misericórdias e o SNS» —, Conceição Guerra, médica em Montemor-o-Novo — «As

Comissões de Base de Saúde» —, João Santos Cardoso, que tocou «Considerações Gerais sobre alguns problemas de Administração e Gestão Hospitalar».

«A Direcção da Ordem dos Médicos está no Poder», denunciou o camarada Duarte Correia, especialista de Cardiologia do Centro Hospitalar de Gaia, revelando a aproximação ideológica e prática entre os dirigentes da Ordem e os governantes da AD. Finalmente, e antes da apresentação das conclusões do trabalho nas Secções e das votações dos documentos do Encontro, tomou a palavra a camarada Zita Seabra, membro do Comité Central e do grupo parlamentar comunista.

«Este Encontro vai ser extremamente útil para nós, deputados comunistas», afirmou a camarada, «pois vai permitir-nos, em futuras intervenções e iniciativas, interpretar muito mais fielmente o sentir e a vontade das organizações de saúde de todo o País, e trouxe um manancial imenso de material, de sugestões, de ideias extremamente úteis à nossa actividade parlamentar».

A mais adiante: «Com a Ordem no Governo e uma maioria escassa da direita na AR pouco podemos fazer se cá fora, junto do nosso povo, não houvermos acções de esclarecimento e de mobilização que mostrem que, por trás das palavras e da demagogia da direita reacçãoária, o que existe não é a mudança — é a manutenção do caos que herdámos em matéria de serviços de saúde de 50 anos de fascismo».

## Carlos Brito: «Unir na defesa do SNS»

Camaradas e Amigos

Ao Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre os Problemas da Saúde, a todas as organizações e a todos os militantes que participaram nos trabalhos preparatórios e que estão a realizar-lo transmito da parte do Comité Central do nosso Partido saudações fraternais e colorosas felicitações.

Saudações e felicitações temos igualmente a alegria de transmitir a todos aqueles que não sendo membros do Partido deram uma valiosa contribuição através das suas sugestões, opiniões e textos durante os trabalhos preparatórios e a todos que se reunem connosco neste fim-de-semana de trabalho animados do mesmo propósito.

Esta experiência confirma, uma vez mais, que é na base da unidade e de cooperação entre os democratas que se encontram as respostas e as soluções para os problemas do povo e do País, afirma que essas respostas e soluções se encontram com os comunistas!

Cumprе salientar, por isso mesmo, a grande importância e a grande oportunidade desta ampla flexão colectiva sobre os problemas da saúde em Portugal de que as organizações do PCP tomaram a iniciativa.

Como já foi sublinhado fazemos hoje o ponto de um debate que decorre há vários meses e que tomou à partida três grandes objectivos: 1.º O levantamento da situação actual, incluindo a relação dos efeitos contraditórios, decorrentes das transformações positivas realizadas com o 25 de Abril e das actuações de boicote, sabotagem e contra-ofensiva das forças reacçãoárias; 2.º A situação dos trabalhadores da saúde e o seu papel nas melhorias alcançadas após Abril; e nas tarefas que urge levar a cabo;

3.º A defesa do Serviço Nacional de Saúde e a adopção de medidas imediatas visando a humanização dos serviços, o aproveitamento integral dos recursos e a implementação duma rede de cuidados primários.

Trabalhámos e trabalhamos para chegar a conclusões que condensarem um profundo conhecimento da realidade, uma base técnica irrecusável e o espírito político dos interesses do nosso povo, se impoem como as soluções para os problemas instantâneos da saúde e para transformar-se numa plataforma de luta dos trabalhadores incluindo os trabalhadores da saúde, e das populações como objectivo.

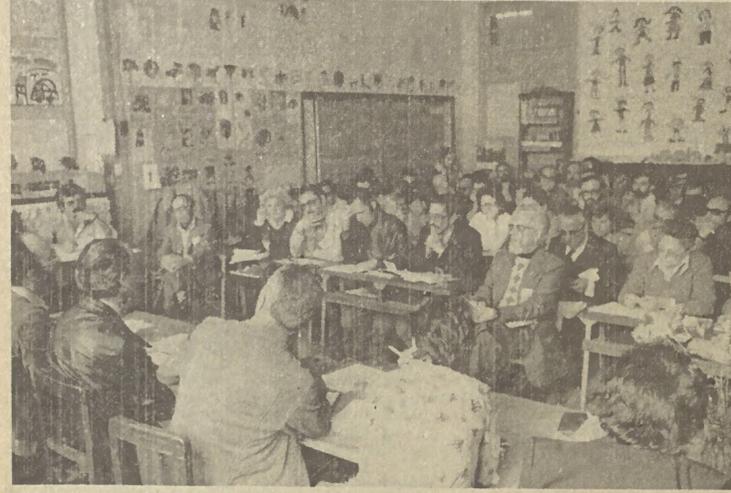
Mas na preparação das conclusões importa avaliar as consequências e novas situações que resultam no campo da saúde da operação subversiva levada a cabo pelo Governo SA e a coligação reacçãoária e o regime democrático constitucional e de modo mais concreto contra as conquistas democráticas da saúde.

O nosso encontro realizado em 11 de Maio de 1980 assume importância e sensível como o carácter de um acto de denúncia, protesto e luta contra os desmandos e atentados cometidos no domínio da saúde pelo Governo AD, o mais reacçãoário e desonesto de todos os que existiram em Portugal depositário de Abril.

Mas se aprofundarmos a grande de dos desmandos e a dimensão dos atentados numa questão importante e sensível como a saúde, o encontro dará também uma valiosa contribuição ao desmascaramento do Governo da Aliança reacçãoária, a resistência vitoriosa à sua política. A actuação do Governo



Durante o trabalho das secções houve 180 intervenções.



Participação esclarecida e consequente num debate que resultou numa boa contribuição para «modificar a pungente realidade que hoje constitui a situação de milhares e milhares de portugueses afastados dos mais elementares cuidados de saúde, marginalizados do usufruto integral da sua cidadania»

## Uma política de Saúde para o Portugal de Abril

### • excertos da intervenção de João Camilo

(...) Porque a Lei Fundamental é clara, não há lugar para sistemas de saúde que contrariem a institucionalização de um Serviço Nacional de Saúde.

Porque a Constituição textualmente o aponta, não são aceitáveis sistemas de saúde que ferem os princípios da universalidade, da generalidade e da gratuidade.

O SNS é hoje uma bandeira popular que nem a própria direita pode ignorar. Daí que o inscreva nos seus programas e nas suas promessas eleitorais. Só que SNS tem hoje um significado bem definido e uma filosofia e princípios bem precisos, ainda que possa assumir estruturas e formas de organização diferentes conforme a realidade nacional a que se dirige.

Os sistemas de medicina convencionada ou de segurança, não constituem serviços nacionais, serviços virados para a satisfação das necessidades populares e como tal financiados pelo Estado, proporcionando cuidados gratuitos, completos e integrados, consagrando a participação das populações organizadas e dos trabalhadores da saúde na sua planificação, gestão e controlo.

A medicina convencionada é um «serviço», sim, mas um serviço prestado às clínicas e consultórios particulares, aos laboratórios e firmas de equipamento privados, às multinacionais da indústria farmacêutica, fazendo a fortuna de poucos à custa da doença de muitos.

A óptica de tais sistemas, virados para uma medicina individualista de cariz curativo, ignora os cuidados primários, a prevenção da doença e a promoção da saúde, o bem-estar das populações mais desprotegidas, o interesse nacional. O que eles visam é a obtenção do lucro, máximo à custa da doença, da angústia e da incerteza dos portugueses, olhados não como donos e destinatários dos seus serviços de saúde, mas como fonte inesgotável de chorudos proventos para alguns.

(...) A análise que fizemos da situação sanitária do nosso País, dos recursos humanos e materiais

existentes, dos meios financeiros disponíveis, justifica a resposta que aqui damos para a questão fundamental que este encontro levanta: que política de saúde para o Portugal de Abril?

Responder a esta pergunta é, em primeiro lugar, modificar a pungente realidade que hoje constitui a situação de milhares e milhares de portugueses, afastados dos mais elementares cuidados de saúde, marginalizados do usufruto integral da sua cidadania.

Responder a esta pergunta é atender à justa indignação dos que recorrem hoje a serviços desumanizados e burocratizados, sem capacidade de dar satisfação às suas necessidades.

Responder a esta pergunta é organizar funcionalmente a actual anarquia e desarticulação dos serviços prestadores de cuidados de saúde que se duplicam, sobrepõem e competem, aumentando os encargos, impedindo a planificação, fomentando o pluri-emprego.

Responder a esta pergunta é ainda garantir, dignificar e qualificar o exercício profissional dos trabalhadores da saúde, para quem se exige um estatuto e carreiras à medida das suas particulares responsabilidades e das suas legítimas aspirações.

Uma rede de Centros Comunitários de Saúde — peças-base da cobertura médico-sanitária do País — deve constituir a estrutura fundamental do SNS. Inseridos nas comunidades, servindo uma área geodemográfica adequada, dotados de uma equipa de saúde pluridisciplinar, prestando cuidados contínuos e integrados, eles constituirão a resposta para as mais gritantes carências das populações na área dos Cuidados Primários de Saúde.

A integração, a nível local, do pessoal, das instalações e dos equipamentos existentes e dispersos por múltiplos serviços paralelos (hospitais, concelhos, centros de saúde e dispensários, postos de saúde, do SLAT e outros) bem como a criação de novas instalações, onde tal se justifique, será tarefa da CISSL's,

órgãos de ampla representação popular, que deverão ser dotados de capacidade real de intervenção que a lei existente lhes não confere.

Nos raros casos em que as condições políticas e o dinamismo das populações lhes deram vida, comprovaram já a sua insubstituível capacidade realizadora.

(...) Por muitos e sofisticados meios de que um SNS disponha, por excelentes que sejam os seus técnicos, por melhores que sejam as suas instalações, ele não conseguirá cumprir integralmente os seus objectivos, se não tiver em conta a participação das populações organizadas e dos seus próprios trabalhadores, na planificação, gestão e controlo, a todos os níveis.

As mais ricas, inovadoras e conseguidas experiências que tiveram lugar no campo da saúde em Portugal após o 25 de Abril, foram aquelas em que as autarquias, os sindicatos e as organizações populares trouxeram aos serviços de saúde o inesgotável potencial do seu entusiasmo e da sua vontade na resolução dos seus problemas mais sentidos.

O SNS será uma realidade no Portugal de Abril, se trabalhadores da saúde e populações se encontrarem na discussão comum das carências e das dificuldades e na aplicação das soluções adequadas.

Há uma lei que urge pôr em prática. Apesar dos obstáculos e da resistência encarniçada do Governo da direita e dos interesses que ele representa, há forças suficientes para caminhar no sentido da sua aplicação.

Nas autarquias democráticas, onde o poder discricionário dos caciques locais foi varrido, abre-se o diálogo fecundo entre as populações e os seus órgãos representativos e a satisfação do direito à saúde ganha a dimensão de um desafio. As CISSL's adquirem uma nova dinâmica, e a cooperação entre os pelouros de saúde do novo poder local e os serviços locais de saúde é estimulada e desenvolvida.

Agrária, onde a APU é a força determinante.

O poderoso Movimento Sindical Unitário, baluarte da classe operária e de todos os trabalhadores, tem tido um papel importantíssimo no esclarecimento e informação sobre saúde, promovendo reuniões e plênários, formando activistas sindicais voltados para os problemas do sector, reclamando a participação dos Sindicatos em todas as estruturas em que se decide da gestão

e funcionamento dos serviços de saúde. A consagração, na Lei de representação sindical nos órgãos de gestão do SNS, desde o nível local ao nacional, constitui um importante vitória dos trabalhadores portugueses na sua luta por melhores condições de vida e de trabalho.

As organizações populares e movimentos específicos dos sectores da população (MURPI, MURPU, têm o

(...) A nível dos Serviços de Saúde, e de uma forma geral, podemos dizer que na sua organização e funcionamento se caracterizam pelas descoerência, desarticulação e excessiva centralização, pela ausência de uma carta sanitária nacional, pelo pluriemprego dos profissionais de saúde, nomeadamente médicos e enfermeiros, pelo número extraordinariamente elevado de especialidades farmacêuticas e pela enorme e hoje estimulada proliferação das actividades privadas a operarem no sector. Os serviços de cuidados primários são manifestamente insuficientes e em largas zonas do país praticamente inexistentes sendo quase que representados na sua globalidade pelos Serviços Médico-Sociais, caracterizados pela ineficiência e inoperância que desalesta os profissionais e desespera os utentes, a esmagadora maioria do nosso povo.

A degradada situação que descrevemos e que atinge na carne e no espírito todo o Portugal, custa ao país cerca de 55 milhões de contos, grande parte dos quais consumidos entre gastos e perdas inúteis nos meandros da anquilosada e paquidérmica máquina dos serviços de saúde, e nos bolsos ávidos e insaciáveis

de funcionamento dos serviços de saúde.

A consagração, na Lei de representação sindical nos órgãos de gestão do SNS, desde o nível local ao nacional, constitui um importante vitória dos trabalhadores portugueses na sua luta por melhores condições de vida e de trabalho.

As organizações populares e movimentos específicos dos sectores da população (MURPI, MURPU, têm o

(...) Com a posse do Partido Carneiro/Amaral foi o a saúde entregue aos que a gestão fundamentalmente interessada com o negócio de que se trata e a exemplo do que se fez em outros sectores da vida nacional não tardaram a impor-se concepções passadistas, tiveram meio século para mostrar a actual situação a mostrar tal como o fizeram.

(...) Que se desengane quem pensa que com a actual direcção da Ordem dos Médicos se tornam cadeiras do poder exercido pelo povo ficará derrotado e a justa causa por um Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito definitivamente arrumado.

A defesa do SNS, como a obriga e a Constituição prevê é hoje uma bandeira de Abril e de todos nós e de

# Sobre Problemas de Saúde

## Um amplo debate nas secções

Quando, depois de termos permanecido alguns momentos na sala do plenário, onde ficou a funcionar, na tarde de sábado, uma das secções — precisamente a 1.ª, sobre a Política de Saúde —, e pretendíamos visitar as outras, deparámo-nos com uma grande dificuldade. E raramente uma dificuldade é agradável. Mas foi-o desta vez. É que a dificuldade era apenas entrar. Quase não se podia entrar em todas as outras secções. Estavam as salas completamente cheias.

Não era a exiguidade das salas que determinava o êxito. Era — constatámo-lo — o grande interesse que despertaram os temas em debate. Não só militantes do Partido e delegados ao Encontro quiseram participar nele, contribuir para melhorar o documento base, discutir os temas propostos. Também convidados participaram. E, como o plenário fora anunciado, eles foram bem-vindos.

Em todas as secções funcionava uma mesa, composta por moderadores e orientada por um

membro do Executivo Nacional. Assim aconteceu na primeira, em que participaram centenas de pessoas, orientadas pelo camarada José Ernesto, o camarada Rui Pinheiro participava na mesa da Secção 2 — Cuidados Primários de Saúde; a Secção 3 — Melhoria dos Cuidados Hospitalares —, orientava-a o camarada Santos Cardoso; o camarada Durão de Carvalho, por seu lado, orientava a Secção 4 — Problemas Socioprofissionais dos Trabalhadores da Saúde. Finalmente uma Subsecção funcionava separadamente, dedicada aos Problemas Socioprofissionais dos Médicos, orientada pelo camarada Silva Santos.

apresentadas por escrito e 14 constituiram moções.

Em todas elas — prosseguiu o camarada — esteve sempre presente a ofensiva que o actual Governo da reacção desenvolve no sentido de impedir que o SNS se concretize e o ataque aos trabalhadores consubstanciados nas limitações aos seus direitos, adquiridos muitas vezes arduamente em lutas reivindicativas desde o 25 de Abril de 1974. Foi também patente a política demagógica do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, traduzida por medidas acentuadamente demagógicas como o ê recente abertura de postos de atendimento permanente, com pretensão de impedir o afluxo dos doentes aos serviços de urgência.

Frederico Silvestre fez notar a riqueza e a vivacidade do debate travado, procedendo depois à enumeração das mais importantes questões levantadas nas diferentes secções.



## «na análise e na procura de soluções e na luta»

Camero no domínio da saúde apresenta-se, tanto como parte integrante da sua operação subversiva contra o regime democrático, como direcção privilegiada da sua vergonhosa campanha demagógica e objectivos eleitoralistas.

**Camaradas,**  
A medida que desenvolve a operação subversiva contra o regime democrático com a ofensiva para restaurar a exploração do tempo do fascismo, a ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, a ofensiva contra as liberdades e os direitos dos cidadãos e, na política externa, a obediência servil aos círculos mais agressivos do imperialismo da NATO, o Governo Sá Carneiro/AD põe mais a descoberto a sua natureza de classe de Governo do grande capital e de ex-monopolistas e o carácter fascizante de que cada vez mais se reveste a sua política.

O episódio da escolha de Soares Carneiro para candidato à Presidência da República é particularmente significativo do último aspecto, pois trata-se de um oficial que fez carreira servindo o fascismo em postos de responsabilidade política e que sempre se mostrou hostil ao 25 de Abril e ao regime democrático.

O Governo permite-se manifestar a sua aberta oposição aos comandos constitucionais em matéria de saúde, não escondendo sequer o propósito de violar a Constituição no que se refere aos princípios por ele estabelecidos para o Serviço Nacional de Saúde e anuncia para muito breve o sistema de medicina convencionalizada.

Do mesmo tempo, o executivo PPD/CDS recusa-se a dar cumprimento à lei do Serviço Nacional de Saúde aprovada na Assembleia da República e em

pleno vigor para todos os efeitos, afasta e saneia dos Gabinetes da Secretaria de Estado os técnicos mais competentes, substituindo-os por gente de comprovada feição reaccionária, propõe-se demolir (e inicia a demolição) de tudo que sejam alterações democráticas e progressistas, põe em causa o serviço médico à periferia, inicia o processo de «devolução» às Misericórdias de hospitais concelhios e distritais há muito integrados na rede hospitalar estatal.

Não exagera nada, a ironia popular, quando observa certa coisa em todos os caminhos do carro da AD só tem uma mudança — a marcha atrás — a do regresso ao 24 de Abril.

O pobre e tolo programa da AD no domínio da saúde não dava muito pano para festivas bandeiras demagógicas. Mas a Aliança reaccionária julgou ter tecido bastante para uma campanha de demagogia nos 42 milhões de contos orçamentados para despesas de saúde. Fez a propósito comparações ilegítimas com outros orçamentos, apresentou percentagens falsas, criou irreais expectativas de melhoria com total desrespeito pelo Povo português. Tudo analisado apurou-se que o aumento de verba em termos nominais se destina na quase totalidade a suportar o aumento dos custos dos medicamentos (que a AD garantiu mentirosamente que iam baixar) e que os mais 10% em relação ao orçamento revisto de 1979 representam afinal, com a taxa de inflação de 24%, uma redução real dos gastos com a saúde.

Exemplos de vergonhosa campanha demagógica. Mas atenção! Não terá o Governo para os hospitais e outros serviços de saúde um plano de investimento como o da CP, desde que as obras

sejam bem visíveis e realizadas até Setembro. Sobretudo, muitos cartões com os dizeres «Obras em curso para o conforto dos doentes!»?

A fraude e o retrocesso que constituem a política de saúde do Governo Sá Carneiro, tomam mais imperiosa a intensificação da luta na frente da saúde, pela realização das profundas aspirações do nosso Povo, pelo SNS, pela melhoria dos cuidados de saúde!

Um outro episódio ainda mais revelador quanto à obediência de Sá Carneiro aos ex-monopolistas ocorreu por estes dias através de uma entrevista de Champallimaud.

Asseverou o ex-senhor da Siderurgia, dos Cimentos e de um vasto rosário de bancos, companhias de Seguros e outras empresas: «O Governo AD que irradique o marxismo, devolva as empresas e as terras aos empresários «espoliados» pelo 25 de Abril e desnacionalize a Banca e os Seguros, então trabalharemos todos juntos para as eleições de 80...».

E então: aquilo que o Champallimaud manda fazer não é exactamente aquilo que Sá Carneiro faz ou se esforça para fazer?

É por isso que viola em cada acto e em cada decisão a Constituição, a legalidade e os princípios e normas mais elementares da vida democrática.

A política do Governo não visa resolver nenhum problema do País, visa restaurar as fortunas, privilégios e poderes dos ex-senhores do capital e da terra.

A demissão do Governo Sá Carneiro tomou-se um imperativo democrático e patriótico para a defesa do regime constitucional, para impedir um ainda maior agravamento das condições de vida das populações e para assegurar a realização de eleições democráticas.

Há que sublinhar como fez o Comité Central do Partido reunido em 3/5/80 que «a resistência popular à política e acção do Governo PPD/CDS e o funcionamento das instituições começam a entrar de facto a operação subversiva das forças reaccionárias».

O Governo já sofreu severos desaires quer perante as grandiosas manifestações dos trabalhadores (caso dos «40 Contratos» Colectivos e de declarações de «Empresas em situação difícil»), quer no controlo de constitucionalidade de duas versões da Lei de delimitação dos sectores, quer na própria Assembleia da República, onde vem ao de cima crescentemente

a exiguidade da «maioria», tanto a exiguidade numérica como a de juízo, a avaliar pelo que se passou há dias quando deputados da AD pediram a suspensão do Presidente da Assembleia da República, então a substituir o Presidente da República, para ganharem um voto.

O Comité Central apontou aos trabalhadores e democratas as três grandes tarefas da hora presente:

- 1.º Resistir com firmeza à ofensiva inconstitucional e ilegal do Governo AD;
- 2.º Assegurar o funcionamento das instituições democráticas;
- 3.º Alcançar uma grande vitória democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República.

A realização com êxito destas tarefas complementares e indivisíveis implica o prosseguimento, a consolidação e o alargamento das grandiosas movimentações dos trabalhadores e das massas populares. Isto significa que é necessário trazer à acção novas classes, camadas e sectores e que é imperiosa a abertura de novas frentes de luta.

Constituindo um contributo fundamental para a abertura da frente da saúde o nosso Encontro integra-se plenamente nas grandes batalhas para a defesa do 25 de Abril e do regime democrático consagrado na Constituição, para a derrota da coligação reaccionária nas próximas eleições.

Mas a realização com sucesso das três grandes tarefas da hora actual impõe também o entendimento, a cooperação e a unidade das forças democráticas.

Como salientou o Comité Central «quando as forças fascistas, fascizantes, reaccionárias de todos os matizes se unem no mesmo plano de destruição do regime democrático para a instauração de uma nova ditadura; — é um dever elementar de todos os democratas e patriotas, seja qual for o partido ou tendência política em que se situam, fazer tudo para chegar a um acordo a fim de derrotarem os planos sinistros da contra-revolução e para assegurarem a continuação do Portugal de Abril.

As decisões e as propostas tornadas públicas recentemente pelo nosso Partido em relação às eleições para a Assembleia da República e às eleições para a Presidência da República arrancam desta compreensão e visam planos concretos para a superação da situação actual.

Inserem-se nos mesmos objectivos e propósitos de estreitar

os laços de cooperação com o MDP e com numerosos democratas sem filiação partidária que já hoje actuam em cooperação com o PCP, a total disponibilidade para considerar com o PS, sem quaisquer condições prévias, todos os problemas da situação actual; a manutenção de contactos regulares com a UEDS e a eventual realização dos encontros informais e exploratórios com a ASDI e com a UDP.

Não é ao PCP que falece a firme vontade de dialogar firme nos princípios, o PCP procura e procurará com grande disponibilidade, tenacidade e imaginação zonas de aproximação e áreas de entendimento.

O Encontro sobre os problemas da saúde que hoje realizamos é um exemplo extremamente expressivo e válido de uma das formas como compreendemos e desenvolvemos esforços para a unidade. Unir na análise e na procura de soluções dos grandes problemas do Povo e do País, unir no combate e na luta para dar concretização às soluções encontradas.

Mas o Encontro das organizações do PCP sobre os problemas da saúde é acima de tudo uma nova e grande demonstração da profunda ligação ao Povo e aos seus problemas, da capacidade de realização do espírito criador e da vitalidade crescente do nosso Partido e das organizações promotoras do Encontro, especialmente as organizações de saúde.

Não temos dúvidas que tão positivos pontos de partida se vão reflectir nas conclusões.

Bom trabalho, camaradas!

Viva o Encontro das organizações do PCP sobre os problemas da saúde!

Viva o Partido Comunista Português!

Viva Portugal!



Nas secções, foi grande o interesse pelos temas em debate.



## Proclamação do Encontro A SAÚDE DO POVO ESPERANÇA DE ABRIL

As consequências de 50 anos de ditadura dos monopólios e latifúndios, sentem-se hoje ainda como dolorosa realidade, na saúde do Povo português. Com o 25 de Abril abrimos-se as janelas da esperança, de que a saúde como estado de completo bem-estar físico, mental e social, seria finalmente um direito que se ia concretizar. Nesse sentido aponta o texto da Constituição, e as leis que a unidade dos democratas permitiram.

A ofensiva da direita e do seu Governo AD contra as conquistas de Abril também se sente no domínio da saúde.

O ataque feroz ao direito constitucional e legal que institui o SNS universal, geral e gratuito é aqui a sua expressão prática. A política do Governo Sá Carneiro, política de mudança para o passado traduz-se por:

- Inverter e destruir o edifício legislativo que toma possível a implementação do Serviço Nacional de Saúde;
- Proteger descaradamente os interesses dos que beneficiam com a doença do Povo, desde as multinacionais farmacêuticas e de aparelhagem médico-hospitalar, até aos grandes senhores da Medicina;
- Desrespeitar os que sofrem, nada fazendo contra a má qualidade e crescente degradação dos Serviços de Saúde que temos;
- Nada fazer para que se desenvolva uma política de real promoção da saúde do povo trabalhador, apesar dos seus corta-fitas querermos; através da estafada imagem do antigamente mostra-se interessado pelo bem-estar dos portugueses.

Esta é, no campo da saúde, a política da reacção, dos negociantes com a doença do Povo e do seu Governo AD, que desrespeita a Democracia não cumprindo as leis e espezinhando a Constituição.

São nossas as preocupações do Povo português. Com ele estivemos e estamos nos esforços para tornar realidade o direito à saúde que a Constituição consagra.

Para isso temos desenvolvido, em unidade com muitos outros democratas um grande esforço capaz de dar resposta aos problemas concretos dos portugueses no campo da saúde e combater a política reaccionária do Governo AD.

Assim nasceu o nosso 1.º Encontro para os problemas da saúde, cuja experiência e realização, confirmam que é na base da unidade e cooperação entre os democratas, que se encontram as respostas e soluções para os problemas do Povo e do País e demonstram que é com os comunistas que essas respostas e soluções são encontradas.

Como resultado deste esforço apresentamos ao Povo português em geral e aos profissionais da saúde em particular, propostas de medidas concretas e necessárias para que a curto prazo melhorem substancialmente as condições de saúde do nosso Povo.

Assim proclamamos, defendemos e propomos:

- 1 — Só um governo democrático que respeite Abril e cumpra a Constituição pode melhorar as condições de vida e saúde dos portugueses.
- 2 — Só um grande esforço conjugado dos trabalhadores da saúde, movimento sindical unitário, das autarquias e da população organizada pode conseguir:
  - Racionalizar a orgânica e gestão hospitalar, assegurando o cumprimento da lei;
  - Regionalizar e descentralizar os serviços de saúde;
  - Elaborar a carta sanitária nacional;
  - Construir uma verdadeira rede de cuidados primários de saúde;
  - Definir carreiras e estatuto dos profissionais de saúde, de modo a assegurar os seus interesses e cobertura nacional das necessidades de toda a população;
  - Aplicar o Formulário Nacional de Medicamentos a todos os Serviços de Saúde;
  - Criar um organismo nacional que coordene a produção, importação e distribuição de medicamentos e equipamentos;
  - Reformular pré e pós-graduado e a reciclagem de todos os profissionais de saúde.
- 3 — Proclamamos a firme disposição dos comunistas para que rapidamente se humanizem os Serviços. Assim, lutaremos por melhorar as condições de conforto físico e moral, devidas a todos os utentes dos Serviços de Saúde.

Sabemos que só com a unidade de esforços de todos os democratas será possível levar à prática estas propostas.

Reafirmamos por isso a nossa firme disposição de nos juntarmos e cooperarmos com todos aqueles que queiram contribuir para a definição e concretização de uma política de saúde digna do Portugal de Abril, a política necessária para o País mais justo e mais próspero, e mais feliz que queremos construir.

Viva o Serviço Nacional de Saúde!  
Viva o Encontro do PCP para os problemas da Saúde!  
Viva o Partido Comunista Português!

decisivo contributo para a resolução de inúmeros problemas de saúde locais. De salientar, e saudar muito particularmente aqui, as mais de 150 Comissões de Base de Saúde, nascidas do coração das UCP's e Cooperativas da zona de intervenção da Reforma Agrária e do trabalho devotado e voluntário de centenas de técnicos de saúde que responderam ao apelo da CRARA. Pelo trabalho já realizado, constituem um estimulante

## «idade e urgência»

de todo o povo. Abril está vivo e será fundamentalmente forte para não permitir a uns poucos que se continue a especular com a doença de todo um povo.

A população organizada em todas as suas estruturas sindicais e autárquicas ou a simples defesa de interesses comuns saberá defender a Constituição e as leis democráticas. O povo trabalhador encontrará no PCP um firme defensor do SNS, para que, também na saúde, Abril seja realizado.

Só com uma política global que tenha por base o 25 de Abril e a Constituição, por isso democrática, e no cumprimento do espírito da Lei de Bases do SNS, encontrarão os profissionais da saúde, os médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares de diagnóstico e terapêutica, funcionários administrativos e sector operário, de forma a que sejam dignificadas as suas carreiras e condições de vida e trabalho. Mas é para nós, comunistas, importante, e nisso nos empenharemos juntamente com outros democratas a quem desde já apelamos, que mercê da capacidade de dádiva dos trabalhadores da saúde e da luta geral do povo português, algumas

medidas sejam adoptadas com carácter de prioridade e urgência. Assim propomos e lutaremos por:

- participação efectiva dos trabalhadores da saúde e da população organizada na planificação, gestão e controlo dos cuidados de saúde aos seus vários níveis;
- elaboração de um esquema de regionalização dos serviços de saúde;
- elaboração de uma carta sanitária nacional;
- estatutos e definição dos cuidados primários de saúde;
- funcionamento adequado dos cuidados primários de saúde que existam e dos hospitais distritais;
- aplicação do formulário nacional de medicamentos;
- fornecimento de sangue e seus derivados;
- melhoria da assistência das situações de urgência;
- melhoria da rede de transportes e comunicações;
- financiamento suficiente e em tempo oportuno dos serviços de saúde;
- melhoria dos cuidados hospitalares, nomeadamente através da humanização efectiva dos serviços;
- aumento quantitativo e qualitativo do rendimento hospitalar.



# Delegação polaca visitou Portugal a convite do CC do PCP

## Comunicado conjunto PCP-POUP

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português, visitou Portugal, entre 5 e 9 de Maio de 1980 uma delegação do Partido Operário Unificado Polaco, composta por Zdzislaw Zandarowski, membro suplente da Comissão Política e Secretariado do Comité Central, Jerzy Wojtecki, membro do CC e responsável do Departamento de Agricultura do CC, Henryk Szablak, membro suplente do CC e responsável do Departamento de Agricultura do CC, Henryk Szablak, membro suplente do CC e Secretário do Comité de Varsóvia do POUP e Krzysztof Antczak, membro da Secção Internacional do CC do POUP.

A delegação do POUP realizou conversações com uma delegação do PCP composta por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, Octávio Pato e Sérgio Vilarigues, membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e Albano Nunes, membro do CC.

Durante a visita, a delegação dos comunistas polacos encontrou-se ainda com a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP e contactou directamente com diversos aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP, através nomeadamente das visitas que efectuou aos Estaleiros da Lisnave e a UCP «17 de Maio» em Alcácer do Sal, e dos encontros realizados com as diversas organizações de trabalhadores contactadas, com a Câmara Municipal de Setúbal e organizações locais do PCP.

A delegação do POUP prestou homenagem às vítimas do fascismo, no próprio dia do 35.º Aniversário da derrota do nazismo e do fim da II Guerra Mundial, depondo uma coroa de flores junto do Monumento aos Antifascistas Portugueses caídos no Campo de Concentração do Tarrafal.

O chefe da delegação do POUP, membro do Conselho de Estado, camarada Zdzislaw Zandarowski, foi recebido pelo Conselho da Revolução.

A delegação do POUP participou num Comício de Amizade realizado em Alhandra, onde usaram da palavra os camaradas Zdzislaw Zandarowski e Octávio Pato.

Durante as conversações, que decorreram em ambiente de amizade e solidariedade fraternais que caracterizam as relações entre o PCP e o POUP, as duas delegações procederam a uma ampla troca de informações e opiniões sobre a situação existente nos países respectivos e actividade dos dois partidos, bem como sobre a situação internacional e diversas questões relativas ao movimento comunista e operário mundial.

A delegação do PCP expressou o reconhecimento dos comunistas portugueses pelo apoio solidário dos comunistas e do povo trabalhador da Polónia à luta do povo e à Revolução portuguesa bem como os sinceros votos dos comunistas portugueses pelos maiores sucessos na aplicação das resoluções do VIII Congresso do Partido Operário Unificado na construção da sociedade socialista desenvolvida na sua pátria.

A delegação do POUP expressou a solidariedade de todos os comunistas e dos trabalhadores da Polónia para com a luta consequente do Partido Comunista Português pela defesa e consolidação das conquistas da Revolução e do regime democrático e desejou novos sucessos ao seu trabalho e à sua luta.

As duas delegações sublinharam que, apesar das múltiplas tensões, a situação internacional continua a evoluir favoravelmente às forças da democracia, da independência nacional, da paz, do progresso e do socialismo.

Enquanto se aprofunda e se agrava a crise generalizada em que se debate o sistema capitalista, o sistema mundial do socialista alarga-se e aumenta a sua força económica, política e moral. Ao mesmo tempo, intensifica-se a luta da classe operária e das massas populares dos países capitalistas e verificam-se novas vitórias na luta dos povos pela liberdade e pela independência nacional, contra a dominação política e económica dos grandes monopólios e do imperialismo.

Saudando a recente proclamação da independência do Zimbábue, como uma importante vitória sobre o imperialismo e o racismo em África e no mundo, as duas delegações realfirmaram a solidariedade de combate dos comunistas de Portugal e da Polónia para com os povos da Ásia, da África e da América Latina em luta contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo, pela independência e o progresso social. Manifestaram em particular a sua solidariedade para com os povos que são alvo de perigosas ameaças e chantagens militares do imperialismo, como o mostram as gigantescas manobras militares dos EUA nas Caraíbas e no Golfo Pérsico.

As duas delegações sublinharam ainda a importância e o significado histórico das revoluções orientadas para o socialismo em Angola, Moçambique, Etiópia, Iémen Democrático e outros países, e a necessidade de se lhes prestar apoio internacionalista. Expuseram também a sua solidariedade para com o povo da República Democrática do Afeganistão na sua acção para realizar os ideais da Revolução de Abril e por fim à ingerência do imperialismo.

As duas delegações analisaram entretanto a perigosa contra-ofensiva contra a paz e a segurança dos povos, desencadeada pelos círculos mais reacçãoários e agressivos do imperialismo em conluio com a política hegemónica, dos dirigentes chineses, na sua tentativa para deter o avanço do processo revolucionário, pelo recurso a uma estratégia de «posições de força», de confrontação militar.

O PCP e o POUP denunciam as campanhas anticomunistas e anti-soviéticas como parte integrante da estratégia agressiva do imperialismo visando, por um lado enfraquecer e dividir as forças da paz, do progresso e do socialismo, e por outro, encobrir a sua própria política irresponsável de corrida desenfreada aos armamentos e de contínuo agravamento da tensão internacional.

As delegações dos dois partidos pronunciaram-se firmemente contra a produção e instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos em países da Europa capitalista, pela anulação ou suspensão desta grave decisão imposta pelos EUA aos seus parceiros da NATO, por negociações que ponham fim à corrida aos armamentos na Europa, por passos concretos no sentido do desarmamento.

Neste sentido, reafirmaram a importância da urgente ratificação pelos EUA dos acordos SALT II, do prosseguimento sério das negociações de Viena e da realização em 1980 da Conferência de Madrid sobre Segurança e Cooperação Europeias. Expressaram ainda o seu empenhamento pela realização em Varsóvia de uma Conferência Europeia para o Desarmamento Militar e o Desarmamento no Continente.

Alertando para os perigos da situação actual, as duas delegações manifestaram a profunda convicção de que a acção unida e resoluta das forças revolucionárias e amantes da paz de todo o mundo acabará por fazer recuar os planos hegemónicos e agressivos do imperialismo, defender o desarmamento, assegurar a paz, e alcançar novos sucessos na luta pela democracia, a independência nacional e o socialismo.

Reafirmando o carácter indissociável das tarefas nacionais e dos deveres internacionalistas dos comunistas, bem como o propósito comum aos dois partidos de actuarem firmemente pela cada vez maior coesão das grandes forças revolucionárias da época contemporânea — a URSS e outros países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional — as delegações do PCP e do POUP consideram de vital importância a unidade de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz e reafirmaram como o seu fundamento e factor decisivo a unidade do movimento comunista internacional, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Neste sentido sublinharam a importância da amizade, cooperação e solidariedade dos partidos comunistas e operários dos países capitalistas e socialistas, ao mesmo tempo que consideraram importante combater com firmeza as campanhas anticomunistas e anti-soviéticas com que o imperialismo aposta na divisão das forças revolucionárias.

As duas delegações consideraram da maior importância a mobilização das mais amplas forças sociais e políticas, na luta pelos objectivos de desarmamento, paz e desarmamento apontados no «Apelo dos Comunistas aos Povos dos Países da Europa», adoptado no recente encontro dos partidos comunistas europeus, realizado a 28 e 29 de Abril em Paris.

O PCP e o POUP pronunciaram-se firmemente pelo desenvolvimento dos laços de solidariedade e cooperação entre o Povo português e o povo polaco e relações de paz e amizade entre o novo Portugal democrático e a República Popular da Polónia.

A visita a Portugal da delegação do POUP, bem como as conversações e encontros realizados, constituíram um novo contributo para o reforço dos laços fraternais de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o partido Operário Unificado da Polónia.

Esteve no nosso País durante a passada semana a convite do Comité Central do Partido Comunista Português, uma delegação do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), que permaneceu entre nós cinco dias, durante os quais contactou directamente com diversos aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP. A delegação foi chefiada pelo camarada Zdzislaw Zandarowski, membro suplente da Comissão Política e Secretário do CC do POUP e integrada pelas camaradas Jerzy Wojtecki, membro do CC e responsável do departamento de Agricultura do CC, Henryk Szablak, membro suplente do CC e Secretário do Comité de Varsóvia do POUP e Krzysztof Antczak, membro da Secção Internacional do POUP.

A delegação, que permaneceu entre nós de 5 a 9 de Maio, teve logo na terça-feira, dia 6, um encontro com uma delegação do PCP, chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa. Na quarta-feira houve uma visita à UCP «17 de Maio», em Santa Suzana, na companhia do camarada Américo Leal, membro do CC do PCP, onde se realizaram dois encontros, um com elementos da Câmara Municipal da cidade e outro com membros da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, os camaradas António Santo, Carlos Ramilides e Luisa Araújo.

Na quinta-feira a delegação do POUP chegou a Almada pelas 9 e 30 horas para uma visita aos estaleiros da Lisnave, onde era aguardada por duas delegações representativas dos trabalhadores da empresa — a Comissão Intersindical e o Conselho Geral dos trabalhadores. Dadas as boas vindas num ambiente de fraternal amizade, os representantes dos trabalhadores informaram os seus convidados do programa da visita e em seguida, numa breve e concisa explicação, falaram da empresa, das dificuldades e boicotes que sofreu após a nacionalização de grande parte do seu capital social (33% para o Estado português contra 19,73% para a Suécia, 20% para a Holanda e 17% para o ex-monopolista José Manuel de Melo), bem como a formação e funcionamento das estruturas representativas dos trabalhadores na empresa e dando conta das dificuldades presentemente vividas na negociação das respectivas tabelas salariais.

«Estas são as nossas cores»

Seguidamente a delegação, acompanhada pelos representantes dos trabalhadores da Lisnave e pelo camarada Carlos Ramilides, deslocou-se à secção de relações públicas da empresa, assistindo-se a uma projecção de «slides» sobre vários aspectos da actividade e capacidade de empreendedora destes estaleiros, posto o que visitou a escola de formação da Lisnave e um dos estaleiros. Ali um grupo de trabalhadores aguardava os camaradas polacos. Nas mãos um ramo de cravos e flores silvestres, brancas. Estas são as nossas cores, as cores da Polónia, o vermelho e o branco.



A delegação do Partido Operário Unificado da Polónia foi recebida em nome do Conselho da Revolução pelos conselheiros Franco Charais, Vasco Lourenço e Vítor Crespo...



... esteve no mausoléu dos mortos do Tarrafal...



... e visitou a Lisnave



Informaria, sorrindo, o camarada Zandarowski, que acrescentaria: são cravos vermelhos de Abril, que recebemos fraternalmente desejando os maiores sucessos à Revolução portuguesa.

A terminar esta visita à Lisnave houve um almoço com representantes da administração, o qual decorreu nas instalações desta e com a participação de todos os acompanhantes da delegação polaca. No final usaram da palavra um dos membros da administração e o chefe da delegação, tendo ambos manifestado o desejo do alargamento das relações comerciais na indústria naval dos dois países, e ainda o camarada Carlos Ramilides que agradecerá, em nome do CC do PGP, o acolhimento dispensado aos seus convidados sublinhando finalmente a importância e determinação das lutas travadas pelos trabalhadores da Lisnave contra as ofensivas reacçãoárias que, ao longo destes anos, têm procurado impor na empresa a recuperação capitalista da mesma, encontrando sempre pela frente a oposição firme e organizada dos trabalhadores.

### Do Tarrafal a Alhandra

Particularmente emocionante foi a homenagem que, ainda na tarde de quinta-feira, a delegação polaca prestou aos residentes antifascistas que tombaram no Tarrafal, visitando o monumento do Alto de S. João, em Lisboa. Eram ali aguardados por uma delegação da URAP, em nome da qual falou o camarada João Faria Borda, prestando homenagem às vítimas do fascismo em ambos os países e saudando o heróico povo polaco na sua resistência ao invasor nazi. Em resposta, o camarada Zandarowski sublinharia que o fascismo tem o mesmo nome em todos os países. Durante a II Guerra Mundial morreram seis milhões de polacos vítimas do fascismo, por isso estamos firmemente decididos a relembrar a todos o que foi o fascismo e o que ainda poderá ser o fascismo, acrescentando que estes 6 anos de Revolução portuguesa são anos de luta pela defesa das suas conquistas; e há bons resultados; as forças do PCP e outras forças democráticas têm mantido a unidade e a força necessária para tal defesa.

Em seguida a delegação do POUP fez uma visita ao Conselho da Revolução, juntamente com o embaixador da Polónia em Portugal. À noite, após um jantar com uma delegação do CC do PCP na Casa dos Avoieiros, em Alhandra, os camaradas polacos que visitaram o nosso País participaram num Comício de Amizade PCP/POUP, realizado na Sociedade Euterpe Alhandense e no seu vasto salão de espectáculos, que foi acanhado para a multidão entusiasmada que ali acorreu. Usaram da palavra neste comício os camaradas Zdzislaw Zandarowski, chefe da delegação do POUP e Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, cujo discurso está inserido nesta página.

A visita terminaria no dia 9 de Maio, com um encontro final de delegações dos dois partidos no Centro de Trabalho do PCP da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa.

### Comício de amizade:

## Zdzislaw Zandarowski: A defesa da paz necessita de uma constante mobilização das mais amplas forças anti-imperialistas e amantes da paz

Os nossos dois partidos estão desde há muito ligados por laços de solidariedade internacionalista, bem patentes na alegria pela vitória das forças democráticas portuguesas sobre o fascismo, alegria que todo o nosso Povo sentiu convosco no memorável 25 de Abril de 1974 — afirmou o camarada Zdzislaw Zandarowski, membro suplente do «Bureau» Político e secretário do CC do POUP, ao dirigir-se aos milhares de pessoas que participaram no Comício de Amizade PCP-POUP realizado em Alhandra, na passada semana.

Em nome dos 3 milhões de comunistas polacos — asseverou o chefe da delegação dos comunistas polacos que visitou o nosso País — queríamos manifestar a nossa solidariedade para com a vossa luta de resistência, consagrada e consequente, em defesa dos interesses da classe operária, dos trabalhadores e de todo o Povo português, para com a vossa luta pelo alargamento e fortalecimento da unidade das forças democráticas e progressistas.

Referindo-se depois aos 60 anos de actividade do PCP que se cumprem no ano que vem, o camarada Zdzislaw Zandarowski acrescentou: Foram anos de luta heróica e difícil, cheia de sacrifícios. De um Partido de quadros que trabalhava nas condições de clandestinidade nos tempos da ditadura, o Partido Comunista Português, alargando as suas fileiras e graças à sua correcta linha política marxista-leninista, tornou-se nos últimos anos num dos maiores e mais dinâmicos partidos comunistas da Europa Ocidental.

O camarada Zandarowski falou, em seguida, da Polónia socialista: Como sabéis, a Polónia tem ainda viva na memória a destruição de que foi vítima durante a II Guerra Mundial. Durante a ocupação hitleriana, a Polónia perdeu



metade da sua riqueza nacional e foram exterminados 6 milhões de cidadãos polacos. Graças ao dedicado trabalho de toda a Nação, sob a direcção do Partido Operário Unificado Polaco, construímos durante estes últimos 35 anos as bases de uma sociedade socialista desenvolvida. Particularmente nos últimos 10 anos, verificou-se um imenso desenvolvimento da economia e criou-se a possibilidade de uma melhoria das condições de vida do nosso povo mais rápido do que no passado. O desenvolvimento da Polónia socialista demonstra que a solução dos complexos problemas da vida moderna só é possível nas condições do socialismo, sob a direcção da classe operária e dos trabalhadores.

Referindo-se seguidamente aos resultados do VIII Congresso do POUP, realizado há três meses em Varsóvia, sublinhou o dirigente comunista polaco: Nas suas resoluções, onde se apontam as tarefas para os próximos 10 anos, o nosso Partido declara que, actuando de acordo com as actuais condições e possibilidades e na base do aumento do trabalho e dos

resultados económicos, realizaremos os principais objectivos sociais, ao serviço da classe operária e de todo o povo trabalhador, ao serviço do desenvolvimento da Polónia socialista, da sua importância e posição na comunidade socialista e no mundo.

O camarada Zdzislaw Zandarowski abordou ainda as questões internacionais, nomeadamente as relativas à luta pela paz e o desarmamento, tendo a este respeito sublinhado a dado passo da sua intervenção:

A defesa da paz, tão duramente conquistada graças à vitória dos povos sobre o fascismo, necessita de uma constante mobilização das mais amplas forças anti-imperialistas e amantes da paz. Por isso, o VIII Congresso do nosso Partido, em Fevereiro deste ano, exprimindo a vontade do povo polaco, pronunciou-se contra a guerra-fria, contra as manobras que ponham em perigo o desarmamento e contra a instalação na Europa Ocidental dos novos mísseis nucleares. Tendo em conta as aspirações para assegurar a paz no nosso continente, o primeiro-secretário do nosso Partido,

camarada Edward Gierek, apresentou em nome da Polónia a proposta da realização em Varsóvia de uma Conferência Europeia sobre o desarmamento militar e o desarmamento. O Partido Operário Unificado Polaco actua continuamente para o fortalecimento da unidade do movimento comunista e operário internacional na luta comum pelo progresso social, pelo desenvolvimento e pela paz.

O dirigente do partido irmão polaco, depois de ter destacado a importância do recente Encontro em Paris de Partidos Comunistas e Operários da Europa — encontro organizado por iniciativa do POUP e do PCP — bem como do Apelo aprovado no citado Encontro, finalizou a sua intervenção acatando:

A presente visita é prova dos laços estreitos de cooperação entre os nossos dois partidos, que já têm a sua História e tradição. Os encontros dos dirigentes dos nossos dois partidos, camaradas Edward Gierek e Álvaro Cunhal, assim como visitas como estas, têm um papel importante no fortalecimento dos laços fraternais que unem os nossos dois partidos.

## Octávio Pato: O Governo PPD/CDS executa a nível internacional a mesma política que executa no plano interno profundamente reacçãoária

Os povos não podem esquecer que a II Guerra Mundial ceifou a vida de 50 milhões de pessoas, cabendo aos povos da URSS 20 milhões de mortos e ao povo da Polónia mais de 6 milhões, nos quais se contavam cerca de 1 800 000 crianças de idade inferior a 14 anos. No campo de concentração de Auschwitz, na Polónia, foram assassinados mais de 4 milhões de seres humanos — estas palavras foram preferidas pelo camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, ao intervir no Comício de Amizade PCP-POUP, realizado em Alhandra no preciso dia em que por todo o mundo se comemorou o 35.º aniversário da vitória dos povos sobre o nazi-fascismo.

Centrando o início da sua intervenção na abordagem, problemática da luta pela paz, o camarada Octávio Pato salientou a dado passo: Cabe-nos a nós, comunistas, que amamos profundamente a paz, denunciar as provocações e manobras do imperialismo, promover o entendimento, a cooperação e a amizade entre os que desejam o progresso e a paz, entre os povos do mundo. É neste contexto que se insere o convite do PCP ao POUP e a outros partidos irmãos ou movimentos revolucionários para visitar o nosso país e que dezenas de delegações do PCP têm sido convidadas a visitar vossos países.

Depois de ter sublinhado que é à luz destes princípios e tendo em vista estes objectivos que se orienta a actividade do PCP, o camarada Octávio Pato acrescentou: Apesar das inúmeras e complexas tarefas que se colocam aos comunistas, aos democratas e aos trabalhadores portugueses, o nosso Partido presta grande atenção à denúncia e à realização de acções concretas contra as provocações e manobras que o imperialismo vem intensificando contra a paz e o entendimento entre os povos, contra os países socialistas e povos recentemente libertados de regimes ditatoriais, provocações, manobras e intrigas que têm encontrado no Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral e na sua política reacçãoária o melhor acolhimento.

A situação internacional

Abordando algumas das mais importantes questões da

actual situação internacional — os acontecimentos no Afeganistão, a situação no Irão e as agressões a Cuba — o camarada Octávio Pato afirmou:

Não é por acaso que ao imperialismo tudo serve para atacar e caluniar a União Soviética. É que pelo exemplo, pelo seu poder económico e militar, pela ajuda sempre pronta e amiga aos povos em luta pela liberdade e independência, ela é a força principal do campo socialista, é o baluarte da liberdade e do progresso.

Anteriormente, e a propósito de cada uma das questões internacionais abordadas, o dirigente do PCP tinha actuado:

A chamada «invasão do Afeganistão» que serviu semanas a fio, senão meses, de pasto às forças mundiais mais retrógradas, foi pretexto encontrado pelo governo Carter para, por um lado, desencadear uma espectacular campanha contra a União Soviética e a realização dos Jogos Olímpicos em Moscovo e, por outro, recolher os frutos eleitorais que dessa operação resultariam.

Relativamente à situação no Irão, diria Octávio Pato: Invocando hipócritas razões humanitárias, os EUA começam por decretar uma série de medidas de represália no campo económico, preparando o terreno para manobras de agressão armada directa que forças norte-americanas, significativamente e partindo do Egipto e Paquistão, viriam a desencadear contra o Irão e que, não fossem ter conduzido a uma guerra generalizada. As razões humanitárias de Washington conhecemo-las todos. É, aliás, a própria imprensa ligada a Carter que afirma: «Pelo petróleo do Golfo Pérsico estamos dispostos a ir até uma guerra».

Sobre as provocações a Cuba, sublinharia o dirigente comunista: A fazer fé das fontes imperialistas, Cuba estaria hoje despojeada. Na verdade, se somarmos a todos os cubanos que a reação diz estarem espalhados pelo Alentejo, por Angola e Moçambique, e por outros países fora, os milhares e milhares que se disse terem-se acolhido na embaixada do Peru, por maior boa vontade que tenhamos, não sabemos onde ir buscar cubanos para ficar em Cuba. O mais de 1 milhão que veio para a rua defender a revolução cubana eram por certo soviéticos disfarçados...

E mais adiante: O recuo

a que os EUA foram obrigados, cancelando o desembarque de tropas previsto em Guantanamo, representa efectivamente uma vitória do povo cubano, mas não só: é igualmente uma vitória das forças da paz que em todo o mundo se movimentam contra a política belicista de Washington, levando inclusive a demissão na Casa Branca e a posições extremamente cautelosas por parte dos seus aliados, mesmo dos grandes falções da Europa.

### A situação portuguesa

Foi partindo da actualização do Governo Camêiro/Amaral no campo internacional que o camarada Octávio Pato passou a analisar a situação no nosso país: Só o Governo português, orgulhoso e irresponsavelmente, só esse governo lambe as botas do imperialismo e conduz Portugal a uma posição externa da mais vil subversão, nem sequer visita no tempo de Salazar e Caetano.

Octávio Pato recordou: a vergonhosa campanha anti-soviética; a recusa sistemática de passagem de vistos a cidadãos soviéticos; o pretendido boicote aos Jogos Olímpicos; o «sim» à instalação de mísseis nucleares; o estímulo às ingerências da NATO; o corte de relações com o Irão, etc.

E o camarada Octávio Pato concluiu: O governo do PPD/CDS executa a nível internacional a mesma política profundamente reacçãoária que executa no plano interno.

O dirigente do PCP enumerou as acções deste Governo que o caracterizam como profundamente reacçãoário, para depois constatar: A política desastrosa que vem seguindo, de atentado às liberdades, à economia e à independência nacional, de agravamento das condições de vida dos portugueses, leva a que já não sejam só os trabalhadores e restantes classes laborais a repudiar a acção deste Governo mas inclusive sectores e camadas votaram AD confiando nas promessas de «mudança» que esta lhes fez durante a campanha eleitoral.

Seguidamente, o camarada Octávio Pato, referindo-se à última reunião plenária do Comité Central do nosso Partido e apontando as três grandes tarefas que o PCP apresenta aos trabalhadores, a todos os democratas e patriotas, sublinhou:

A luta heróica que os trabalhadores alentejanos e ribatejanos têm travado na defesa da mais bela conquista da Revolução, a Reforma Agrária, luta que tem contado com o apoio e a solidariedade activa dos restantes trabalhadores, de Norte a Sul do País; o repúdio firme das amplas massas populares pela acção em que o Governo for-a-dai-de Sá Carneiro/Freitas do Amaral se tem particularmente empenhado de destruição das grandes conquistas dos trabalhadores, nomeadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária — são a melhor garantia para o cumprimento dessas tarefas.

Neste ponto da sua intervenção, Octávio Pato apontou a força crescente do movimento unitário de massas, a grande adesão popular às comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio como factores que nos levam a encetar com confiança as próximas eleições e o futuro da democracia.

Entretanto, o dirigente do PCP não deixou de criticar as posições passivas e, até, contraditórias, do PS face ao governo AD, e também o surto esquerdistas, que habitualmente surge nos momentos difíceis da Revolução para lançar a confusão e cooperar com as forças reacçãoárias, citando a este propósito a criação da chamada «FUP», sob a chefia imperial de Oteló.

E a finalizar a sua intervenção dirigindo-se aos camaradas polacos do camarada Zdzislaw Zandarowski não gostáramos de acabar sem agradecer o apoio e as palavras amigas que nos trouxeram e que, para além de significarem mais um estímulo para as grandes batalhas que nos próximos tempos vamos travar, são garantia de que o nosso Partido, a classe operária, os trabalhadores e o povo de Portugal não estão só na sua luta, eles contam com o apoio e a solidariedade dos partidos irmãos e trabalhadores de outros países, designadamente do Partido Operário Unificado Polaco e do povo da Polónia que, com o seu heroísmo, se libertou das cinzas da guerra e construiu as bases de uma desenvolvida sociedade socialista.

# O escândalo chamado RTP!

O «caso» do direito de antena MANOBRA FALHADA!

1. Três meses depois de o PCP ter solicitado à RTP, nos termos da Lei em vigor, um encontro de representantes do PCP com a CA da RTP no sentido da «organização do plano de utilização do direito de antena do PCP», após lamentáveis escusas, demoras, obstruções, manobras cujo carácter dilatório foi desmascarado pelo Conselho de Informação da RTP, resistências ao cumprimento da Lei e, finalmente, clara e grave violação da Constituição e das Leis, vem a RTP tomar público, 10 meses depois de a Lei da televisão ter sido aprovada, 7 meses depois de ter sido promulgada, 6 meses depois de ter sido publicada e quase 4 meses depois de ter entrado em vigor, que os titulares do direito de antena «devem entrar em contacto com a Direcção de Programas para que sejam estabelecidos os planos gerais de utilização do exercício do direito de antena».

2. Após ter percorrido todas as formalidades e prazos estabelecidos pela Lei 75/79 e face à recusa da RTP de transmitir um programa da responsabilidade do PCP na data em tempo devido solicitada ao PCP, como é sabido, instaurou contra a RTP e a sua Comissão Administrativa, designadamente o seu Presidente, providências cautelares em função do Código do Processo Civil, em apenso duma acção declarativa e condenatória da RTP e seus responsáveis por boicote ao livre exercício do direito de antena assegurado pelo art.º 40.º da Constituição e regulamentado pela Lei 75/79, de 29 de Novembro.

3. Sabido que, segundo a referida Lei 75/79, a utilização do direito de antena é suspensa «um mês antes da data fixada para o início do período da campanha eleitoral para a Presidência da República, para a Assembleia da República e para as autarquias locais» e que «cada titular não poderá utilizar o direito de antena mais de uma vez em cada trinta dias, nem em emissões com a duração superior a quinze minutos ou inferior a cinco minutos», fica claro que esta decisão da RTP vem limitar a expressão dos partidos da oposição até às próximas eleições, tanto mais que os titulares, ainda segundo a referida Lei, «solicitarão a reserva do tempo de antena a que tenham direito até quinze dias antes da emissão».

4. Os antecedentes que se referem a este caso autorizam perguntar se está, finalmente, assegurado o completo controlo autoritário da RTP pela sua

Administração, agente do Governo AD, de tal maneira que possa, agora, ser «consentido» o «escape» de uns poucos minutos que não poderão dar cabal conta do impetuoso protesto popular que faz levantar o País contra a acção do Governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral.

5. A SIP do PCP sublinha que o público comunicado da RTP no sentido de, finalmente, se dispôr a acatar a Lei, não avalia que, no espaço fora do «tempo de antena», se continue a assistir ao ferozismo da política antidemocrática e antipopular do Governo AD, à presença massiva de membros do Governo e dos partidos que o apoiam, à omissão do desenvolvimento do movimento operário e popular que tem imposto ao Governo reaccionário alguns significativos desaires, à mentira e manipulação do objectivo, de resto já exposto pelo próprio Presidente da CA da RTP, da subversão do regime democrático.

6. A SIP do PCP sublinha, ainda, que se mantém o processo instaurado pelo PCP contra a RTP e a sua CA, designadamente o seu Presidente.

7. A SIP do PCP assinala que o comunicado público da RTP de 6 de Maio de 1980 responde, finalmente, à carta do PCP à RTP de 14 de Fevereiro de 1980. Pelos prejuízos de tal demora e pela sua ilegal acção responderá, em Tribunal, a RTP e a sua CA, designadamente o seu Presidente.

8. Independentemente da decisão judicial, a emissão do referido comunicado público da RTP representa um reconhecimento da justiça das reclamações apresentadas pelo PCP e um recuo da RTP face ao desmascaramento da sua acção.

9. Entretanto, o PCP responde afirmativamente à solicitação pública da RTP no sentido de contacto para o estabelecimento «dos planos gerais de utilização do exercício do direito de antena», esperando que novas manobras dilatórias não atinjam, ainda, mais gravosamente, os justos titulares dum direito constitucional e regulamentado por Lei, por cujo exercício o PCP se continuará a bater usando todos os meios que lhe são facultados pelo regime democrático.

Lisboa, 7 de Maio de 1980  
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

## A telenovela da "AD" ...

1. O PCP tem chamado a atenção da opinião pública e denunciado por várias vezes o desrespeito pelos princípios do pluralismo, da objectividade e da independência perante o Governo e a administração pública que, por imperativo constitucional devem orientar os órgãos de comunicação social estatizados.

Esta situação tem vindo a agravar-se de forma particularmente escandalosa na RTP.

Estas denúncias do PCP foram devidamente fundamentadas com dados concretos perante o próprio presidente da Comissão Administrativa da RTP, Cunha Rego, durante a última reunião do Conselho de Informação da RTP a que aquele compareceu no passado dia 12.

Tal como nessa altura anunciou o PCP divulga agora uma síntese das afirmações e dos dados então apresentados.

2. Os representantes do PCP nas suas intervenções denunciaram nomeadamente a acção preocupante da RTP no que se refere ao tratamento discriminatório de que são alvo os partidos da oposição e a escandalosa situação de favor do Governo e da AD na RTP acentuando:

- que a RTP — órgão de comunicação social estatizado — contrariamente ao que que determina a Constituição (Artigo 39.º), está transformada em órgão de propaganda do Governo e da maioria parlamentar.
- que se assiste a uma marginalização e boicote dos partidos da oposição e das forças e organizações não afectas ao Governo.
- a existência de uma situação discriminatória e de manifesto desfavor mesmo quando há referências ou presenças das forças que não são do Governo (imagem sem som directo; «respostas» logo a seguir; desprezo por realizações partidárias de relevo; ausência nas chegadas do estrangeiro de dirigentes; anticomunismo aberto e disfarçado, etc.).

— a sua preocupação pelas notícias vindas a público, até

através de órgãos que apoiam o Governo, da existência de casos de censura interna, e de pressões sobre jornalistas, factos denunciados pelos próprios jornalistas.

— o comportamento claramente dilatório da CA da RTP em relação à aplicação da Lei da Televisão, nomeadamente, em relação aos tempos de antena, (considerando-se o PCP altamente prejudicado, tendo por isso intentado um processo contra a RTP).

— o abaixamento do nível de programação, o deficiente tratamento dos problemas nacionais, a diminuição do número de programas nacionais, o uso e abuso de filmes de má qualidade, a presença asfixiante dos problemas internacionais na óptica do imperialismo, etc.

3. Em particular no que se refere aos tempos utilizados pelo Governo, e os partidos da AD, no conjunto dos tempos dados a todos os partidos e organizações políticas, os representantes do PCP tomando o exemplo do mês de Abril denunciaram a situação verdadeiramente escandalosa, ilegal e atentatória do que está consagrado na Constituição e nas leis.

Com efeito, numa análise da ocupação de tempo de antena com imagem (slides, filmes ou vídeo-tape) nos serviços informativos da RTP/1 (País-País, Telejornal e 24 Horas) revela dados indiscutivelmente comprovativos da instrumentalização da RTP pelo Governo e partidos que o apoiam.

Assim:

- durante o mês de Abril, Governo e partidos da AD beneficiaram de 3 horas, 31 minutos e 37 segundos, correspondentes a 90,2% do tempo, enquanto os partidos da oposição beneficiaram apenas de 22 minutos e 58 segundos — 9,8%.
- no mesmo período, para um total de 4 horas, 9 minutos e 19 segundos dedicados ao Governo, organizações políticas, sindicais e patronais, só o Governo beneficiou de 3 horas, 10 minutos e 26 segundos, ou seja 76,4% do referido tempo total.

— no mesmo período, considerando unicamente o Telejornal das 20 horas e seus suplementos — reconhecidamente o de maior audiência — o Governo e os partidos da AD ocuparam 3 horas, 18 minutos e 6 segundos o que corresponde a cerca de 90% dos totais gastos por aquele serviço informativo com as forças políticas nacionais.

— só no período compreendido entre 20 e 29 de Abril (semana propagandística do Governo), o Governo Sá Carneiro ocupou o tempo de antena num total de 1 hora, 50 minutos e 42 segundos (93,3%) — num conjunto de 50 (!!!) intervenções ou referências com imagem de ministros e secretários de Estado, etc. — enquanto aos partidos da oposição eram concedidos apenas 7 minutos e 52 segundos (6,6%).

4. Estes dados comprovam numericamente uma realidade que é perceptível a todos os cidadãos: a RTP é um instrumento de propaganda do Governo da AD.

O PCP manifesta o seu mais veemente protesto contra esta situação, impondo-se que o Governo e a CA da RTP lhe ponham imediatamente cobro.

O PCP denuncia esta situação discriminatória que se insere certamente nos projectos de campanha eleitoral da AD, que através do monopólio dos órgãos de comunicação estatizados, pretende assegurar uma vitória eleitoral.

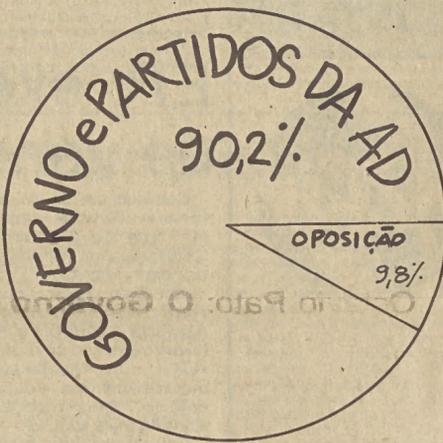
O PCP alerta os trabalhadores, todos os democratas para a necessidade da denuncia sistemática desta situação, e para um esforço cada vez maior de informação e esclarecimento da opinião pública.

Nota: Neste estudo não foram considerados nem tempos relativos a transmissão de debates na Assembleia da República, nem entrevistas a partidos realizadas no Programa 1.ª Página — dado que estes se realizam na base de um critério que inclui todos os partidos representados na Assembleia da República.

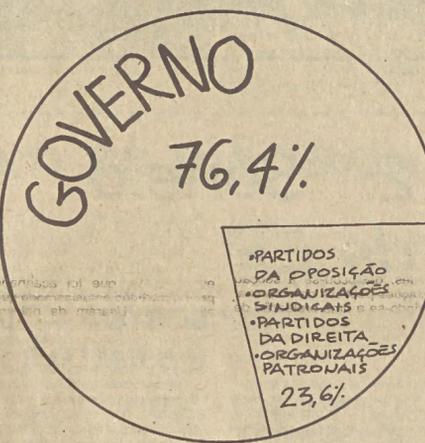
Lisboa, 14 de Maio de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

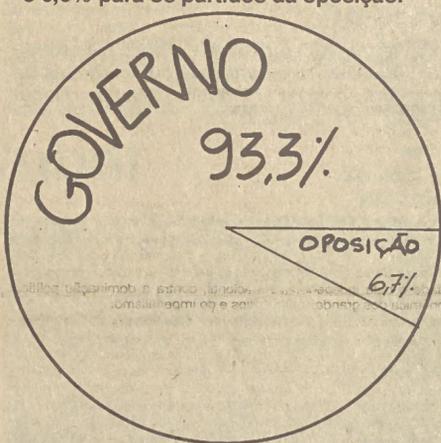
Nas intervenções políticas na TV durante o mês de Abril, o Governo e os partidos da AD ocuparam 90,2% do tempo: a oposição (isto é, a maioria do eleitorado!) 9,8%



Durante o mês de Abril, no total do tempo ocupado pelo Governo, partidos, organizações sindicais e patronais, o Governo Carneiro/Amaral monopolizou 76,4% do total.



Entre 20 e 29 de Abril (portanto, no período das comemorações do 25 de Abril) durante o qual as forças democráticas desenvolveram iniciativa que mobilizaram centenas de milhares de portugueses, 93,3% do tempo da RTP para o Governo (sublinhe-se, para o Governo) e 6,6% para os partidos da oposição.



## Política contra todos a favor de alguns não pode continuar!

UCPs e Cooperativas impedidas de contestarem as pretensões dos agrários porque os serviços do MAP sonham os processos de reservas. Casos de vendas de herdades (os casos conhecidos ultrapassam já os 300 mil contos), recebidas ilegalmente como reservas, algumas das quais a compradores estrangeiros, o que equivale à alienação de bens do património nacional. A ritmo acelerado, a continuação de marcação de reservas à margem de qualquer lei ou critério que não seja o de reconstituição do latifúndio. Ao mesmo tempo, aqui e ali, uns miseráveis hectares de terra são dados, sem quaisquer outras condições, a pequenos agricultores e a trabalhadores agrícolas, numa manobra divisionista visando enfraquecer a aliança entre os trabalhadores das UCPs e os pequenos e médios agricultores, através da tentativa de «comprar» estes últimos através da posse transitória e precária de uma ou outra courela.

Estes factos, que podemos ver em cada dia noticiados em alguns jornais, as situações de desemprego, atraso e miséria que regressam de novo ao Alentejo e ao Ribatejo, a ruína económica que a política do Governo vem semeando por toda a parte, a vergonhosa campanha demagógica deste Governo, através de chamadas medidas de ordem social que na prática beneficiam predominantemente os mais beneficiados, a violência, a repressão, tudo isto vem enfrentando um movimento de resistência popular crescente, a oposição cada vez mais larga de forças democráticas, de sectores antifascistas conscientes da urgência da demissão deste Governo. Os trabalhadores incentivam a sua acção de denúncia, de protesto e de reivindicação face a várias entidades a nível distrital e nacional. Na passada semana, delegações de trabalhadores de UCPs de Beja avistaram-se com o governador civil, com o Comando da PSP, com o Regimento de Infantaria, com os Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária de Beja, com o secretário do Bispo de Beja, aos quais entregaram um memorando que

exaustivamente demonstra os efeitos da política de destruição económica e social conduzida por este Governo. Segundo os jornais, o secretário do Bispo de Beja «manifestou a sua preocupação face à situação criada no distrito e afirmou que a mesma não se podia manter por mais tempo».

Este sentimento de que a situação é insustentável faz-se sentir não só entre os trabalhadores das UCPs/Cooperativas, directamente atingidos pelos arbitrários processos de reservas, mas também entre camadas médias da população: pequenos e médios agricultores cujas condições de vida têm vindo a piorar nitidamente com o Executivo da «AD» (são os factores de produção que sobem de preço e que escasseiam; são os preços não garantidos; são os produtos não escoados; são os créditos incompensáveis); pequenos e médios comerciantes da zona de intervenção aos quais logicamente afecta o nível de vida dos trabalhadores agrícolas; pequenos e médios industriais que na região da Reforma Agrária,



A política do Governo de corte de subsídios à produção agrícola leva à ruína dos pequenos agricultores

encontraram nas UCPs/Cooperativas, incentivos à sua actividade económica.

Por toda a parte, entre os trabalhadores, em todas as camadas da pequena e até média burguesia, avoluma-se o sentimento de que esta «política contra todos e a favor de alguns não pode continuar». Pese embora a campanha demagógica do Governo, pese embora uma ou outra concessão de ordem eleitoralista a que Sá Carneiro e Freitas do Amaral se vêem forçados, já soa de boca em boca, na região da Reforma Agrária, o velho ditado «O Governo dá \$50 com a mão esquerda, para tirar \$100 com a mão direita».

É este sentimento generalizado de desencanto, por vezes ainda difuso, que as forças democráticas, num amplo movimento unitário, devem canalizar para maiores e mais operativas acções de massas — como as grandiosas manifestações do 25 de Abril e do 1 de Maio e o movimento grevista organizado com a consciência clara de que «a demissão de Sá Carneiro é urgente para a defesa do regime democrático e para assegurar a realização de eleições democráticas para a Assembleia da República».



Actualmente, produtores de leite têm já, pelo menos, um prejuízo da ordem de 1 milhão de contos

É assim que o Governo «defende» a lavoura? Semente de híbrido custa o dobro, adubos escasseiam e ameaçam subir

Os pequenos e médios produtores estão a sentir agudamente os efeitos da mudança prometida e cumprida pelo Governo da Aliança reaccionária.

Alguns exemplos desta mudança: a semente de milho híbrido passou de 28\$00 para 52\$00 por quilo, ou seja, registou uma subida de 85,7%, porque o MAP entendeu por bem cortar à produção o subsídio de 15\$00 e, não contente com esta façanha, ainda aumentou o preço da semente... Esta subida vai ter efeitos desastrosos, levando à baixa de produção por parte dos pequenos e médios agricultores. Recorde-se que importamos mais de 10 milhões de contos de milho, fundamentalmente para fabrico de rações. Onde, a baixa de produção levará a um maior recurso à importação do produto. Mas afinal não é isto mesmo que a Aliança reaccionária quer? Isto é: tomar o nosso País o consumidor dos restos e dos excedentes dos países da CEE?

Ao mesmo tempo que se continuam a verificar faltas de adubo em diversas regiões — sobretudo a norte do País — e campela à vontade a especulação (em Bragança chega adubo à estação a 170\$00, que é, logo depois, vendido pelos negociantes a 200\$00), o Governo ameaça com nova subida no preço dos adubos (da ordem dos 30%) e ameaça retirar o subsídio ao preço dos mesmos. Isto porque, como se sabe, na CEE não há subsídios aos factores de produção, e o Governo do senhor Sá Carneiro tem pressa em «acertar o passo» com a política do Mercado Comum. Com toda a clareza, o Ministro da Agricultura confessou, a propósito do subsídio ao preço dos adubos:

«Naturalmente que esta posição protecçãoista não poderá manter-se indefinidamente por motivos óbvios...».

Realmente é bem por motivos óbvios (submissão aos interesses do capitalismo e do imperialismo) que do Governo da Aliança reaccionária só pode esperar-se ruína para a agricultura e para o País.

Governo espolia pequenos agricultores — mais uma vez...

Cerca de quarenta pequenos agricultores que amanhavam hortas individuais em terras cedidas pela UCP «A Luta é de Todos», de Mora, foram espoliados das mesmas pelo MAP do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, que nessas terras marcou novas reservas a favor do agrário José Cabral Nunes Barata. Além dos pequenos agricultores, foram igualmente atingidos reformados, operários e outros trabalhadores de Mora que, por cedência da Cooperativa, ali cultivavam alguns legumes.

O agrário contemplado havia já recebido, em Maio de 1977, uma reserva de 50 000 pontos, numa outra herdade onde também existiam hortas de pequenos agricultores que foram forçados a abandoná-las, ao mesmo tempo que 40 trabalhadores ficaram no desemprego. Parte das terras então recebidas foram vendidas pelo referido agrário à Fábrica de Concentrados de Tomate «Sopragol».

## Mesmo sem a entrada na CEE Governo já segue a política «comum» — apreensão na produção de leite

O congelamento nos preços do leite ao produtor — que na prática equivale a uma baixa de preço, na medida em que os custos de produção não cessam de aumentar — está a prejudicar seriamente os pequenos e médios produtores, nomeadamente na região de Entre-Douro e Minho.

Denunciando a situação, dizem os produtores: «Se calcularmos por alto que o produtor está a perder pelo menos 2500 em litro e se a nossa produção anda, no mínimo, pelos

500 milhões de litros, isto representa um prejuízo global de 1 milhão de contos, para todos os produtores de leite, na melhor das hipóteses».

Esta política deliberada de ruína do produtor é afinal a política seguida no Mercado Comum tal como reconhecem os próprios serviços do MAP. A Direcção Regional do MAP de Entre-Douro e Minho, num Plano Agro-Pecuário para a região, diz claramente, nestes termos: «Na década de 70 (no Mercado

Comum) um milhão e meio de explorações cessaram a produção de leite e o número de empresários interessados igualmente na produção de leite baixou de 20%, o que representa cerca de 500 mil».

Com a entrada na CEE leite mais caro para o consumo

Nos países da CEE, os custos da produção de leite são bastante mais baratos do que em Portugal.

Isto pela simples razão do avanço tecnológico das explorações agrícolas ser bem maior do que o do nosso País. Entretanto, sucede que na política da CEE não há subsídios, quer à produção, quer ao consumo, contrariamente ao que se processa no nosso País.

Donde, concluem os pequenos e médios produtores de leite: «Com tudo isto, fica claro o seguinte: se entrássemos para a CEE, o subsídio ao consumo seria cortado, o leite custaria muito mais caro ao público, logo,

comprar-se-ia menos. A produção ficaria a braços com uma crise de escoamento». Crise de escoamento agravada pelo facto de o leite produzido nos países da CEE — tal como os outros produtos — entrar livremente no nosso País, a preços mais baratos do que a produção nacional, na medida em que a desigualdade de condições técnicas de produção e o corte do subsídio às rações, adubos, etc., viriam aumentar os nossos custos de produção.

Assim, e sem nenhum benefício para o consumidor — antes pelo contrário com o agravamento de preço provocado pelo corte do subsídio ao consumo do leite —, os produtores portugueses, sem capacidade de competir, seriam irremediavelmente arruinados.

Esta é uma das muitas razões por que ganha cada vez maior eco entre os pequenos e médios produtores a exigência lançada por todo o País no passado 1.º de Maio:

«Este Governo não serve! Este Governo tem de ir para a rua!».

# Faltam oito semanas para a Festa!

## ... e a chuva parou!

A realidade é esta: a chuva tem-nos causado gravíssimos problemas. Antes de tudo o mais, o facto de há cerca de duas semanas terem caído aguaceiros (e alguns bem intensos) tem tomado extremamente penoso e difícil o trabalho dos camaradas que se encontram no Alto da Ajuda: lama, roupas ensooadas, tendas molhadas, enfim, uma série de contratempos que tomam ainda mais duras tarefas que já de si são violentas.

Em segundo lugar, o estado do terreno tem impedido muitos trabalhos. Valas já abertas mas que entretanto se encheram de água não puderam receber os cabos e canalizações a que se destinam; áreas mais permeáveis e enlameadas não estão em condições de sobre elas se assentarem estruturas; construções que exigem aplicações de cimento têm de ser defendidas para que a chuva não impeça a secagem da massa; deslocamentos para o terreno de alguns materiais necessários têm-se tomado impossíveis pois o deixá-los à chuva pode danificá-los sem remédio; e outros casos.

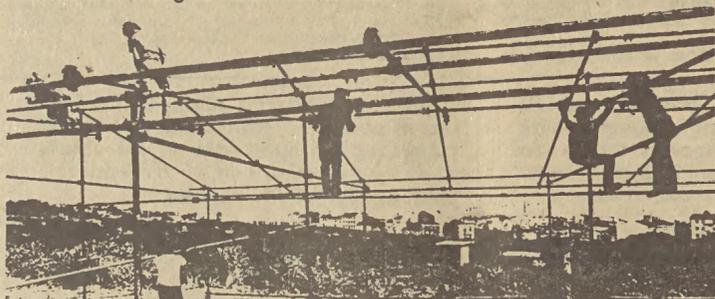
Finalmente, algum trabalho já realizado foi destruído pela água. Uma vala, por exemplo, onde já havia sido estendido um cabo devidamente revestido de areão foi inundada e a água arrastou a areia toda, sendo agora necessário retirar cabo para fazer novamente a «cama» de defesa e voltar a colocá-lo.

Significa isto que, agora que o tempo mudou de cariz, é necessário dar no duro! As jornadas de trabalho voluntário dos próximos fins-de-semana têm de dar um avanço decisivo na construção.

É aliás necessário sublinhar que mesmo nos passados sábado e domingo, com a água a cair, centenas de camaradas estiveram no Alto da Ajuda a fazer o que foi possível fazer — e bastante coisa se adiantou apesar de tudo. Mas o parecer é unânime: a partir de agora há que recuperar este contratempo e avançar decididamente!

Por enquanto ainda não há luz em todo o terreno que permita trabalhar à noite, mas, considerando que escurece bastante tarde, torna-se também possível trabalhar ao fim da tarde: sair do trabalho e ir num pulo à Ajuda, mesmo que seja só para «dar uma mão» durante duas ou três horas, é mais do que útil!

Pelo que — ao trabalho, camaradas!  
Sábado e domingo lá nos encontraremos — na nossa Festa!



## A organização! As ferramentas!

Recomendações para as jornadas de trabalho

### Organização

Conforme já dissemos no último número do «Avante!», há toda a vantagem em que os camaradas que vão para as jornadas de trabalho constituam previamente equipas. Toma-se muito mais fácil e rápido para a organização atribuir uma tarefa a um conjunto de camaradas que aparecem organizados do que distribuir um a um pelos diversos sectores de actividade.

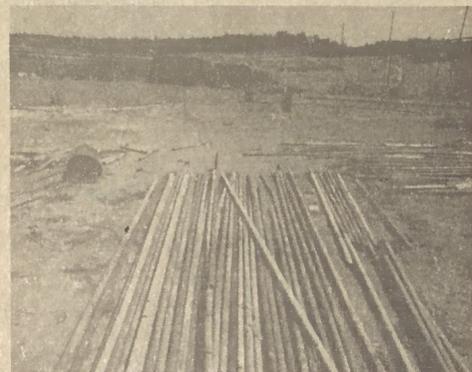
Nomeadamente os camaradas responsáveis devem ter este facto em conta e trabalharem no sentido de estruturar o melhor possível a mobilização a efectuar em toda a organização.

### Ferramentas

Há ferramenta no terreno, mas a verdade é que, aos fins de semana em que centenas de camaradas acorrem ao trabalho, ela não chega! Assim, se pudessem levar:

Pás  
Picaretas  
Enxadas  
Chaves de porca ou luneta 22  
Ferramenta de carpinteiro (nomeadamente, martelo, alicate, serrote)

E, quanto aos camaradas de profissões mais especializadas (electricistas, canalizadores, pedreiros) há naturalmente toda a vantagem em que tragam a sua ferramenta.



### Profissões

Algumas profissões são agora grandemente necessárias:

**Carpinteiros** (há uma falta terrível!)  
**Canalizadores** (de chumbo, de plástico e, nomeadamente agora, de fibrocimento)

**Electricistas** (quer de baixa tensão quer de alta tensão, mas no momento presente camaradas com experiência de linhas aéreas são fundamentais)

**Montadores de andaimes** (a construção de estruturas continua a ser uma frente de trabalho primordial)

**Topógrafos e desenhadores** (camaradas com hábito de ler plantas para se avançar na marcação do terreno)

**Pedreiros** (há uma série de pequenas construções — tanques para água, paredes de sanitários, etc. — que é necessário concluir)

E para além destas profissões mais especializadas, todos os camaradas dispostos a pegarem numa pá ou numa picareta, a apoiarem a deslocação de materiais, e tantas, tantas outras tarefas!

### Transportes

Conforme se disse também já no «Avante!», uma grande ajuda será ao sábado e ao domingo poder contar-se com carros de carga. Há montes de materiais que é necessário levar para o terreno e que, muitas vezes, não é possível transportar aos dias de semana por não haver camaradas em número suficiente para proceder à sua descarga e necessária arrumação: ao fim de semana, acontece o contrário — há camaradas, mas os transportes são poucos!

Camaradas que tenham a possibilidade de fazer deslocar para o Alto da Ajuda (ainda que seja só por uma manhã ou uma tarde) uma camioneta (ou duas, ou três...) darão um grande apoio.

## 2.º Sorteio da EP



2.º SORTEIO — 15/6  
PRÉMIOS

- 1.º — TELEVISOR A CORES
- 2.º — ASPIRADOR
- 3.º — TREM DE ESMALTE (10 peças)
- 4.º — COLCHÃO PNEUMÁTICO P/ DORMIR
- 5.º — COLCHÃO PNEUMÁTICO P/ PRAIA
- 6.º — SACO PARA DORMIR
- 7.º — SACO PARA DORMIR
- 8.º — PAINEL DE PRESSÃO
- 9.º — MOINHO DE CAFÉ
- 10.º — BALANÇA PARA PAREDE
- 11.º a 15.º — LIVROS CDL NO VALOR DE 1000\$00
- 16.º a 20.º — LIVROS CDL NO VALOR DE 500\$00
- 21.º a 25.º — ASSINATURA DA REVISTA «VIDA SOVIÉTICA»



As equipas finalistas do Torneio de Futebol da Festa do ano findo



## Trabalhadores da RTP na Ajuda

Os trabalhadores comunistas da RTP vão para o Alto da Ajuda no próximo sábado, a partir das 9 e 30.

Objectivo: uma jornada de trabalho voluntário, para a qual a célula do PCP daquela empresa convida todos os trabalhadores ligados ao sector da Informação.

Para o almoço-convívio haverá sardinha assada e vinho verde.

O ponto de encontro é (claro!) no Alto da Ajuda.

## Os camaradas da Saúde informam:

Os camaradas do sector de Saúde da DORL, nem por terem andado ocupadíssimos com a bem sucedida realização do seu Encontro Nacional deixaram de dar já o seu contributo à nossa Festa!

E para além de já estarem a assegurar o apoio às jornadas de trabalho, enviaram indicações extremamente úteis para todos os que lá vão. Assim, atenção!

1.º Como ainda não há muita água (isto é, canalizada, porque da chuva, essa tem sobrado...) é necessário tomar providências: nomeadamente, não esquecer de levar a fruta lavada de casa;

2.º E não esquecer essencialmente de levar fruta! Os camaradas mandaram-nos ditado popular e tudo: «quem fruta come, mata sede e fome»!

3.º Não esquecer também de levar uma garrafa de água para beber: sem as canalizações completamente regularizadas, é de evitar beber a que já está a correr lá;

4.º Quanto ao almoço, os

camaradas recomendam comidas leves;

5.º Fazem ainda os camaradas uma importante recomendação: levar um saco de plástico para os restos do almoço, a fim de não deixar no terreno lixo que se transforma numa fonte de mosquedo e outras bicharadas.

6.º Finalmente, se como todos esperamos, sábado e domingo houver sol, não esquecer o chapéu. E também nos chega uma quadra das bandas da Saúde:

Ando ao sol, pois sim, mas  
com  
um chapéu a resguardá-lo.  
Não esqueças que o sol  
é bom  
mas é preciso ajudá-lo!

Os camaradas da Saúde acham que o seu melhor contributo para a Festa é se... não tiverem nada que fazer lá! É sinal de que antes disso contribuíram para o bom trabalho, a saúde e a alegria de quantos vamos lá trabalhar!

## EP: exemplos de venda militante

Continua um pouco por todo o País a venda militante da EP, tarefa fundamental na construção da Festa «Avante!».

Na Festa de Amizade, realizada há dias em Almada, efectuou-se o primeiro sorteio das «EP's», cuja lista já aqui publicámos em edição anterior. Mas atenção: ainda há mais sorteios!

Entretanto, não faltam exemplos destacados na venda militante da EP. Muitos camaradas e amigos, homens, mulheres e jovens que querem ajudar a erguer a maior Festa do Portugal de Abril, estão de facto empenhados em levar a EP a todos os seus familiares, amigos e conhecidos, dando assim um contributo fundamental para a grande divulgação da nossa Festa e para a sua plena concretização.

Mas falávamos de exemplos destacados nesta tarefa. É o caso do camarada **Silva Gomes**, pequeno industrial, membro da Organização de Oeiras, que já vendeu 80 EP's. Na TAP há um camarada que já vendeu uma centena de Entradas Permanentes. Por seu turno, os camaradas **Fialho**, da Brandoa, **Adelino** da Cel-Cat, e **Parreiro** da Fiat, «passaram», respectivamente, 70, 57 e 45 EP's.

As camaradas **Alzira Antunes** e **Adelaide Silveira**, ambas da célula do Caramão da Ajuda, em Lisboa, já venderam, cada uma, mais de 80.

De salientar ainda que as células da «Mompur» e «Progresso Mecânico» estão bem lançadas na venda da EP, tendo a primeira alcançado já 80

por cento da sua meta inicial.

Exemplos como estes existem muitos mais, um pouco por todo o País, e particularmente nos distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém, os que estão mais próximos do Alto da Ajuda.

São exemplos que nos apontam a todos o caminho a seguir, para que a Festa do «Avante!» deste ano possa ainda ser maior, mais participada, mais alegre, viva e combativa.

Os comunistas e os simpatizantes do Partido são ambiciosos! O trabalho da venda da EP exige poder de iniciativa, imaginação, persistência. E estas são qualidades e características que desde sempre marcaram a actividade dos mais firmes defensores da liberdade e do Portugal de Abril. Por isso, camaradas e amigos, mãos à obra!

## O desporto na Festa

### — breve panorâmica da fase preparatória

Tudo se conjuga para que a presença desportiva na Festa do «Avante!» tenha este ano mais impacto, participação e qualidade.

Este o balanço geral que nos surge em primeiro plano e que resulta das informações registadas na última reunião da Comissão Coordenadora Nacional para os assuntos do desporto.

Ao nível das diversas regiões do País, pode-se assim sintetizar a actual fase preparatória das actividades desportivas da nossa Festa:

**Porto** — Estão a decorrer as inscrições para os torneios de futebol de 5 e xadrez, modalidades que mais atenções têm despertado no distrito.

**Setúbal** — Há um grande entusiasmo em toda a região. Todos os concelhos têm torneios de futebol de 5, xadrez e damas. Só no concelho do Barreiro há 100 equipas para o futebol. Convém recordar, a propósito, que o distrito de Setúbal tem mais 12 concelhos... De salientar ainda as iniciativas de preparação e divulgação da III Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria e o entusiasmo que estão a suscitar os torneios de chinquinho em vários concelhos e de damas no Barreiro e em Almada.

**Algarve** — O maior foco de interesse na zona algarvia nesta fase preparatória é sem dúvida o futebol, estando a decorrer as inscrições.

**Alentejo** — Está em marcha a preparação de um torneio de malha em Évora, onde ainda há a registar um torneio de futebol de 5 com 14 «teams».

**Beira Litoral** — As organizações preparam activamente a Corrida e Marcha. Em vários concelhos há torneios de futebol de 5, com especial participação da juventude.

**Beira Interior** — No âmbito dos Jogos Tradicionais, são de destacar as iniciativas para o chinquinho e malha. No futebol de 5 há inscrições para torneios em dois concelhos de Castelo Branco e em quatro da Guarda. Entre estes, refira-se o caso de Gouveia, onde se inscreveram 15 formações.

**Santarém** — Damas, futebol e chinquinho são modalidades em foco neste distrito, com muitas inscrições em vários concelhos. Santarém vai trazer ao Alto da Ajuda seis equipas para um torneio especial de chinquinho com

características regionais bem vincadas, esperando-se, pois, uma aliciante iniciativa extra programa.

**Minho** — Há torneios de futebol de 5 em vários concelhos da zona minhota (Braga e Viana do Castelo). Em Braga inscreveram-se 20 equipas.

**Leiria** — O futebol feminino, pois claro, também estará na Festa do «Avante!» e uma vez mais por iniciativa de Leiria, que enviará a Lisboa duas ou quatro equipas para uma final a sério! Malha, xadrez, damas e futebol de 5 têm torneios em vários pontos do distrito.

**Lisboa** — Só em seis concelhos e alguns sectores da organização inscreveram-se para o futebol (de 5) 120 equipas. Há também inscrições para o xadrez e damas, sem esquecer os torneios de chinquinho em vários concelhos do norte e em Cascais, Loures e Vila Franca. Os amigos de Cascais vão trazer à Festa um torneio extra programa de laranjinha, conhecido jogo tradicional (uma espécie de «bowling» com tabelas). No futebol de 11 é de assinalar que só em três concelhos mobilizaram-se 40 equipas. Lisboa está ainda a preparar um conjunto de iniciativas para a presença desportiva na Festa, nomeadamente algumas demonstrações de judo (Azambuja) e Luta (Runa), um jogo de basquetebol para deficientes motores e largada de pombos.

### Uma presença vital!

Do que atrás foi dito, uma conclusão se pode tirar desde já: a Cidade do Desporto da Festa do «Avante!», um espaço novo aberto ao convívio desportivo e à amizade, reunirá uma presença diversificada, viva, alegre e colorida, que será também um contributo à luta pelo Desporto, Direito do Povo.

Por outro lado, é de referir que, tal como tinha sido perspectivado anteriormente, os Jogos Tradicionais ocuparão este ano um lugar de maior destaque com um conjunto de actividades muito mais completo e atraente.

Agora há que reforçar todo este trabalho. A Festa aproxima-se!



Semana

7 Quarta-feira 1954 - Vitória da resistência vietnamita em Dien Bien Phu, que pôs fim ao colonialismo francês naquele país.

Yasser Arafat, presidente da Organização de Libertação da Palestina (OLP) afirma que neste momento existem dúvidas sobre as verdadeiras intenções dos países da Europa Ocidental que se dizem dispostos a reconhecer os legítimos direitos do povo palestino.

8 Quinta-feira 1794 - É guillotinado o físico francês Antoine Lavoisier.

Realiza-se o funeral do marechal Tito, presidente da Jugoslávia, que contou com a presença de representantes de 127 Estados.

9 Sexta-feira 1978 - Após um período de 54 dias de negociações, é encontrado o corpo do ex-primeiro-ministro italiano e dirigente da DC italiana, Aldo Moro, assassinado pelos terroristas das autodenominadas «Brigadas Vermelhas».

O primeiro-ministro francês, Raymond Barre, declara que um alargamento do Mercado Comum Europeu (CEE) pode levar aos enfraquecimento das suas regras internas e à paralisação dos seus centros de decisão.

10 Sábado 1940 - As tropas nazis invadem a Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

Georges Pallis é o novo primeiro-ministro da Grécia, chefiando um governo que é constituído na sua maior parte com membros do anterior gabinete de Karamanlis, agora presidente da República do país.

11 Domingo 1979 - Os dirigentes dos EUA e da RP da China assinam um acordo destinado a abrir o caminho para um pacto comercial entre os dois países.

A contagem dos primeiros resultados das eleições parlamentares iranianas aponta para uma vitória por maioria absoluta da Aliança Islâmica, chefiada pelo Partido Republicano Islâmico (PRI).

12 Segunda-feira 1925 - A Constituição da URSS é aprovada pelo Congresso.

Uma junta militar chefiada por Paulo Muwanga, até agora ministro do Trabalho, anuncia que detém o poder no Uganda, enquanto membros afectos ao actual presidente, Binaisa, continuam a afirmar que ele é o presidente do país.

Luta e repressão na Cisjordânia

Acentua-se o peso da luta de libertação do povo palestino no quadro político do Médio Oriente, enquanto se agrava mais ainda o carácter terrorista da política seguida por Israel, em particular nas regiões ocupadas.

Neste mês de Maio, os factos têm-se sucedido em cadeia. Dia 2 um comando palestino lançou em Hebron uma operação contra um grupo de colonos judeus, operação que se insere na «política de reforço da luta armada contra o inimigo sionista», e que surge como uma das formas de luta e resposta do povo palestino ao ilegal reforço da implantação de colonos nos territórios ocupados.

Os planos repressivos definidos pelo ministro da Defesa de Israel e aprovados pelo governo sionista incluem desde o reforço da ocupação militar até à rigorosa censura dos jornais árabes, passando por prisões sem culpa formada e buscas ao domicílio a qualquer hora da noite ou do dia.

A prática revela que tais planos não se circunscrevem aos territórios ocupados, mas se materializam também em agressões a países independentes. Na madrugada do dia 8 duas unidades de comandos sionistas desembarcaram

simultaneamente na região de Damour, a 20 quilómetros de Beirute e nas proximidades da cidade de Saïda, no Sul do Líbano. Pouco preocupadas com as mais elementares normas do direito internacional e dos direitos dos povos, as autoridades militares sionistas limitaram-se a declarar que tais ataques se inserem num plano geral de agressões constantes aos campos de refugiados palestinos.

Entretanto, apesar da violência repressiva, prossegue a luta contra o ocupante sionista. Em Jerusalém, estudantes manifestaram-se contra o ocupante sionista, tendo sido presos cerca de 40 jovens árabes. Tropas

israelitas fizeram uma rusga para obrigar os comerciantes em greve a abrir os estabelecimentos. Na tentativa de conseguir o regresso à Cisjordânia dos residentes de município expulsos - tentativa baseada na condenação de Israel aprovada na ONU - manifestantes árabes permaneceram cerca de duas horas na ponte de Allenby, sobre o rio Jordão, bloqueada por tropas sionistas, afirmando o seu apoio aos dirigentes deportados e protestando contra o ocupante.

Os factos que hoje se vivem no Médio Oriente apontam para uma agudização da luta - que acentua o carácter anacrónico dos baldados



Soldados israelitas cumprindo o papel de todas as tropas ocupantes - o da repressão contra a população local

Imperialistas, tirem as mãos de Cuba!

A falta de intervenções armadas directas, que se vão tomando cada vez mais difíceis, o imperialismo tem vindo a recorrer às armas da propaganda e da provocação, organizando ou alimentando alguns casos grupos contra-revolucionários, recorrendo noutros à chantagem económica e política, por vezes mesmo à provocação armada.

Foi o Kampuchea, sobre cujas crianças, importantes senhas choraram hipóticas lágrimas para jornalista ver. Foi - e é - o Afeganistão, de que bandos terroristas são arvorados em grupos de heróis libertadores. É agora Cuba. E - significativamente - num momento particularmente oportuno. Quando se verifica um importante ascenso de luta popular em diversos países da América Latina e à realidade de uma Nicarágua revolucionária se somam os fortes movimentos populares em Salvador e na Guatemala. Quando Cuba detém a presidência do movimento não-alinhado. Trata-se portanto

de um momento bem escolhido - quando demeriti o exemplo de socialismo para a América Latina e também para o mundo em vias de desenvolvimento surge, como «tarefa» importante na óptica do imperialismo.

Porque Cuba é neste momento um alvo importante para Washington, as provocações sucedem-se: 1) mobilização de elementos anti-sociais, com as respectivas famílias (que vão depois aparecer nos ecrãs e nas fotos como vítimas do socialismo...), prometendo naturalmente as conhecidas «facilidades» do «paraíso» capitalista; 2) plano - cancelado - de desembarque de «marines» em Guantanamo, Cuba, no quadro do exercício militar norte-americano nas Caraíbas, justamente denunciado pela Nicarágua como um contributo para o incremento da tensão internacional, na já convulsionada região das Caraíbas; 3) utilização de contra-revolucionários recentemente libertados, e que na década de 60 tinham integrado grupos de

bandoleiros organizados pela CIA, para organizar, em Havana, manifestações, provocatórias contra o governo, originando mesmo o confronto físico com a população dos bairros próximos; 4) acções de sabotagem, como o incêndio recente de uma creche, denunciado nas páginas do «Granma»; 5) ameaças de impor o bloqueio naval por parte dos EUA; 6) tentativa de utilização da ONU, para ampliar e dar maior credibilidade a esta campanha provocatória dirigida contra Cuba.

A esta concertada acção de provocação, o povo cubano tem sabido responder com a mesma consequência e firmeza com que constrói o socialismo na sua pequena ilha à beira dos EUA. Grandiosas manifestações de rua - que naturalmente a propaganda burguesa se esforça por escamotear e deturpar - reafirmam o apoio inequívoco do povo cubano a uma revolução que é sua. Dia 17 realizou-se-a grandes manifestações populares contra a existência da base de

Guantanamo, ilegalmente instalada em território cubano, contra o embargo comercial norte-americano a Cuba e as constantes provocações da CIA. O cancelamento do desembarque de «marines» em Guantanamo constitui - como reacção Fidel Castro - «uma vitória da revolução cubana».

Cuba é um alvo preferencial dos EUA. E neste momento um alvo particularmente oportuno. Mas o seu prestígio de revolução que se impõe e vive às portas do imperialismo, primeiro e decisivo golpe no domínio de Washington sobre todo o continente, não se tem apagado, pelo contrário, com o suceder das provocações. Graças ao trabalho e ao espírito revolucionário do seu povo, graças ao amplo apoio da União Soviética, à ampla solidariedade internacional, Cuba não enfraquece, antes se reforça, como revolução e como símbolo. Hoje como muitas outras vezes se exige: «imperialistas tirem as mãos de Cuba».



O partido de Sá Carneiro defende interdições profissionais



Os trabalhadores portugueses estão contra as interdições profissionais

Num único país da Europa capitalista que se afirma reger por princípios democráticos, a prática - corrente - de afastamento de trabalhadores por motivos de ordem política, é legal - a República Federal Alemã. As interdições profissionais, que na verdade atingem também os trabalhadores ingleses, franceses e, como bem sabemos, portugueses, têm mais dificuldade em concretizar-se nestes países, na medida em que se tem que recorrer aos mais variados pretextos. Por isso as massas trabalhadoras por toda a Europa Ocidental protestam contra as interdições profissionais na RFA, contra a legalização de uma prática discriminatória, antidemocrática, virada contra as forças da esquerda, contra os que mais consequentemente se batem pelos interesses dos trabalhadores.

As interdições profissionais assumem um carácter tão vergonhoso, tão claramente antidemocrático, tão indefensável que, na RFA, vezes se erguem dentro do próprio partido no poder

(SPD), como entre os social-democratas no Parlamento, contra a sua existência e a sua concretização.

O caso recente do camarada Hans Peter, funcionário vitalício dos Correios, constituindo embora uma vitória parcial na medida em que foi possível evitar o seu despedimento, é simultaneamente um passo mais na escalada contra os mais elementares direitos democráticos. O Tribunal de Frankfurt (aliás sem que para isso tivesse os requeridos poderes), decidiu taxar de anticonstitucionais os fins proclamados pelo DKP (Partido Comunista Alemão) e estabelecer que todos os militantes activos do DKP poderão, doravante, só por isso, ser despedidos dos seus postos de trabalho.

Dissemos que no próprio Partido no poder na RFA se ergueram vozes para condenar as interdições profissionais. Não é por acaso que nos outros países da Europa capitalista se não recorre a tal método para afastar os que são inóportunos à burguesia. Trata-

-se de uma prática demasiado impopular, abertamente antidemocrática. Mas em Portugal há quem defenda claramente as interdições profissionais. O PSD, através do seu órgão oficial, vem no dia 7 de Maio defender que isso de declarar anticonstitucional a actividade dos comunistas é que é bom, legítimo, democrático. E que em nome da «ordem democrática» se justifica inteiramente a expulsão do seu trabalho (com as consequências inerentes) de um funcionário exemplar com dezenas de anos de serviço.

É salutar que o PSD fale tão claro. Porque assim se pode ver melhor o que seria a sua prática se pudesse usar a seu bel prazer da parcela de poder que de momento tem entre mãos.

Não estamos ainda esquecidos, ainda que haja quem se encamine em obscurecer-nos a memória, da prática infame no Portugal dos tempos do fascismo de obrigar os funcionários públicos a uma declaração de que nada tinham a ver com os comunistas ou outros grupos democratas... Pelos vistos o PSD

está interessado no ressuscitar de tal prática. Como de muitas outras práticas do fascismo. Como por exemplo a da ilegalização dos partidos políticos verdadeiramente democráticos. Pois é fácil de ver que a declaração de anticonstitucionalidade da actividade e dos fins de um partido é um primeiro passo nesse sentido. Ou pelo menos pretende sê-lo.

A esclarecedora franqueza do PSD tem uma outra utilidade - a de fazer ressaltar os limites impostos à direita - mesmo quando no governo. No seu órgão oficial o PSD ainda pode ir defendendo a legalização - preto no branco - da sua prática de despedimentos, nos órgãos de informação, por exemplo. Mas na realidade viva do País, as coisas tornam-se mais complicadas. E a realidade do Portugal revolucionário - embora se vivam momentos difíceis - não facilita a institucionalização de práticas abertamente repressivas. Mesmo que em nome da «liberdade» ou da «democracia».

Metalúrgicos brasileiros: a luta continua

No 1.º de Maio de 1979 - quando o presidente Figueiredo do Brasil se esforçava por dar da sua política uma imagem liberalizante - dizia: «A nossa legislação sindical tem de ser corajosamente modernizada, para reflectir a nova situação social». Um ano depois o ministro da Indústria e do Comércio, face à envergadura da corajosa luta dos metalúrgicos brasileiros, ameaçou: «a partir de agora não haverá mais grevistas, mas simplesmente desempregados». Esta a trajetória normal seguida pelas profusas promessas de regimes que nada têm de democrático e que nem a fachada conseguem compor quando a pressão do movimento popular quebra os esquemas da demagogia.

A luta dos metalúrgicos brasileiros por um aumento salarial de 15 por cento e a estabilidade do trabalho, durante, pelo menos, um ano, não acabou. Revolve-se de novas formas face à violência repressiva e à premência dos problemas económicos com que se debatem os operários, vítimas de uma legislação que tenta aniquilar pela fome a acção reivindicativa. Após 41 dias de greve, os metalúrgicos da cintura industrial de São Paulo, reunidos em assembleia geral na Catedral de São Bernardo, decidiram o fim da greve e a continuação da luta através de uma greve de zelo. Enquanto esta decisão era tomada, mais um dirigente sindical foi preso, na Catedral - numa reafirmação clara

de que a repressão também vai continuar.

A greve que agora terminou assumiu formas de grande batalha de um sector de vanguarda dos trabalhadores brasileiros contra a exploração e contra um governo que a alimenta. De um lado, os metalúrgicos de São Paulo com o apoio das forças democráticas e das massas trabalhadoras brasileiras. De outro, o governo de Figueiredo, as multinacionais Volkswagen, Mercedes Benz, Ford, Saab-Scania e Chrysler, as armas, a polícia, a intervenção nos sindicatos, as prisões.

Apesar do evidente desnível de forças, das grandes dificuldades da luta, esta foi a mais longa greve

desencadeada no Brasil desde o golpe militar de 1964. Uma luta pontuada de momentos particularmente significativos. Nos primeiros dias de Maio, a Catedral de São Bernardo foi cercada pela polícia militar com veículos blindados, caes, helicópteros, numa acção intimidatória de grande envergadura. Reunidos no interior da catedral, os operários metalúrgicos decidiam entretanto a continuação da greve. Dois dias depois, a polícia interveio contra manifestantes metalúrgicos, utilizando granadas lacrimogéneas e provocando dezenas de feridos. No 1.º de Maio a polícia rabrou o Estádio de São Bernardo, ocupado pelas forças policiais desde há duas semanas, face

à envergadura da manifestação popular - dezenas de milhares de pessoas.

Agora, a luta prossegue também contra a repressão. Os dirigentes sindicais estão presos desde Abril. O governo brasileiro decretou a intervenção no sindicato, afastando os dirigentes eleitos e nomeando uma comissão administrativa - prática bem conhecida no Portugal do 24 de Abril. O tribunal militar confinou a prisão dos dirigentes sindicais e lamenta a sua firmeza considerando que o «tempo de reflexão» de que dispuseram deveria conduzir à traição dos interesses da sua classe. Entretanto, nas ruas de São

Bernardo, milhares de mulheres e crianças - numa manifestação cuja realização o governo de Figueiredo se viu constrangido a aceitar - exigiram a liberdade dos dirigentes sindicais e dos metalúrgicos presos.

A luta dos metalúrgicos brasileiros reveste-se de formas diversas e visa vários objectivos: greves e manifestações, pelas reivindicações económicas, pela estabelecimento contra o desemprego, pela libertação dos presos, contra a repressão. Uma batalha que continua e se insere no ascenso geral da luta popular na América Latina, que reflecte a combatividade da classe operária brasileira.

# Última homenagem ao Presidente Tito

Delegações de 120 países e cinco organismos internacionais englobando 35 presidentes da República, três reis, um grão-duque, oito vice-presidentes, 46 ministros dos Negócios Estrangeiros e líderes de 97 partidos e movimentos políticos, prestaram na passada quinta-feira na capital da República Socialista Federativa da Jugoslávia, lado a lado com mais de meio milhão de jugoslavos, a derradeira homenagem a um eminente revolucionário e a um grande estadista: o camarada Josip Broz Tito.

O nosso país esteve oficialmente representado em Belgrado na própria pessoa do Presidente da República, general Ramalho Eanes. O camarada Álvaro Cunhal dirigiu a delegação do nosso Partido, que integrava ainda o camarada Raimundo Narciso, membro do Comité Central. De entre os líderes políticos portugueses, estiveram igualmente presentes na capital jugoslava o dr. Mário Soares e o engenheiro Lopes Cardoso.

Nas cerimónias fúnebres participaram delegações de alto nível dos países do campo socialista e de partidos comunistas e operários: Leonid Brejnev, presidente do «Presidium» do Soviete Supremo da URSS e secretário-geral do PCUS chefiou a delegação soviética, que integrava ainda Andrei Gromiko, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS; Erich Honecker, presidente do Conselho de Estado da RDA e primeiro-secretário

do PSUA; Todor Jivkov, presidente do Conselho de Estado da Bulgária e primeiro-secretário do PCB; Gustav Husak, Presidente da República Socialista da Checoslováquia e secretário-geral do PCC; Edward Gierek, primeiro-secretário do POUN; Nicolai Ceausescu, presidente da República Socialista da Roménia e secretário-geral do PCR.

### A última homenagem a um grande combatente

O corpo do marechal Tito saiu do edifício do Parlamento Federal em Belgrado numa urna transportada aos ombros de cinco operários metalúrgicos e cinco mineiros e ladeada por oito generais e almirantes das Forças Armadas jugoslavas. Do local onde o corpo de Tito esteve em câmara ardente durante dois dias, o cortejo fúnebre dirigiu-se, ao som da marcha «Heróis da Revolução», para a antiga residência do presidente da Liga dos Comunistas Jugoslavos, que foi ali sepultado, escutando-se durante a cerimónia «A Internacional» e o Hino da República Socialista Federativa da Jugoslávia.

À saída do cortejo, usou da palavra o camarada Stevan Doronjski, presidente da Presidência da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e momentos antes do camarada Tito ser sepultado, perante a tribuna das delegações estrangeiras, o presidente

da Presidência do Estado, Lazar Kolisevski, proferiu o elogio fúnebre do dirigente comunista jugoslavo.

Entretanto, no seu regresso a Lisboa, o secretário-geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal, qualificou os funerais do camarada Tito como a homenagem a um revolucionário eminente e a um grande estadista e, através dessa homenagem, a um grande e heróico povo e a um país que construiu uma importante e original

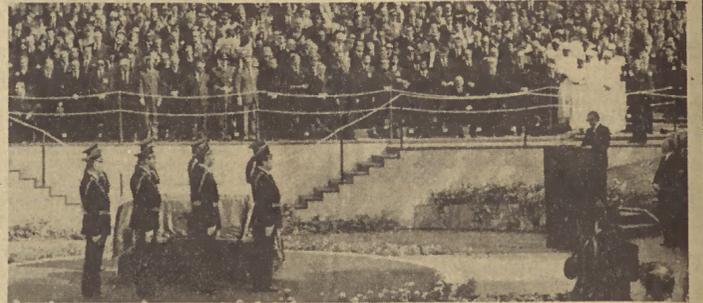
experiência e representa um papel destacado na cena internacional.

Objectivamente — acrescentou o camarada Álvaro Cunhal — as cerimónias fúnebres do camarada Tito constituíram o reconhecimento da irreversibilidade do processo mundial de transformação da sociedade na direcção do socialismo.

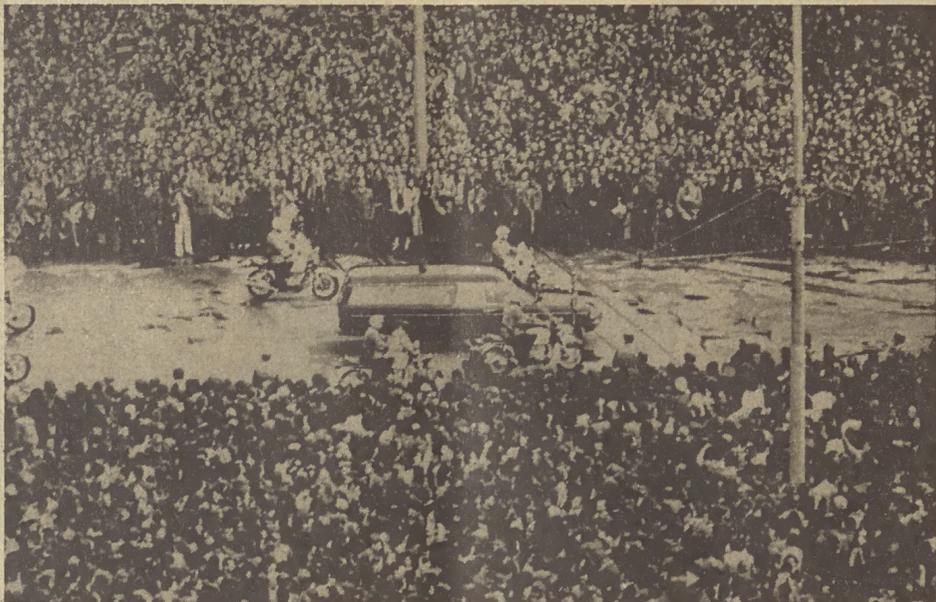
E o secretário-geral do PCP concluiu, referindo-se

à participação da delegação do PCP: Fomos como amigos e como amigos fomos recebidos.

Confirma-se a possibilidade e a vontade do desenvolvimento das relações entre o PCP e a Liga dos Comunistas da Jugoslávia, e foi confirmado o convite para a visita à Jugoslávia, tão pronta quanto possível, de uma delegação do PCP com a minha participação pessoal.



Um momento das cerimónias fúnebres quando usava da palavra o camarada Lazar Kolisevski, presidente da Presidência do Estado.



Centenas de milhares de pessoas encheram as ruas de Belgrado para uma última homenagem ao presidente Tito



«Depois de Tito será Tito» proclama o «Borba», órgão central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, na primeira página da sua edição de 8 do corrente

## 35.º aniversário do fim da guerra O carácter actual de uma data histórica

Há 35 anos terminou a Segunda Guerra Mundial. Com a assinatura da acta de capitulação da Alemanha Nazi, a 9 de Maio de 1945, em Karlshorst, encerrava-se um período dramático da vida da Humanidade, que se saiu na morte de mais de 50 milhões de pessoas, das quais mais de 20 milhões eram soviéticos. A nova era que nascia só foi possível pela grande vitória da Pátria do socialismo sobre o nazi-fascismo.

Três décadas e meia se passaram sobre o fim da mais devastadora guerra sofrida pela Humanidade. Mas as suas comemorações, hoje, não se limitam a assumir um significado histórico, não constituem unicamente a justa homenagem aos muitos que heroicamente morreram para que um monstro do recuo histórico não fosse imposto à Humanidade: há razões profundamente actuais para comemorar esta data. Porque os perigos que ameaçam a paz fazem ainda parte do nosso quotidiano. Porque se impõe denunciar os responsáveis da última guerra — os mesmos que hoje conspiram contra o desanuviamento e impõem uma nova escalada na corrida aos armamentos.

### Quem foram os responsáveis?

A mais importante lição da Segunda Guerra Mundial é que ela revelou claramente o seu verdadeiro responsável — o imperialismo, as suas forças monopolistas e militaristas.

Os factos e os documentos comprovam eloquentemente que foram as principais potências ocidentais que contribuíram para a consolidação da Alemanha fascista, na esperança de dirigir a sua agressão contra a URSS, primeiro país socialista do mundo.

Em apenas seis anos, de 1924 a 1929, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França investiram na economia alemã cerca de 15 bilhões de marcos, 70 por cento dos quais foram investimentos dos monopólios americanos. Isto contribuiu para o renascimento da base militar-industrial do militarismo alemão. No fim dos anos 30, a indústria de guerra da Alemanha encontrava-se já a um nível mais elevado do que o desses três países.

Entre 1935 e 1939, as despesas com o fabrico de material de guerra orçaram, nos EUA, o bilhão e meio de dólares, na Grã-Bretanha 2,5 bilhões, e na Alemanha 12 bilhões de dólares. A economia da Itália e do Japão foram igualmente militarizadas consideravelmente. Sem os empréstimos e sem a assistência técnica dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, sem a política de Munique, a Alemanha fascista não teria podido desencadear a Segunda Guerra Mundial.

A política agressiva dos países capitalistas, a União Soviética após uma política pacífica. A 17 de Abril de 1939,

o governo soviético propôs um programa concreto de cooperação soviético-anglo-francesa. Foi previsto concluir entre a URSS, a Grã-Bretanha e a França um tratado de assistência mútua contra a agressão, e a concessão de garantias das três potências a alguns países mais fracos da Europa. As potências ocidentais rejeitaram todavia as propostas soviéticas, tendo encorajado assim a Alemanha hitleriana a pôr em prática os seus planos agressivos.

Se a Grã-Bretanha e a França não tivessem frustrado as conversações com a União Soviética, a guerra teria podido ser evitada. As forças armadas da URSS, da França, da Grã-Bretanha e da Polónia contavam então com 311 divisões, 11 700 aviões, 15 400 carros de combate, 9600 peças de artilharia pesada. Os Estados fascistas — Alemanha e Itália — dispunham de 168 divisões, 7700 aviões, 8400 carros de combate e 4350 peças de artilharia pesada.

Durante a guerra, a despeito dos tratados de aliança, os Estados Unidos e a Grã-

Bretanha seguiram uma política tendente a esgotar a União Soviética, para poderem, a seguir, depois da derrota da Alemanha fascista, impor as suas próprias condições na estruturação do mundo. De 1942 a Junho de 1944, foi o tempo que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha levaram até se decidirem a abrir a segunda frente na Europa Ocidental.

Contrariamente à política dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, a União Soviética respeitou honestamente os seus compromissos de aliado e cumpriu a sua missão libertadora. A política externa leninista seguida pela URSS contribuiu para a aproximação do fim da guerra, para a instauração de regimes de democracia popular nos países que foram libertados do fascismo.

### Realidade política internacional favorável às forças da Paz

A paz e a guerra dependem da correlação das principais forças político-militares no plano internacional. Que se

passa actualmente?

Pese embora a virulenta e intensa campanha orquestrada pelo imperialismo no sentido de — propalando uma vez mais o mito da «ameaça» e da «superioridade militar» soviética — «justificar» a corrida armamentista, o equilíbrio militar é hoje um facto indiscutível e indismutável. Facto implicitamente reconhecido pela administração norte-americana, com a assinatura do SALT-2 pelo presidente Carter.

No plano político é manifesto o peso, na correlação de forças, das forças progressistas e do socialismo, que se tem vindo a acentuar desde o fim da grande guerra, com a criação da comunidade socialista, o aniquilamento do colonialismo, e hoje se acentua de ano para ano, com sucessivas vitórias dos povos contra o domínio imperialista e o sistema capitalista.

Neste contexto o imperialismo tenta suprir — e se possível alterar — tal perda de posições — tal política e económico, com a conquista da supremacia militar. Tentativa absurda, de impossível concretização face



A vitória na batalha de Moscovo marcou a viragem na Segunda Guerra Mundial

ao irreversível processo histórico mundial e ao poder político e económico do socialismo, que em nenhum caso permitirá que a sua defesa fique comprometida, e tem capacidade para responder a tal necessidade.

A política anti-histórica do imperialismo comporta entretanto perigos muito reais. Por um lado, parte-se já de uma base que constitui uma ameaça permanente à sobrevivência da Humanidade e do nosso planeta como planeta vivo: o actual potencial de

armas nucleares — que corresponde a cerca de 13 milhões de bombas de Hiroshima — permitiria a integral destruição da vida na Terra. Por outro, somam-se as aventuras militares, inseridas numa política de provocação sistemática.

Aumentam os orçamentos militares dos países da NATO, devendo os EUA, em 1981, canalizar para fins militares mais de 25% do orçamento nacional. Na sessão da NATO de Dezembro de 1979, foi

aprovada a decisão de instalar na Europa os «Pershing II» e os mísseis de Cruzeiro, que têm capacidade para atingir as mais importantes cidades soviéticas. São criados «corpos de intervenção rápida» para defender os interesses das multinacionais e do imperialismo em qualquer zona do globo. Reforça-se a presença militar dos EUA no mar da Arábia, no Golfo Pérsico, no Oceano Índico. Exemplos como o da recente provocação militar norte-americana ao Irão — provocação abortada — dão-nos a medida dos perigos pendentes, do desespero do imperialismo, e também felizmente — da sua duvidosa eficácia face à desagregação do sistema, que não pode deixar de ter também os seus claros reflexos no Exército.

Entretanto, as forças da paz têm dado provas claras da sua capacidade de fazer frente às manobras e ameaças do imperialismo. Que nestes 35 anos tenha sido possível evitar o desencadeamento de uma outra guerra mundial — e não faltaram provas nesse sentido — é a prova de tal capacidade, que importa não ignorar. O Apelo adoptado pela sessão extraordinária do Conselho Mundial da Paz, em Berlim, em Fevereiro de 1979, define a linha de acção a seguir: «Nunca as forças da paz foram tão numerosas e tão fortes. Actualmente elas têm a possibilidade de desmantelar o *complot* dos meios militaristas e dos *mass media* do imperialismo que se esforçam por bloquear o desanuviamento, utilizando, como o já fizeram muitas vezes, a «ameaça militar soviética». Elas devem intensificar os seus esforços para exigir dos países da NATO que renunciem à sua decisão de aumentar o seu potencial e o seu orçamento militar, porque isso implicará uma nova escalada na corrida aos armamentos».

## As comemorações no nosso país: uma afirmação clara na luta pela paz

Várias iniciativas de carácter unitário assinalaram entre nós o 35.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo. No dia 9 decorreram em Lisboa duas sessões públicas evocativas da efeméride, uma integrada no vasto programa organizado pelas Associações de Amizade com os países socialistas e outra promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPCC) e União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP).

A primeira daquelas iniciativas, efectuada no Teatro Vasco Santana, incluiu algumas manifestações culturais e de convívio, com início ao princípio da tarde e encerramento já depois da meia-noite.

All passaram filmes de Cuba, Bulgária, Checoslováquia, RDA e URSS, além de exposições, venda de livros e uma mesa-redonda em que participaram personalidades bem conhecidas da esfera cultural portuguesa, juntamente com o dr. Werner Mammberg, dirigente da Liga para a Amizade com os Povos da RDA e antigo prisioneiro do

campo de concentração nazi de Buchenwald.

Fernanda Lapa, José Carlos Gonzalez, Isabel Leal e Fátima Murta leram poemas de resistência e um grupo de artistas do Centro Cultural de Almada e o Coro Alentejano da Branda entoaram canções de luta e vitória, que sublinharam com especial emoção a efeméride ali evocada.

### O 25 de Abril e a luta pela Paz

Na sessão solene do «Vasco Santana» foi orador o dr. Luís Francisco Rebelo, que destacou algumas das grandes etapas da resistência contra o nazismo durante a II Grande Guerra Mundial e do vasto movimento que após aquele confronto se gerou no continente europeu em defesa dos ideais da paz, do desanuviamento, do intercâmbio e da amizade entre todos os povos.

Referindo-se ainda ao período que se seguiu a 1945, o dr. Luís Francisco Rebelo denunciou a política da guerra-

-fria, cuja escalada inclui, designadamente, momentos como o bloqueio de Berlim em 1948, a criação da NATO e os acontecimentos na Coreia e no Vietnam.

Mais adiante, sublinhou o papel do nosso País, do novo Portugal democrático nascido em Abril, no contexto actual da luta que se desenvolve no plano internacional tendo em vista um Mundo de paz e justiça.

Na mesa que presidiu à sessão, a qual registou uma grande afluência e ainda a participação de elementos do corpo diplomático acreditado em Lisboa e figuras de destaque nos meios culturais, sociais e políticos do nosso País, encontravam-se vários dirigentes das Associações de Amizade com os países socialistas: Capela Reimão (Portugal-Cuba), Aníbal Aquilino Ribeiro (Portugal-URSS), Luís de Matos (Portugal-Checoslováquia), Alexandre Babo (Portugal-RDA) e Luís Francisco Rebelo (Portugal-Bulgária e Portugal-URSS). Também presente Sérgio Vilariques, resistente

antifascista e membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, e Helena Cidade Moura, deputada do MDP/CDE.

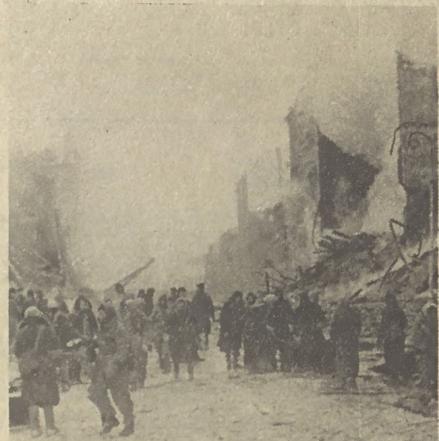
### «A Paz é possível e necessária!»

Entretanto, a sessão do CPCC e da URAP, que se realizou na «Voz do Operário», foi presidida pelo coronel Carlos Vilhena, por José Magalhães Godinho, Henrique Dias Amado, Urbano Tavares Rodrigues, além de representantes das organizações promotoras, da Liga Operária Católica, da Juventude Operária Católica e do MDM. Rui Luís Gomes não pôde estar presente, cabendo a Manuel Alpedrinha a orientação da sessão.

«Do autoritarismo ao fascismo val um passo e o autoritarismo já aí está» — afirmou na sua intervenção o coronel Pezarat Correia, que noutro passo considerou a descolonização em geral

### Iniciativas em vários locais

No âmbito das comemorações organizadas pelas Associações de Amizade com os países socialistas, é de referir que se realizaram sessões públicas, jornadas de convívio, debates e encontros culturais em Oihão, Vila Real de Santo António, Évora, Almada (onde se deslocou Werner Mammberg), Amadora, Barreiro, Montijo, Cacém e Samora Correia. No próximo sábado realiza-se uma sessão no Murtal (Paredes).



O empenhamento de todo o povo soviético na defesa da Pátria e das conquistas do socialismo foi condição fundamental da vitória final. Na foto, o bloqueio de Leninegrado, em 1941.